

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

-----Mandato 2021-2025 -----

----- **PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA SEIS DE
FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.** -----

----- **ATA NÚMERO CENTO E QUATRO** -----

----- Ao sexto dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, em cumprimento da respetiva convocatória e nos termos do disposto no artigo 27º e na alínea b) do n.º 1 do art.º 30.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado em Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, e no artigo 36º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, reuniu em **Sessão Ordinária de fevereiro (1º Reunião)** da Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria do Rosário Farmhouse Simões Alberto, coadjuvada pela Excelentíssima Senhora Ana Maria de Campos Pedroso Mateus, Primeira Secretária e pelo Excelentíssimo Senhor Fernando Garcia Lopes Correia, Segundo Secretário. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais. -----

----- Américo Manuel de Brito Vitorino, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, Angélique Inês Da Teresa, António Manuel Pimenta Prôa, António Morgado Valente, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Bruno Seabra de Oliveira Mascarenhas Garcia, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos de Alpoim Vieira Barbosa, Carlos Francisco de Almeida Ardisson Domingos, Carlos Manuel das Neves Reis Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Daniela Fernanda Cartaxo Serralha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Duarte Paulo Meneses Marçal, Fábio Martins de Sousa, Fernando Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingos, Francisco Maria Rosa Fialho Camacho, Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes, Gonçalo Maria Pacheco da Câmara Pereira, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Isabel Rendeiro Marques Mendes Lopes, Jorge Manuel Jacinto Marques, Jorge Nuno Fernandes Traila Monteiro de Sá, José António Nunes do Deserto Videira, José do Carmo Ataíde da Câmara, José Inácio da Silva Ramos Antunes de Faria, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Amaral Lopes, José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão, Leonor Samara Rosas, Luis José Morales de Los Rios Coelho, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal Lage, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Margarida Maria da Silva Gonçalves Neto, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Isabel Gonçalves Dias, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Leonor Frazão Moniz Pereira da Silva, Maria Madalena Matambo Guerra Domingos Natividade, Maria Pinto de Carvalho Escaja Gonçalves, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Martim José Rosado Borges de Freitas, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Belo Marques, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Jesus Neves Ferreira da Silva, Natacha Machado Amaro, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Miguel Tadeu Costa, Pedro Miguel Teixeira Frias,

Ricardo Filipe Barreiros Mexia, Ricardo João de Oliveira Marques, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Silvino Esteves Correia, Sofia Margarida Vala Rocha, Joana Filipa Mourisca e Pires Teixeira, João Rebelo da Silva Maltez, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Paula Cristina Pontes Pereira Rosa, Ameetkumar Subhaschandra, Felicidade Maria Silva Santos Vital Alcântara, Pedro Miguel Freire Rodrigues da Bandeira Duarte, Rodolfo Knapic.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: Rute Sofia Florência Lima de Jesus. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp (PSD), Presidente da Junta de Freguesia do Areeiro, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Ameetkumar Subhaschandra. -----

----- Vasco Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Rodolfo Knapic.-

----- Pedro Roque Domingues (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Maltez.-----

----- Sofia Costa Escária (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Alexandra Mota Torres. -----

----- Isabel Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Joana Teixeira. -----

----- Vasco Barata (BE), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Paula Rosa. -----

----- Pedro Pessanha (CHEGA), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Felicidade Maria Silva Alcântara -----

----- Patrícia Branco (CHEGA), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Pedro Bandeira Duarte.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice-Presidente Filipe Anacoreta Correia, e pelos Senhores Vereadores Ângelo Pereira, Diogo Moura e Sofia Athayde.

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Inês Drummond, Pedro Anastácio, Rui Franco, Floresbela Pinto, Pedro Saraiva e Ricardo Moreira. -----

----- Às quinze horas e dezoito minutos, constatada a existência de quórum, **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberta a reunião. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Deputados, ao público aqui presente e lá em casa, aos trabalhadores, na Assembleia

Municipal de Lisboa, sejam bem-vindos a mais uma reunião da Assembleia Municipal, desta vez à nossa reunião Ordinária de fevereiro. -----

----- Vamos dar início aos nossos trabalhos e vamos começar com o período de intervenção do público.-----

----- Temos hoje, como intérpretes de língua gestual, Ana Sofia Soares e Valentina Carvalho, a quem muito agradeço a ajuda para chegarmos a mais munícipes.-----

----- E vamos então passar a palavra ao munícipe David Frazer, que nos vem falar sobre o futuro da Linha Amarela do Metropolitano de Lisboa, como manter a ligação direta Odivelas/ Lisboa, sem comprometer a Operação Circular da Linha Verde.-----

----- O munícipe David Frazer, vai utilizar meios audiovisuais.”-----

----- **O Munícipe, Senhor David Frazer**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:

----- “Muito boa tarde a todos.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Agradeço silêncio na sala, para ouvirmos o munícipe.”-----

----- **O Munícipe, Senhor David Frazer**, no uso da palavra continua a sua intervenção:

----- “Vou tentar ser célere.-----

----- No fundo, a minha proposta dá, de certo modo, para agradar “*a gregos e troianos*”, mas, olhemos para aquilo que está planeado que é termos a Linha Circular, e a Linha Amarela, a estender-se de Telheiras para Benfica. -----

----- A Linha Circular tem as suas vantagens, de operacionais de maiores frequências, de suprimir inversões, mas também tem desvantagens, uma das quais, talvez a menos referida, é uma eventual sobrelotação do Campo Grande já que, no fundo, há dois braços a alimentar o mesmo ponto de transbordo para as deslocações periferia/centro. A expansão Telheiras/Benfica reforça esta dinâmica e, também, compromete que se realize uma expansão Aeroporto/Campo Grande.-----

----- Portanto, aquilo que eu no fundo defendo que se estude, mesmo implementando-se os planos que agora existem com todas as vantagens e desvantagens que eles tragam, é um prolongamento posterior da Linha Amarela, portanto, passando o troço Telheiras-Benfica-Campo Grande-Telheiras-Benfica para a Linha Vermelha, e a Linha Amarela arranjando um corredor seu para ir até Sete Rios, e depois para o centro.-----

----- Aqui temos, um exemplo de um possível traçado que, como vemos aqui, a Avenida dos Combatentes que, enfim, tem muito trânsito. Aqui o Hospital de Santa Maria, enfim, as localizações das estações são, naturalmente, especulativas e há sempre ganhos, vantagens e desvantagens. -----

----- Numa segunda fase, diria então para estudar uma ligação à Estação de Campolide e depois Amoreiras e Marquês.-----

----- Campolide, será possível? A estação de comboios está sempre muito desnivelada, mas como nós podemos ver no interior da Avenida Calouste Gulbenkian, há um espaço onde seria possível ter na plataforma uma elevação de cerca de sessenta metros, e seria possível construir uma ligação pedonal coberta com a distância de linha reta, naturalmente, ficaria maior, porque as pessoas, em princípio, não andarão em cima do comboio, e para conseguir ainda passar nas Amoreiras e no Marquês, tendo em conta a

orografia, portanto, aqui no sopé do Parque Eduardo VII, seria possível ter a plataforma e três ligações subterrâneas.-----

---- Numa terceira fase, seria então possível fazer um corredor transversal que, portanto, desenhei aqui a maneira, mais especulativa de tentar que os desníveis não sejam muito grandes e de que as profundidades das estações não sejam enormes. -----

---- E temos aqui um exemplo, aqui especulativo e já com outras expansões assim um bocadinho a inventar, mas lado a lado, os planos existentes e aquilo que este corredor na Linha Amarela, como as estações em localizações ligeiramente diferentes das que tinha apresentado antes, mas que, enfim, demonstra como poderia mudar o mapa. Pode ser interessante, pode não ser. -----

---- Tenho só uma nota ainda a perguntar ao executivo, ao Senhor Vice-Presidente, porque li a sua entrevista no “Público”, tenho uma preocupação em relação ao LIOS Ocidental (Linha Intermodal Sustentável), como é que vai funcionar a interface com o Metro em Alcântara? Porque há aqueles mapas, aqueles diagramas, há uns túneis em baixo com os elétricos a passar, se não são elétricos e se estão ali a inverter, pode ser difícil do ponto de vista rodoviário. -----

---- É tudo. Muito obrigado.”-----

---- *(O Município, David Frazer apresentou um PowerPoint que se encontra arquivado nos serviços da Assembleia Municipal de Lisboa.)* -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

---- “Muito obrigada.-----

---- Agradeço ao município David Frazer pela sua apresentação.” -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

---- “Hoje não temos votos de pesar, vamos então passar à leitura do expediente, passava a palavra Segundo Secretário para ler o expediente.”-----

---- **LEITURA DE EXPEDIENTE**: -----

---- **O Senhor Segundo Secretário, Fernando Correia**, fez a seguinte leitura de expediente: -----

---- “Ora boa tarde a todos.-----

---- Resumo do expediente Fórum Cidadania Lisboa. -----

---- Dar conhecimento sobre: -----

---- Apresentação de Protesto e Lamento pela contribuição da Câmara Municipal de Lisboa “para a demolição do edifício de 1908 da Av. Defensores de Chaves” e que a mesma “não tenha tomado posse administrativa do imóvel”. -----

---- Regozijo pelo anúncio do Governo em avançar com Obras de reabilitação do Palácio Burnay. -----

---- Congratulação “à Carris com a resolução do problema do vandalismo com grafiti do material circulante nos Ascensores históricos de Lisboa e com a implementação de vigilância noturna”, ainda lamentar “a aparente falta de atenção da empresa Carris que dedica à Estação Superior do Ascensor do Lavra”. -----

----- Alertar “para o estado periclitante em que se encontra o edifício histórico da Rua do Salitre, nº 148 e solicitar esclarecimentos “quanto às medidas de salvaguarda e recuperação do imóvel que a Câmara Municipal de Lisboa terá já desencadeado, ou virá a desencadear”. -----

----- Questionar a “quem compete fiscalizar o trabalho das calçadas nas áreas dos abrigos de paragem da JCDecaux” já que se verificam “descalcetamentos graves e abatimentos do pavimento por toda a Cidade de Lisboa. -----

----- Apresentação de Protesto “e manifestar a estupefação por passados quinze anos sobre a colocação no muro junto ao portão principal do antigo Hospital de São Luís dos Franceses, de uma placa evocativa da morte de Fernando Pessoa, a mesma tenha sido agora arrancada pelo novo proprietário e o destino do muro seja a Demolição”.-----

----- Protesto e “pedido de intervenção urgente pela situação vergonhosa que se repete há vários anos na Praça pedonal defronte à igreja de São João de Brito, onde o estacionamento abusivo de automóveis tem vindo a maltratar e a danificar a calçada Portuguesa artística que ali existe” -----

----- Da Junta de Freguesia de Benfica. -----

----- Dar conhecimento sobre: -----

----- Recomendação “Biblioteca de Benfica – António Lobo Antunes” aprovada na reunião realizada em Assembleia de Freguesia no dia 21/11/23. -----

----- Moção “Pelo Bairro da Boavista” aprovada na reunião realizada em Assembleia de Freguesia no dia 21/11/2023. -----

----- Assembleia de Freguesia da Misericórdia.-----

----- Dar conhecimento sobre: -----

----- Moção “Proposta de campanha de sensibilização sobre limpeza e cuidado da freguesia para os nossos Habitantes e Visitantes” e da Moção “Pela defesa do Programa Renda Acessível” aprovada na reunião realizada em Assembleia de Freguesia no dia 19/12/2023.-----

----- Moção “Noite de Lisboa aprovada na reunião realizada em Assembleia de Freguesia no dia 19/12/2023.-----

----- Da Assembleia de Freguesia de Alcântara. -----

----- Dar conhecimento sobre: -----

----- Votos de Saudação aprovados em reunião de Assembleia de Freguesia. -----

----- Assembleia de Freguesia do Lumiar. -----

----- Dar conhecimento sobre: -----

----- Documentos aprovados na reunião realizada em Assembleia de Freguesia no dia 28/09/2023.-----

----- Da União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social. -----

----- Dar conhecimento sobre: -----

----- Moção “Pelo reforço de capacitação financeira do Orçamento de Estado para o sector social solidário” aprovada em Assembleia Geral da UDIPSS-LISBOA. -----

----- Da Comissão Nacional de Eleições -----

----- Dar conhecimento sobre: -----

----- Comunicar a Deliberação tomada na reunião plenária de 5 de dezembro de 2023 relativa á “Moção – Remoção de cartazes políticos permanentes nos locais emblemáticos da Freguesia da Estrela. -----
----- Do Grupo Parlamentar do PCP. -----
----- Dar conhecimento sobre: -----
----- Pergunta ao Governo sobre a situação e futuro da Empresa SOLIPOR. -----
----- Disse.” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigada” -----
----- **APROVAÇÃO DA ATA Nº 87 DE 17.10.2023 E DA ATA Nº 89 DE 24.10.2023.**
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Vamos passar à aprovação de Ata 87 de 17 de outubro de 2023 e da Ata nº 89 de 24 de outubro de 2023. -----
----- Na Ata n.º 87, com as sugestões enviadas, pelo Deputado Municipal José Inácio Faria. -----
----- Agradecia que se sentassem para votarmos as atas. Vamos votar a Ata 87 de 17 de outubro de 2023. -----
----- **A Ata nº 87, de 17 de outubro de 2023 foi aprovada por unanimidade.** -----
----- **A Ata n.º 89, de 24 de outubro de 2023 foi aprovada por unanimidade.** -----
----- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram nas votações das **Atas n.ºs 87 e n.º 89**, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----
----- **Ata n.º 87** – Sessão Extraordinária, realizada ao décimo sétimo dia do mês de outubro de dois mil e vinte e três, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Gonçalo Maria Pacheco da Câmara Pereira, Carlos Barbosa, Fernando Braamcamp, Ricardo Mexia, Madalena Natividade, Vasco Morgado, Pedro Pessanha, Leonor Rosas, José Videira, Rui Paulo Figueiredo, Patrocínia César. -----
----- **Ata n.º 89** – Sessão Extraordinária, realizada ao vigésimo quarto dia do mês de outubro de dois mil e vinte e três, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Gonçalo Maria Pacheco da Câmara Pereira, António Prôa, Pedro Pessanha, Vasco Morgado, Leonor Rosas, Rui Paulo Figueiredo, Sofia Escária, Miguel Coelho, Pedro Frias, José Videira. -----
----- **INTERVENÇÕES DOS GRUPOS MUNICIPAIS E DOS DEPUTADOS NÃO INSCRITOS, PARA APRESENTAÇÃO DE VOTOS, MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES: GRELHA A – 60 MINUTOS;** -----
----- **VOTO 104/03 (PSD) – VOTO DE SAUDACÃO ACOLHIMENTO DO RE-IMAGINE EUROPA** -----
----- (O Voto 104/03(PSD) fica anexado à presente Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante) -----

----- **VOTO 104/04 (CHEGA) VOTO DE REPÚDIO VANDALIZAÇÃO SUCESSIVA DE PROPAGANDA POLÍTICA** -----

----- (O Voto 104/04 (CHEGA) fica anexado à presente Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante) -----

----- **VOTO 104/05 (PSD) – VOTO DE SAUDAÇÃO DIA INTERNACIONAL DA TOLERÂNCIA ZERO À MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA.** -----

----- (O Voto 104/05 (PSD) fica anexado à presente Ata, como **Anexo III** e dela faz parte integrante) -----

----- **VOTO 104/06 (MPT) - VOTO DE SOLIDARIEDADE PARA COM O POVO UCRANIANO (POR OCASIÃO DO 2.º ANIVERSÁRIO DO INÍCIO DA AGRESSÃO MILITAR RUSSA)** -----

----- (O Voto 104/06 (MPT) fica anexado à presente Ata, como **Anexo IV** e dela faz parte integrante) -----

----- **VOTO 104/07 (MPT) - VOTO DE PESAR PELAS VÍTIMAS DO HOLOCAUSTO** -----

----- (O Voto 104/06 (MPT) fica anexado à presente Ata, como **Anexo V** e dela faz parte integrante) -----

----- **MOÇÃO 104/01 (PS) – POLUIÇÃO LUMINOSA** -----

----- (A Moção 104/01 (PS) fica anexado à presente Ata, como **Anexo VI** e dela faz parte integrante) -----

----- **RECOMENDAÇÃO 104/04 (2 DNI) - NOVA VERSÃO - PELA CRIAÇÃO DE UM EVENTO DEDICADO À LEITURA NA CIDADE DE LISBOA –(A PEDIDO DO GRUPO MUNICIPAL PROPONENTE ESTA RECOMENDAÇÃO, CONSTANTE NA ORDEM DE TRABALHOS COMO PONTO 11, SERÁ APRECIADA NO PAOD)** -----

----- (A Recomendação 104/04 (2 DNI) fica anexado à presente Ata, como **Anexo VII** e dela faz parte integrante) -----

----- **RECOMENDAÇÃO 104/05 (PS) – POLUIÇÃO LUMINOSA** -----

----- (A Recomendação 104/05 (PS) fica anexado à presente Ata, como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante) -----

----- **RECOMENDAÇÃO 104/06 (CHEGA) - PELO RESTABELECIMENTO DO COMISSARIADO CONTRA O DESPERDÍCIO ALIMENTAR** -----

----- (A Recomendação 104/06 (CHEGA) fica anexado à presente Ata, como **Anexo IX** e dela faz parte integrante) -----

----- **RECOMENDAÇÃO 104/07 (LIVRE) - PARQUES INFANTIS: PARA AS CRIANÇAS, CONCEBIDOS COM AS CRIANÇAS** -----

----- (A Recomendação 104/07 (LIVRE) fica anexado à presente Ata como **Anexo X** e dela faz parte integrante) -----

----- **RECOMENDAÇÃO 104/08 (PCP) - SOBRE AS CONCLUSÕES DA COMISSÃO TÉCNICA INDEPENDENTE RESPONSÁVEL PELO ESTUDO DE AVALIAÇÃO DE OPÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O AUMENTO DA CAPACIDADE AEROPORTUÁRIA DA REGIÃO DE LISBOA,** -----

----- (A Recomendação 104/08 (PCP) fica anexado à presente Ata como **Anexo XI** e dela faz parte integrante) -----

----- **RECOMENDAÇÃO 104/09 (PCP) - SOBRE UM PROGRAMA ESTRATÉGICO PARA AS BIBLIOTECAS DE LISBOA;** -----

----- (A Recomendação 104/09 (PCP) fica anexado à presente Ata como **Anexo XII** e dela faz parte integrante) -----

----- **RECOMENDAÇÃO 104/10 (PEV) - ACESSIBILIDADES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA NA CIDADE DE LISBOA;** -----

----- (A Recomendação 104/10 (PEV) fica anexado à presente Ata como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante) -----

----- **RECOMENDAÇÃO 104/11 (PEV) - REABILITAÇÃO E REABERTURA DO CINEMA PATHÉ**-----

----- (A Recomendação 104/11 (PEV) fica anexado à presente Ata como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante) -----

----- **RECOMENDAÇÃO 104/12 (BE)- PELO FIM DAS PRÁTICAS NEFASTAS CONTRA MULHERES E CRIANÇAS;**-----

----- (A Recomendação 104/12 (BE) fica anexado à presente Ata como **Anexo XV** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Passamos agora as intervenções dos grupos municipais e dos deputados não inscritos para apresentação dos votos, moções e recomendações, passo a palavra ao Segundo Secretário, para chamar os inscritos.”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Natacha Amaro do PCP”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Caros Senhores Deputados, caro público. -----

----- No PAOD de hoje, o PCP apresenta duas recomendações, uma sobre as bibliotecas municipais da nossa Cidade, considerando que o programa estratégico Biblioteca 21 previa o desenvolvimento de um conjunto de medidas e objetivos até 2024, o ano em que estamos, muitos deles não atingidos e outros novos, entretanto concretizados...”--

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Agradecia silêncio na sala, por favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra fez a continua a sua intervenção: -----

----- “Bem, como tendo em conta todas as alterações verificadas na própria vivência da cidade, no perfil dos utilizadores da rede e até das alterações dos hábitos de utilização destes equipamentos.-----

----- Vimos propor à Câmara Municipal, um novo programa para as bibliotecas, naturalmente que a construção deste programa não pode ser alheio ao conjunto de problemas há muito identificados e já anteriormente trazidos por diversas vezes aqui à Assembleia Municipal, nomeadamente, todas as questões relacionadas com obras de requalificação, que muitas bibliotecas necessitam, assim como questões relacionadas com os recursos humanos, o número insuficiente de trabalhadores ou os horários e as condições de trabalho. -----

----- A outra recomendação que trazemos hoje sobre as conclusões do Estudo da Comissão Técnica Independente, sobre as opções estratégicas para o aumento da capacidade aeroportuária de Lisboa.-----

----- Os números do tráfego aéreo do Aeroporto de Lisboa falam por si. Depois da quebra devido à pandemia, verificou-se a subida exponencial do número de voos, chegando a registar-se em 2023, mais de setecentos movimentos num só dia e mais de vinte mil voos, num mês. -----

----- As consequências destes valores, são sobejamente conhecidas. O risco de ocorrência de acidente pelo sobrevoo constante de zonas da cidade a baixas altitudes sobre muitos milhares de pessoas e edifícios. Edifícios esses como a Biblioteca Nacional, a Torre do Tombo ou o Hospital de Santa Maria, apenas para citar alguns, mas também os impactos significativos no ambiente, na qualidade de vida e na saúde das populações, e aqui destacaríamos a degradação da qualidade do ar que respiramos e o ruído tanto diurno como noturno. -----

----- O aumento do tráfego automóvel dentro da cidade é também uma das consequências e, conseqüentemente, a esta questão, o aumento dos níveis de poluição e da circulação de materiais perigosos e inflamáveis. -----

----- A Comissão Técnica Independente, nomeada pelo Governo avaliou as diferentes opções para o aumento da capacidade aeroportuária de Lisboa e apontou a solução do Campo de Tiro de Alcochete, como a que apresenta mais vantagens depois de um aturado trabalho técnico e científico multidisciplinar desenvolvido durante meses. -----

----- E esse resultado é a razão da saudação no ponto 1 desta recomendação, logo seguido pela recomendação sobre a expressão de preocupação relativamente aos níveis de poluição e impactos graves na saúde da população, bem como a necessidade de eliminação definitiva dos voos noturnos. -----

----- As recomendações vão no sentido da Câmara, solicitar ao Governo o tão breve quanto possível arranque das obras do novo aeroporto, mantendo o atual a funcionar no tempo mínimo, imprescindível, como propõe a Comissão Técnica Independente.-----

----- Por fim, a necessidade de se realizar um profundo debate com instituições e também a população da cidade, sobre os usos futuros a dar aos terrenos do atual aeroporto depois de ser desativado.-----

----- Deixamos ainda uma nota relativamente a um dos documentos hoje em debate, tem a ver com a recomendação dos deputados não inscritos, sobre o evento dedicado à leitura.-----

----- Por muito meritória que seja a preocupação relativamente aos hábitos de leitura dos lisboetas, não podemos deixar de encarar a proposta dos deputados não inscritos como estando um pouco ao lado do que já se realiza na cidade.-----

----- Existe desde 2018 e com a primeira edição realizada em maio de 2021 Festival 5L que, inclusivamente, vem brevemente referido na proposta, 5L, livros, literatura, livrarias, língua e leitura.-----

----- É um festival municipal criado com o objetivo de ser um momento de celebração destas cinco componentes. Um festival que pretende envolver toda a cidade em articulação com escolas, universidades, freguesias e outros parceiros, garantindo uma diversidade estética, diferenciação de géneros e públicos distintos.-----

----- Tem como grandes objetivos dar um impulso à leitura, lá está, à difusão e venda de livros, promover o contacto e diálogo entre culturas e colocar a Cidade na rota da literatura mundial.-----

----- Podemos fazer uma reflexão e avaliar se tem cumprido os objetivos, se tem chegado aos destinatários, se tem ganho um espaço no panorama cultural e literário da cidade e se, de facto, isso não tem acontecido, parece-nos importante propor recomendar que aconteça. Mas pensamos que não se ganha neste caso para a leitura, criar outros eventos paralelos, concorrentes desgarrados daquele polo agregador destas temáticas.-----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Isabel Mendes Lopes do LIVRE”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Antes da intervenção da Deputada Isabel Mendes Lopes, agradecia silêncio na sala durante as intervenções das Senhoras e dos Senhores Deputados, se não houver silêncio, vou interrompendo várias vezes até se fazer silêncio, interrompi só uma vez com a Deputada Natacha Amaro, não quis interromper mais, mas agradecia, por favor, silêncio durante as intervenções.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Mendes Lopes (LIVRE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde e muito obrigada.-----

----- Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, todas as pessoas aqui presentes na sala.-----

----- Nós para este PAOD trouxemos uma recomendação, que vem no seguimento de uma proposta que acabou de ser aprovada na semana passada na Câmara Municipal, a Proposta 25 de 2024, por iniciativa do Bloco de Esquerda e que foi aprovada por unanimidade, em que a Câmara avalia em conjunto com as juntas de freguesia, os parques infantis da cidade para avaliar a sua adequação, às crianças com deficiência da

cidade, e que depois sejam foi feito um plano de calendarização para adaptação então aos parques infantis e nós saudamos muito esta iniciativa. -----

----- Os parques infantis são equipamentos essenciais na cidade de Lisboa e têm de ser para todas as crianças. -----

----- A nossa Recomendação vem então complementar esta proposta e até como está previsto na Convenção dos Direitos da Criança, em que se diz que qualquer decisão que diga respeito à criança deve ter em conta a sua opinião, vimos então pedir que esta avaliação dos parques infantis e que a sua adequação as crianças com deficiência a todas as crianças, tenha em consideração a opinião das crianças, sejam envolvidas e auscultadas as crianças, nomeadamente, as crianças com deficiência, nesta iniciativa que Lisboa vai ter. -----

----- Eu não sei quanto tempo ainda tenho, ficamos sem tempo.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem trinta e oito segundos.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Mendes Lopes (LIVRE)**, no uso da palavra continua a sua intervenção:-----

----- “Então, por razões de tempo, nós temos vários documentos bastante relevantes neste PAOD, mas, por questões de tempo, vou-me focar na moção e na recomendação que o Partido Socialista apresentou sobre poluição luminosa, que é um tema grande de saúde pública e também de impacto ambiental que tem de ser abordado e para o qual Portugal tem de despertar e, por isso, o LIVRE no Orçamento de Estado 2023 apresentou uma proposta que foi incorporada no tal Artigo n.º182, que é citado para que seja feita uma Comissão Interdisciplinar para abordar o problema da poluição luminosa em Portugal e que seja feita legislação a esse propósito, portanto, o que muito saudamos e esperamos que 2024 seja o ano em que Portugal aborda, forma legislativa, a questão da poluição luminosa. -----

----- Mas, de facto, de Lisboa não precisa de esperar por isso e acho que é altura então de dar a importância devida a esta questão, nomeadamente, nos placards luminosos que tanto impacto tem na vida de tantas pessoas.-----

----- Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira, do Partido Ecologista Os Verdes.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Vamos tentar que os relógios voltem a aparecer, só um segundo, estamos a fazer esforços nesse sentido.-----

----- Senhor Deputada, são só mais um minuto para tentarmos ver. -----

----- Então Senhora Deputada pode começar.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores e Senhoras Deputados.-----

----- Os Verdes apresentam uma recomendação sobre acessibilidades para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, lembrando que a Constituição da República Portuguesa previa um conjunto de direitos, nesta matéria.-----

----- Em Lisboa é ainda comum verificar-se a fraca acessibilidade nos mais diversos contextos, quer seja em serviços essenciais ou nos transportes públicos. Damos aqui um exemplo concreto da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, que tem apresentado sucessivamente a necessidade de ser construído um corredor adaptado a pessoas com mobilidade reduzida, nomeadamente, em cadeiras de rodas, entre as instalações desta associação e o Lar Militar da Cruz Vermelha, e nunca foi dada a devida importância a esta reivindicação, nem por parte da Junta de Freguesia do Lumiar nem da Câmara Municipal. -----

----- E é nesse sentido que os Verdes propõem que a Câmara Municipal, estude projetos para melhorar as acessibilidades a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e que pondere a construção desse corredor no âmbito das reivindicações da associação.”

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Silêncio na sala, por favor.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez continua a sua intervenção: -----

----- “Apresentamos ainda uma recomendação para a reabilitação e reabertura do Cinema Pathé, em Arroios, um dos mais emblemáticos cinemas de Lisboa e que fechou as portas há mais de trinta anos.-----

----- Ao longo deste tempo, tem estado vazio e completamente ao abandono. Em 2019, a Câmara aprovou um projeto de construção de um hotel, que prevê a demolição total do edifício.-----

----- Até agora, nada avançou, o espaço continua inutilizado e a degradar-se e os Verdes defendem que o seu património histórico, cultural e arquitetónico deve ser salvaguardado. -----

----- Assim, propomos que a Câmara Municipal revogue a decisão de construir um hotel, que reconheça o edifício do Cinema Pathé como imóvel de interesse municipal, dando início ao processo de classificação.-----

----- Que priorize a criação no local de um equipamento cultural ao serviço da cidade e dos municípios, no âmbito do Programa “Um Teatro em cada Bairro”, abandonando a intenção de ali construir um hotel.-----

----- Relativamente aos documentos do Partido Socialista sobre poluição luminosa, partilhamos as preocupações e o que é proposto. Gostaríamos, no entanto, de alertar para

a importância de a Câmara municipal cumprir, de facto, as recomendações aprovadas, assim como o Governo.-----

----- Os Verdes apresentaram uma proposta sobre a poluição luminosa já no Orçamento do Estado para 2020 e em 2022, portanto, já neste mandato foi aprovada aqui na Assembleia Municipal uma recomendação com medidas para a redução deste tipo de poluição. -----

----- Depois sobre a recomendação dos deputados não inscritos relativa a um evento dedicado à leitura, já existe o Festival Lisboa 5L, em que um dos elos é justamente a componente da leitura, daí podermos estar perante uma duplicação de esforços e de recursos, sendo preferível, na nossa opinião, impulsionar e reforçar este festival. -----

----- Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada, como sempre super pontual, vamos passar à próxima inscrição.” -----

----- **O Senhor Segundo Secretário em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Angélique da Teresa, da Iniciativa Liberal tem a palavra.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Angélique Da Teresa (IL)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde, -----
----- Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Caros Deputados e lisboetas.-----

----- Nós viemos aqui falar da Moção sobre poluição luminosa, acompanhamos esta Moção, até porque há um vazio legal a nível nacional e aí que o problema reside. -----

----- A Câmara pode fazer os regulamentos que entender que não passarão de meras recomendações, enquanto não houver, de facto, uma lei que combata o impacto da poluição luminosa. -----

----- Nesta Moção, o PS refere a resolução da Assembleia da República, que recomendava ao Governo que regulasse e adotasse medidas, para combater o impacto deste tipo de poluição, mas que não teve qualquer acolhimento por parte do Governo socialista. Esta intenção chegou a estar inscrita em vários orçamentos de Estado, mas nunca chegou a avançar, provavelmente, porque o Senhor Ministro do Ambiente não a considerou fundamental. -----

----- De qualquer forma, ficamos muito satisfeitos por ver que os deputados municipais de Lisboa têm mais interesse nesta matéria do que o Governo socialista, que não fez nada. -----

----- Depois da Moção do Governo, para se criar legislação nacional sobre esta temática, o Partido Socialista, Senhora Presidente...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não se preocupe, estou a contar aqui no meu cronómetro, aquilo está em avaria, não se preocupe, ainda tem, era o silêncio, silêncio na sala.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Angélique Da Teresa (IL)**, no uso da palavra continua a sua intervenção: -----

----- “O Partido Socialista propõe igualmente uma Recomendação à Câmara Municipal de Lisboa com pontos que não são possíveis de implementar, por faltar a dita legislação nacional que o próprio PS, assume que falta na sua própria Moção, ou seja, o mencionado Regulamento Publicidade datado de 95, precisa de uma legislação regulamentar nacional, que introduza a poluição luminosa, que não está previsto no ordenamento jurídico português, tal como o próprio PS sabe.-----

----- A Câmara pode criar normas orientadoras, mas como não há enquadramento legal, não pode atuar por isso, até lá, contrariamente ao que pretende o PS, não se pode obrigar ninguém a não utilizar ou fazer uso destes equipamentos, não é, porque não se queira é porque não se pode efetivamente por ser ilegal. -----

----- Por isso, pergunto aos serviços jurídicos da Assembleia Municipal se os pontos 1, 3 são sequer admissíveis. O ponto 3 não é tão grave, porque fica prejudicado pelo primeiro, mas estamos a recomendar à Câmara, avançar com uma medida que é ilegal, que pode trazer litígios e indemnizações pagas pela Câmara Municipal de Lisboa. É que se fossem estes litígios, se fosse imputado ao Partido Socialista, tudo bem, o problema é que recai à Câmara Municipal de Lisboa, logo sobre todos os lisboetas. -----

----- E gostaria de obter esse esclarecimento, até para saber como é que havemos de votar, porque, se for admitido, a Iniciativa Liberal votará contra o ponto 1 e 3, com respetiva declaração de voto escrita, porque queremos-nos distanciar completamente disto que é ilegal. -----

----- Quanto ao documento PEV, esta Recomendação, que foi trazida pelo PEV e quero desde já agradecer, porque mostra realmente o fetiche que o PS, tem pelo setor hoteleiro em detrimento do alojamento local, numa freguesia, a Freguesia de Arroios, que é de contenção absoluta, isto é, é um exemplo digno de um fenómeno do Entroncamento. --

----- Ou seja, analisando a parte deliberativa por pontos, aprovaremos o ponto 2, mas relativamente aos outros temas, algumas considerações a fazer, já que o PEV decidiu despir a sua capa de comunismo light para passar a ter uma versão mais bafienta. -----

----- Pelo primeiro ponto, este projeto já foi aprovado...” -----

----- **O Senhor Segundo Secretário em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, terminou o seu tempo, queira concluir.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Angélique da Teresa (IL)**, no uso da palavra continua a sua intervenção: -----

----- “Se agora fosse revogado, haveria espaço para eventuais litígios e pagamento de indemnizações por parte da Câmara, por isso, sugerimos uma alteração de redação, em vez de “*revogue*” ter em “*em sede de contactos com o atual proprietário*”, não aceitando a Iniciativa Liberal, votará contra, porque não concorda que a Câmara Municipal seja tratada como um saco de boxe...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Deputada terminou o seu tempo.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Angélique da Teresa (IL)**, no uso da palavra continua a sua intervenção: -----

----- “E uma máquina de pagamento de indemnizações, acabo já, Senhora Presidente.

----- A Câmara não pode ser tratada como um brinquedo político, mas sim com respeito que merece pela importância de quem manda, que são os lisboetas. -----

----- Os pontos 3 e 4 fazem parte do princípio que já se expropriou e, portanto, também não vamos acompanhar e, como sabe, a Iniciativa Liberal defende uma política de conciliação do edificado e o que poderia ser feito é um encontro de interesses desde que que previamente negociados. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Joana Teixeira do Bloco de Esquerda.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Joana Teixeira (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada.-----

----- Boa tarde a todos e a todas. -----

----- O Bloco de Esquerda hoje apresenta aqui uma recomendação, porque se assinala hoje o Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina. -----

----- A este propósito que a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, organiza também hoje uma sessão em parceria com a Câmara Municipal da Amadora para falar sobre a Estratégia Nacional 2023/2026 junto das entidades que no terreno vão sinalizando, acompanhando e sensibilizando para a necessidade de o fim destas práticas nefastas contra mulheres e crianças. -----

----- As mulheres e crianças, que são os grupos da população mais vulneráveis à violência sexual. -----

----- Diz-nos a imprensa hoje que, entre 2014 e 2022, foram registados 853 casos de mutilação genital feminina em Portugal e que em 52,6% desses casos, há registos de complicações de saúde. -----

----- Por mais crenças associadas e enraizadas em algumas tradições, não há qualquer benefício decorrente desta prática, que é uma violação clara dos Direitos Humanos, dos direitos das mulheres e dos direitos as crianças. -----

----- É por tudo isto que julgamos que a Câmara Municipal de Lisboa, através do seu Terceiro Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres Doméstica e de Género, deve ir mais além do que aquilo que propõe à partida, que é a participação em encontros regionais e, por isso, propomos que ausculte, que escute as organizações que no terreno vão fazendo este trabalho e que possa integrar a ações de

sensibilização, nomeadamente, para profissionais da saúde e da educação, que são por vezes a forma de sinalizar esses casos a seguir e acompanhar. -----

----- Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputada.” -----

----- **O Senhor Segundo Secretário em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Bruno Mascarenhas do CHEGA tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Mascarenhas (CHEGA)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, Senhora Presidente, cumprimento a Mesa, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados e quem mais nos está a ouvir. -----

----- Nós hoje trazemos aqui um voto, um voto de repúdio pela vandalização sucessiva da propaganda política. -----

----- Começamos desde logo por dizer, que o Partido CHEGA tem desde a sua fundação visto os seus cartazes de norte a sul do país, nomeadamente, com a imagem do seu líder sucessivamente vandalizados, com o propósito de danificar a sua propriedade, censurar a sua mensagem, limitar a sua presença pública e coagir os seus militantes e dirigentes.

----- No passado dia 29 de janeiro de 2024, foi incendiado em Lisboa, na Alameda Dom Afonso Henriques, em pleno espaço público, um cartaz de grandes dimensões do Partido CHEGA. -----

--- Este ataque perpetrado durante a madrugada por um grupo de extrema-esquerda, revestiu-se de significativa perigosidade, por ter sido utilizado um combustível altamente inflamável. Refira-se que o referido cartaz está implantado junto a outros representativos de várias forças partidárias. -----

----- Assim sendo, nós queremos apresentar este voto e repudiar os sucessivos atos de vandalismo, contra os meios de propaganda política partidária, nomeadamente, os do Partido CHEGA o configura um ataque à participação democrática, à liberdade de expressão e um atentado contra a Constituição da República Portuguesa. -----

----- Trazemos também aqui, Senhora Presidente, e eu queria, é sucessivamente, eu queria dar esta nota. -----

----- Senhora Vereadora Sofia Ataíde, está sempre à conversa e não deixa que as pessoas consigam sequer falar, além do mais aqui a intérprete de linguagem gestual, evidentemente, tem dificuldade em ouvir precisamente por causa disto, porque a conversa aqui é useira e vezeira, portanto, gostava, Senhora Vereadora, que respeitasse, quando estivermos aqui a fazer a intervenção. -----

----- Desculpe, Senhora Presidente, permite-me neste caso, dá-me aqui uma tolerância, tendo em conta esta nota que eu dei. -----

----- Não estão de acordo?-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pode continuar, Senhor Deputado, por favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Mascarenhas (CHEGA)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sim, Senhor. -----

----- Trazemos aqui um tema, um tema que acho que é bastante importante, que é o restabelecimento do Comissariado contra o Desperdício Alimentar. -----

----- Ora bem, nós sabemos que o empobrecimento da população portuguesa, motivado pelo aumento do custo de vida e pela estagnação da economia nacional dos últimos anos, tem sido notório. -----

----- O Instituto Nacional de Estatística, publicou o ano passado um Relatório, em que afirma cerca de dois milhões e cento e quatro mil pessoas se encontram em risco de pobreza ou exclusão social. Isto significa que cerca de 17% da nossa população está neste limiar de pobreza. -----

----- Ora bem diz-se e estima-se também que em Portugal, cada português deita fora dezenas de quilos de comida por ano, até em número superior à média europeia, avaliado em cerca de cinquenta e três. -----

----- Ora bem, nós tivemos, portanto, a Câmara de Lisboa, durante o período em que funcionou o Comissariado para o Desperdício Alimentar, a FAO, considerou Lisboa como um exemplo a ser seguido no âmbito da política de combate ao desperdício alimentar. Passados sete anos deste reconhecimento, constatamos que nem Fernando Medina nem Carlos Moedas, mostraram interesse nesta temática. -----

----- Há sim, que perceber e enfrentar a verdadeira realidade, que se a fome não tem um fim e o desperdício também não, ao diminuir o desperdício a fome também diminui e, portanto, basicamente, o texto está à vossa disposição. -----

----- Nós queremos realmente que seja feita e que esta Assembleia possa votar a favor da reativação do Comissariado Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar, sob, naturalmente, a Coordenação do Pelouro dos Direitos Humanos Sociais, aqui da Senhora Vereadora Sofia Atayde, e naturalmente, com a participação dos Grupos Municipais que se pretendam associar. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Segundo Secretário em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado Carlos Reis, do PSD tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Reis (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhora Vereadora Sofia Atayde.” ---

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Agradeço silêncio na sala, por favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Reis (PSD)**, no uso da palavra fez a continuação a sua intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhora Vereadora Sofia Atayde, em nome do PSD, o nosso voto de solidariedade e dizemos que gostamos muito da sua ação, da sua presença na Assembleia Municipal, da sua atenção, do seu trabalho e do seu cuidado.-----

----- Muito obrigado, Senhora Vereadora, tem todo o nosso apoio e não se deixe intimidar, por favor. É uma mulher forte, não se deixe intimidar, com certeza.-----

----- Quanto aos documentos aqui apresentados, nós temos um documento próprio que será apresentado pela minha colega.-----

----- Em relação aos dois documentos do PS sobre a poluição luminosa, nós naturalmente, acompanhamos a Moção dirigida ao Governo e dirigida à Assembleia da República, votamos a favor.-----

----- Gostaríamos de solicitar ao Partido Socialista, a possibilidade de baixarmos esta Recomendação da Poluição Luminosa, para a 4ª Comissão e onde eu, enquanto Presidente da 4ª Comissão, garanto a profundidade e celeridade no trabalho, para nós podermos estudar afincadamente, isto.-----

----- Porque é uma problemática muito importante para a cidade e que merece ser estudada aprofundadamente, e era esse o apelo que eu fazia ao Partido Socialista.-----

----- Quanto à Recomendação do PCP, nós apresentaremos naturalmente, declaração de voto escrita a sustentar a nossa rejeição à Recomendação do PCP, por variados assuntos que serão, portanto, apresentados, e que ficaram constados em ata, mas que partem do pressuposto que não podemos decidir uma questão como aeroporto aqui hoje e em menos de uma hora, num PAOD de uma Assembleia Municipal e, portanto, como é óbvio, este documento terá o nosso voto de rejeição.-----

----- Quanto à Recomendação do CHEGA, que o CHEGA nos traz aqui, pelo restabelecimento do Comissariado contra o Desperdício Alimentar, esta Recomendação traz-nos, congrega-nos dois tipos de reação.-----

----- Uma que é a de subscrição da preocupação em si, o desperdício alimentar, de facto, deve ser combatido, as instituições nacionais, as autoridades administrativas, como a ASAE deve ter um papel predominante nisso.-----

----- O setor privado também e todos nós também, aliás, a maioria dos portugueses foram sempre criados na condição de não desperdiçar comida, e esse é um princípio fundamental, que nós devemos ter não só nas nossas casas, mas sobretudo nas cadeias de distribuição, as cadeias de restauração e, portanto, é uma preocupação que nós acompanhamos.-----

----- Já não podemos acompanhar é repescar uma deliberação de Câmara, que se faz que aqui uma Moção da Câmara, que se chama aqui como proposta habilitante com catorze anos e, portanto, não nos sentimos vinculados a esta unanimidade de catorze anos.-----

----- Em catorze anos, muita coisa mudou, os padrões de consumo mudaram, a realidade de Lisboa mudou, tudo mudou e, portanto, naturalmente, não faz sentido de repriminar agora aqui uma moção, que não tem qualquer sentido.-----

----- E a segunda palavra, isto tenho que dizer com toda a sinceridade é de estupefação, de estupefação perante a proposta de um Comissariado, para combater isto, ou seja, isto vem de um partido que é contra os tachos, não é tacho, onde se cozinham as comidas é

tacho! Para quem todos os lugares são um tacho. Isto vem de um partido que é contra a tudo o que é institucionalização de políticas públicas e, portanto, e todas as funções, naturalmente, inerentes a gerir essas políticas públicas, leia-se tacho! -----

----- Tachos, na opinião do Partido CHEGA, são lugares! Lugares na opinião de Partido CHEGA são dinheiro, dinheiro, na opinião do CHEGA, no Partido CHEGA são roubar! Roubar às pessoas! -----

----- Portanto, eu não, eu obviamente, nunca votaria a favor de uma coisa desta vinda deste partido político que é contra os tachos, então contra os tachos alimentares, vamos provocar os tachos dos lugares e vamos criar um Comissariado, portanto, vamos criar um Comissariado para o Desperdício Alimentar, já existem, não sei quantos comissariados, e o CHEGA, faz parte da campanha contra os comissariados, as provedorias, a multiplicação de instituições. Não me parece uma máquina infernal de tachos, que nos suga a todos, aliás, uma corrupção que nos suga a todos e que nos tira vinte mil milhões por ano nas contas do CHEGA, e então vamos começar aqui precisamente para combater o desperdício, fazer mais um desperdício de tachos? -----

----- Comissariado, é isto, que o Comissariado, que é a vossa proposta? -----

----- Lamento, mas foi um ato falhado a parte do CHEGA.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Luís Newton tem a palavra.-----

----- Senhor Deputado Luís Newton, tenho aqui a indicação.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Com o tempo que falta é a Deputada Sofia Vala Rocha.”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- Tinha a indicação dos três, mas pronto, Senhora Deputada Sofia Vala Rocha, faça favor. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Vala Rocha (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos. -----

----- Antes de entrar no ponto que me traz aqui hoje e ali sentada, não posso deixar de fazer um reparo aqui ao Senhor Deputado Bruno Mascarenhas se me permite, porque achei a sua intervenção relativamente à Senhora Vereadora profundamente machista, não me surpreende, mas acho que não usaria nem o tom nem o conteúdo para falar assim que o Senhor Presidente ou com o Senhor Vice-Presidente da Câmara, fica esse reparo.

----- Hoje, o PSD traz o voto de saudação do Dia Internacional de Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina, porque esta não é uma prática e muito menos uma prática cultural. -----

----- A mutilação genital feminina é um crime, e é contra esse crime e a prática desse crime que o PSD, se insurge e insta as entidades a agir em conformidade.-----

----- Em Portugal, este não é um crime desconhecido. No mundo inteiro há quatro milhões de mulheres, de meninas, que estão potencialmente vítimas deste crime, o que dá uma média de mil e duzentas meninas por dia.-----

----- Em Portugal, temos vindo a assistir consistentemente a um acréscimo de número destas situações, que dão entradas nos hospitais, em 2024 já começou, estamos em fevereiro e já há quinze episódios registados é, por isso, profundamente pertinente que nos empenhamos na luta contra esta prática, que para o PSD não é uma prática cultural, é um crime e enquanto tal, deve ser combatido. -----

----- Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Senhora deputada não inscrita Daniela Serralha, tem a palavra.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Daniela Serralha (DNI)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, Vereadores, muito boa tarde. -----

----- No passado dia 1 de fevereiro, assinalou-se o Dia Mundial da Leitura em Voz Alta, seja em voz alta ou em silêncio, a leitura é uma competência fundamental para o acesso ao conhecimento, para o desenvolvimento pessoal, social e cultural e para o fomento do espírito crítico, contribuindo para uma sociedade mais livre, exigente e democrática. --

----- Por isso saudamos o trabalho de todas as entidades e profissionais que, quer a nível nacional, quer a nível local, têm contribuído para o desenvolvimento de mais competências e hábitos de leitura da população, infelizmente, os dados mostram-nos que há ainda um longo caminho a percorrer. -----

----- O estudo do mercado do livro e hábitos de compra em Portugal, promovido pela APEL e divulgado já em 2023, confirma que Portugal continua a ser o país da Europa que menos lê.-----

----- Já o PISA, o principal estudo da OCDE, sobre o desempenho dos alunos de 15 anos, divulgado também em 2023, dá conta de uma queda do desempenho dos alunos portugueses no domínio da leitura. -----

----- Portugal obteve uma média de 477, o que corresponde a uma descida de quinze pontos em relação a edição anterior, realizada em 2018.-----

----- A nível municipal é destacar o excelente trabalho que a Rede de Bibliotecas de Lisboa e a Rede de Bibliotecas Escolares da Cidade, têm desenvolvido no âmbito da promoção da leitura, bem como a existência de eventos como a Feira do Livro de Lisboa, e Lisboa 5L- Festival Internacional de Literatura e Língua Portuguesa. -----

----- No entanto, tendo em conta a importância da leitura e face aos dados apresentados, aquilo que propomos à Câmara Municipal de Lisboa e a criação de um evento exclusivamente dedicado à leitura dirigido especialmente a crianças e jovens... terminou o tempo?"-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Quer o seu quer do Deputado Miguel Graça.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Daniela Serralha (DNI)**, no uso da palavra fez continua a sua intervenção:-----

----- “Estou mesmo a terminar, entretanto, falámos com o PCP e também com o PEV, estamos dispostos a alterar e, portanto, a acrescentar na deliberação, no ponto 1, onde dizemos “criação de um evento exclusivo”, o aprofundar do Festival 5L naquilo que diz respeito à componente dedicada às crianças e jovens em idade escolar.-----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado José Inácio Faria do MPT tem a palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente,-----

----- Senhores Vereadores,-----

----- Caros colegas,-----

----- Público presente,-----

----- Nesta Sessão Ordinária o Partido da Terra apresenta, em nome do dever de memória, um voto de Pesar pelas Vítimas do Holocausto, 78 após a libertação do campo de concentração e extermínio de Auschwitz-Birkenau, cuja evocação ocorreu no passado dia 27 de Janeiro.-----

----- Caros colegas, quando as sondagens para as eleições europeias de Junho deste ano apontam para a possibilidade de no próximo mandato os partidos de extrema-direita poderem vir a ter mais poder para influenciar as políticas em Bruxelas e quando após os hediondos ataques do Hamas contra Israel de 7 de Outubro de 2023 assistimos a um grave intensificar de episódios de antissemitismo pela Europa fora, manifestar o nosso profundo pesar por todas as vítimas do Holocausto servirá, para além da recusa do esquecimento deste período negro da história da Humanidade, também para valorizar a tolerância e o respeito mútuo e para alertar para a importância de permanecermos vigilantes face aos discursos de ódio e às tentativas de desinformação e de combatermos todas as formas de discriminação e de atentados aos Direitos Humanos.-----

----- E porque falamos em preservar a memória, não podíamos deixar de hoje apresentarmos também um voto de solidariedade para com o povo ucraniano quando nos preparamos para assinalar o 2.º aniversário do início da agressão militar russa.-----

----- Quando na madrugada de 24 de Fevereiro de 2022 o Exército russo invadiu, de forma brutal e não provocada, o território soberano da Ucrânia, esperava-se um rápido desfecho para esta guerra atento ao desequilíbrio dos poderios militares em confronto.

----- Dois anos volvidos sobre o início desta agressão, a situação no campo de batalha permanece incerta depois da contraofensiva ucraniana do ano passado não ter conseguido romper as linhas defensivas russas no Sul e no Leste da Ucrânia o que leva a que o conflito armado permaneça sem fim à vista.-----

----- Apesar do elevado número de baixas humanas e de destruição provocadas pela agressão russa, é hoje claro que Vladimir Putin subestimou o apoio militar e financeiro da NATO e da União Europeia àquele país invadido, minimizou a mobilização ucraniana e falhou o principal objetivo da sua autodenominada “operação militar especial”: a destruir da Ucrânia e a retirada de Volodymyr Zelensky do poder. -----

----- Neste momento em que se assinala dois anos desde o início da invasão da Ucrânia pelo exército de Vladimir Putin, torna-se necessário que a comunidade internacional continue a apoiar a Ucrânia e o seu povo nos planos político, financeiro, humanitário, militar e diplomático e que o surgimento de novos conflitos armados noutros pontos do Globo não nos faça esquecer os ucranianos que lutam e morrem pela integridade territorial e independência do seu País, mas também pela segurança europeia! -----

----- Caros colegas, manifestamos desta forma a nossa total solidariedade para com o povo ucraniano enaltecendo a bravura e a determinação com que o povo ucraniano continua a defender não só o seu direito à paz, à sua identidade cultural e à sua soberania, mas também os valores europeus da democracia e liberdade. -----

----- Quanto aos documentos dos outros grupos municipais apenas dizer que relativamente a voto 104/04 do Chega, que é no mínimo estranho que o Partido que agora repudia e se insurge, e bem, contra atos de vandalismo contra meios de propaganda política partidária em defesa da “participação democrática”, é o mesmo que em Maio do ano passado convocou um cerco à sede do PS para mostrar a indignação à forma como o PS têm governado o país, o que foi um inqualificável ataque a todos os democratas e à democracia portuguesa. -----

----- Como dizia alguém que todos bem conhecemos “mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”! -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- **O Senhor Segundo Secretário em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Hugo Gaspar do PS.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Gaspar (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, antes de iniciar a minha intervenção, foi feita uma alusão de hipotética ilegalidade num documento entregue pelo Partido Socialista, um documento que foi aceite pela Mesa. Um documento que já várias forças partidárias se referiram ao

mesmo e gostaríamos de saber qual é o ponto de situação sobre a ilegalidade ou não desse documento.” -----

----- **A Senhora Primeira Secretária, Ana Mateus,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Boa tarde o que ficou sugerido, foi a Iniciativa Liberal falar com o PSD de forma a reverem a questão da recomendação, com o PS, desculpe, para reverem a questão da recomendação.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Desculpe, a questão da ilegalidade, os serviços tiveram a avaliar e? -----

----- **A Senhora Primeira Secretária, Ana Mateus,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Sobre o regulamento, porque para todo...” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Gaspar (PS),** no uso da palavra continua a sua intervenção:-----

----- “Independentemente de baixará à 4ª Comissão, foi feita aqui uma alusão, de uma ilegalidade do documento apresentado pelo Partido Socialista e nós antes de baixamos a 4ª Comissão, queremos saber se é ou não é ilegal? -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A questão que estão a colocar é a alteração a um Regulamento que ainda não foi regulado e, portanto, o que está aqui em causa, o ponto 1 do PS, pede para ser regulada a questão da luminosidade dos anúncios no Regulamento que ainda não existe. -----

----- Não existe a Lei em relação a isso, se entenderem baixar à 4ª Comissão, para tal, vai ser preciso que o PS aceite e que o plenário se pronuncie, porque os documentos em PAOD tem que ser votados em PAOD, é preciso que o plenário se pronuncie, no sentido de concordarem com a descida à 4ª Comissão, pode-se ver melhor esse ponto. -----

----- Neste momento, estarem a sugerir uma alteração a um Regulamento, que ainda não foi legislado que ainda não saiu em Lei, não é possível, nós é que seja legal não é eficaz, não acontece, não existe. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Gaspar (PS),** no uso da palavra continua a sua intervenção:-----

----- “A ordem cronológica da apresentação dos documentos, o Partido Socialista apresenta uma moção onde pede ao Governo, que diligencie no sentido da criação de legislação nacional e posteriormente, recomenda à Câmara a alteração do Regulamento e Publicidade, nós não entendemos onde esta a ilegalidade aqui.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu não disse que havia ilegalidade, o que eu disse é que é preciso...”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Gaspar (PS),** no uso da palavra continua a sua intervenção:-----

----- “Mas eu perguntei se havia ilegalidade ou não?” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem, não é propriamente uma ilegalidade, mas tem que haver tem que haver primeiro uma legislação se não houver uma legislação, aquilo que estão a sugerir não pode ser alterado porque não existe.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Gaspar (PS)**, no uso da palavra continua a sua intervenção:-----

----- “Não sendo propriamente uma ilegalidade, então vou começar.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pode continuar.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Gaspar (PS)**, no uso da palavra continua a sua intervenção:-----

----- “Visto que não é nada de ilegal, era essa a minha questão, o Partido Socialista então deseja fazer a sua intervenção. -----

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista, tem vindo a receber diversas queixas relacionadas com a proliferação da poluição luminosa na Cidade de Lisboa.-----

----- O exemplo que temos mais presente foi aquilo, que nos foi dado conhecimento por parte dos residentes na zona adjacente ao Corte Inglês. -----

----- A poluição luminosa apresenta um conjunto de efeitos adversos, provocados por fontes de luz artificial e crescente importância desta questão à escala mundial, é causada, principalmente pelo uso excessivo e inadequado da luz artificial agravados, principalmente com novas tecnologias de leds, no espaço público. -----

----- Lisboa não tem sido imune a este fenómeno, e infelizmente, este facto é agravado por não existir até ao momento, regulamentação nacional no que respeita à emissão da luz artificial à noite, provavelmente porque os impactos da poluição luminosa do ambiente no céu noturno e do bem-estar humano, são matérias que não se encontram ainda nas agendas políticas nacionais e autárquicas.-----

----- Portugal, infelizmente é dos países europeus que mais emite luz artificial à noite por habitante.-----

----- A luz é reconhecida hoje como agente poluente, inclusive pelas Nações Unidas e pela União Europeia, havendo um consenso científico, quanto aos prejuízos da luz artificial à noite. Desconforto visual causador de fadiga e insegurança rodoviária, a intrusiva, repercussões na saúde humana, alterações ciclos circadianos, alteração dos ecossistemas e aumento de emissões de Co2 na produção de energia elétrica. -----

----- Estes são os motivos, pelos quais o Partido Socialista apresenta esta moção, para que a Assembleia Municipal de Lisboa, solicite ao Governo uma maior atenção à poluição luminosa e que produza legislação nacional sobre poluição luminosa, tendo como objetivo, que até 2030, se assista à redução da luminosidade noturna em Portugal.-

----- Mas não cabe apenas ao Governo, por isso, apresentamos também hoje aqui uma recomendação à Câmara Municipal de Lisboa, para proceda à sua alteração do Regulamento de Publicidade, determinando que os ecrãs publicitários passem imagens

estáticas com pouca intensidade de luz, desde que o sol se põe, proibido que estejam acesos depois das dez da noite.-----

----- Simultaneamente, e porque só assim faz sentido, que seja feito uma maior fiscalização nestas matérias. -----

----- Nesse sentido, vamos aceitar a sugestão feita pelo Senhor Presidente da 4ª Comissão e aceitamos que esta recomendação baixe à Comissão respetiva.-----

----- Finalmente, e para que possamos também estar na vanguarda e ter acesso a dados concretos, também recomendamos que se proceda à realização de um estudo rigoroso sobre poluição luminosa na cidade de Lisboa. -----

----- Gostaríamos também nos referir à Recomendação apresentada pelo PCP, sobre as conclusões da Comissão Técnica Independente responsável pelo estudo de avaliação de opções estratégicas, para o aumento da capacidade aeroportuária da região de Lisboa. -

----- Registamos a boa vontade do contributo, mas consideramos que o PCP apresenta também uma série de recomendações sobre o funcionamento do atual Aeroporto Humberto Delgado, que poderão limitar e muito as suas condições de funcionamento.

----- De igual forma, ao recomendar ao Governo o arranque tão rapidamente quanto possível das obras do novo aeroporto, quando não existe ainda uma decisão governamental sobre esta matéria, acaba por ser fatalmente inconsequente.-----

----- Gostaríamos ainda nos referir à Recomendação do PEV sobre a reabilitação e reabertura do Cinema Pathé na Freguesia de Arroios. -----

----- Sabemos que a 12 de setembro de 2019, a Câmara Municipal de Lisboa, aprovou um projeto de construção para um hotel com sessenta e sete quartos, prevendo a demolição total do edifício, substituindo por um outro, com sete andares e dois pisos em cave. A verdade é que até agora, fevereiro, 2024, nada avançou neste espaço, que continua inutilizado e a degradar-se. -----

----- Tal como outros bairros de Lisboa viram desaparecer os seus cinemas de proximidade também a Freguesia de Arroios, carece de equipamentos culturais de qualidade. O eixo Martim Moniz, Praça do Chile, Praça do Areeiro, transformou-se num absoluto deserto cultural.-----

----- Perante o desconhecimento da evolução e ponto de situação do que foi projetado, atendendo a que o projeto de construção do hotel foi aprovado ao mesmo tempo, que a disponibilização de espaços culturais para usufruto dos munícipes ser uma matéria que se considera positiva, consideramos não estar na posse de todos os elementos, para que o nosso sentido de voto possa ser favorável ou desfavorável a esta recomendação. -

----- Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado António Valente do PAN.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Valente (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, muito boa tarde.-----
----- Senhoras e Senhores Deputados, muito boa tarde. -----
----- Senhor Vereador, Senhores Vereadores, boa tarde a todo o público, muito boa tarde.
----- O Grupo Municipal do PAN saúda esta Moção do PS a 104/01, “Poluição luminosa”, que no seu texto faz referência à Resolução da Assembleia da República 193 de 2019, de 17 de Setembro que muito nos diz. -----
----- Esta Resolução foi feita em 2019 por iniciativa do PAN na Assembleia da República em 2019 quando elegemos o nosso primeiro deputado. No entanto o PS não apoiou na totalidade aquilo que nos defendíamos na altura tendo inclusive rejeitado o ponto deliberativo que previa que fossem aplicados, no máximo, os valores mínimos de fluxo luminoso sugeridos pela norma Europeia. -----
----- Mas mais vale tarde do que nunca e ainda bem que atualmente, cinco anos depois o PS acompanha as medidas do PAN de cinco anos atrás. -----
----- Muito obrigada e vamos votar favoravelmente.” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.”-----
----- **O Senhor Segundo Secretário em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----
----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Margarida Neto do CDS. -----
----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Neto (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Senhora Presidente, Senhora Vereadora, Senhores Deputados. -----
----- Os números publicados hoje pela DGS, mostram que são descobertos e registados mais casos de mutilação genital feminina em Portugal. São casos descobertos em consultas de vigilância da gravidez, no parto, no puerpério e nos cuidados de saúde primários. -----
----- Em 2023 e bem, não foi detetado nenhum caso realizada em Portugal e os casos identificados decorreram durante a infância, os que se descobriram não por serem realizados em Portugal, mas que se encontraram durante a infância de mulheres provenientes da Eritreia, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Senegal, Serra Leoa e Somália.-
----- É uma prática e hedionda, cultural, que violenta crianças e mulheres no seu mais íntimo, que atenta contra a saúde sexual ao nível físico e psicológico para sempre, temos, portanto, de continuar atentos, sobretudo ao nível da prevenção. -----
----- O CDS votará a favor e vai subscrever o voto de saudação ao Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina, e votará a favor da recomendação do Bloco de Esquerda com um reparo.-----
----- O Bloco convoca-nos para a leitura do Terceiro Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres, Violência Doméstica e de Género, referindo que este terceiro plano é menos ambicioso do que o segundo em relação a este combate à prática da mutilação genital feminina. -----

----- Não queremos que isso seja intencional e estando o plano em discussão pública, a recomendação do Bloco de Esquerda, poderá ser incluída neste plano que se está a desenhar. -----

----- Chamo a atenção de que este terceiro plano tem uma inovação ao nível da proteção de crianças, idosos e pessoas com deficiência, esta é uma inovação, que estamos a valorizar. E o CDS quer exatamente, valorizar esta dimensão e fará também uma proposta complementar enquanto decorre a discussão pública, esse é o nosso compromisso acerca da violência sobre raparigas e mulheres, que acontece tantas vezes e mal, são muitas as histórias que nos chegam por pressão de familiares ou em contexto de trabalho para a prática do aborto.-----

----- Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário em Exercício, Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Martim Borges de Freitas. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Martim Borges de Freitas (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Mesa, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Eu gostaria, em primeiro lugar, de me referir a uma proposta que aqui foi apresentada pelo Grupo Municipal do MPT, que diz respeito à Ucrânia e que eu gostaria, apesar daquilo que foi dito aqui pelo Senhor Deputado, gostaria de lhe solicitar e de solicitar à Assembleia, que duas, uma, que este ponto fosse retirado e adiado para o dia 24 ou proximamente ou que pudéssemos trabalhar para que pudéssemos juntos, talvez apresentar então um novo ponto sobre a Ucrânia por três razões.-----

----- Primeiro, porque o dia 24 não é agora e, portanto, fará dois anos no dia 24.-----

----- Em segundo lugar, porque houve um pacote financeiro aprovado pela União Europeia pelo Conselho Europeu, muito importante para a Ucrânia e que eu julgo que deveria merecer um debate nesta Assembleia Municipal, não por ser a Ucrânia não por ser distante, mas porque os valores que estão subjacentes a esta guerra são muito importantes para qualquer democracia ocidental e, portanto, o terceiro ponto devia ser, porque esse ponto deveria merecer, de facto, esse debate nesta Assembleia e essa importância deveria ser dada e, por isso, eu pediria ao Senhor Deputado do MPT que refletisse um pouco sobre isto, sabendo nós, que só com a decisão maioritária da Assembleia que poderíamos adiar este ponto. -----

----- Em segundo lugar, gostaria de me dirigir ao Grupo Municipal do Partido CHEGA a propósito da questão do desperdício alimentar.-----

----- Como Vossa Excelência, Senhor Deputado Bruno Mascarenhas, bem sabe, esta matéria do desperdício alimentar foi tratada, foi iniciada pelo CDS através de um seu Vereador, há uns anos atrás. Foi decidida esta matéria no tempo em que o Senhor Doutor António Costa era Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, foi depois passado ao

seguinte Presidente da Câmara Doutor Fernando Medina, que, de algum modo, colocou esta questão, digamos assim, na gaveta e, portanto, é útil que possamos voltar a discutir a questão do desperdício alimentar e é útil que quanto aos objetivos possamos estar e estamos certamente de acordo. -----

----- Onde não estamos de acordo é na circunstância de o CHEGA ter apresentado aqui este documento partidarizando uma matéria que nunca foi partidarizada. E é nessa medida que eu gostaria de apelar também ao CHEGA para que das duas, uma ou refletir sobre o próprio documento apresentado e tentasse libertá-lo dessa partidarização, que quis incluir nesse documento e então aí podemos chegar, creio eu todos nós nesta Assembleia a um consenso sobre essa matéria ou então seremos obrigados a não votar a favor do documento do CHEGA. -----

----- O terceiro ponto, que gostaria aqui de focar diz respeito a uma proposta de recomendação que foi apresentada pelo Grupo Municipal do PCP, sobre o aeroporto de Lisboa, e para dizer apenas o seguinte.-----

----- Creio não fazer qualquer sentido apresentar hoje uma recomendação nesta Assembleia sobre esta matéria, pela simples razão de que o PCP apresentou uma moção junto da Câmara Municipal e, portanto, no executivo que foi, de resto, aprovada por maioria e, portanto, estarmos agora a recomendar à Câmara, que ela própria tomou a decisão que já tomou, parece-me uma coisa redundantes e, nessa medida, parece-me que é inútil estarmos a votar essa questão.-----

----- Por essa razão, também o CDS votará contra esta proposta de recomendação. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Não temos mais inscritos, vamos passar à votação. -----

----- Deputado José Inácio Faria, agradeço que deem o microfone ao Senhor Deputado.

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente é interpelação à Mesa, para resposta ao Senhor Deputado Martim Borges de Freitas.-----

----- Nós apresentamos este voto em relação à Ucrânia, na sequência também do voto que apresentámos sobre o Holocausto e, portanto, são situações embora diferentes, mas muito próximas e, portanto, nós refletimos bem, Senhor Deputado, entendemos aquilo que nos quis transmitir, mas no dia 20 iremos apresentar um novo documento sobre a Ucrânia, portanto, aí sim, iremos refletir, não só que se passou no Parlamento Europeu, mas também no próprio Conselho Europeu e, portanto, não podemos é cada vez que sai uma decisão de um órgão ou de uma instância internacional, estamos a pôr para trás os nossos documentos aqui nesta Assembleia, que também é uma assembleia plenária e soberana e, portanto, mantemos o nosso voto. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----
----- O Deputado Bruno Mascarenhas está a pedir a palavra para que efeitos?” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Mascarenhas (CHEGA)**, no uso da
palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----
----- “Senhora Presidente, foi feita uma interpelação por parte do CDS e, portanto, eu
gostava de poder responder, só este ponto. -----
----- Eu não teria qualquer e, portanto, o Grupo Municipal do CHEGA, não tem
qualquer problema em, de alguma forma, expurgar essa questão política, de forma a
poder acomodar a questão do despiste alimentar, mas, tendo em conta que tem sido
prática toda a esquerda, e inclusivamente a intervenção do PSD, foi de rejeitar
liminarmente a possibilidade deste documento poder ser aprovado, portanto não nos
parece que faça muito sentido, ainda assim, agradeço a boa vontade do CDS quanto a
esse aspeto. -----
----- Muito obrigado.” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte
intervenção: -----
----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----
----- Deputado Carlos Reis e Deputado Hugo Gaspar.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Reis (PSD)**, no uso da palavra fez o
seguinte esclarecimento: -----
----- “Mais uma vez o PSD rejeita liminarmente a criação de um Comissariado para o
Desperdício Alimentar, aquilo que os nossos parceiros do CDS farão é da sua inteira
autonomia e responsabilidade, nós não alinhamos em comissariados para o desperdício
alimentar, ponto! -----
----- Quanto a este tratamento de polé ao seu ex-partido político, fica-lhe bem, fica-lhe
de facto, muito bem, atendendo àquilo que tem sido a intervenção do líder do seu partido
durante o período de pré-campanha, altamente insidiosa e negativa contra esse mesmo
partido, mas pronto e nosso parceiro de coligação, mas pronto, o senhor é que sabe, mas
o CDS lá se defenderá.” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte
intervenção: -----
----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----
----- Deputado Hugo Gaspar, para que efeitos? -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Gaspar (PS)**, no uso da palavra fez o
seguinte pedido de esclarecimento: -----
----- “Obrigada. -----
----- É um pedido de esclarecimento, durante a intervenção do Partido Socialista, foi
referido que não existia um regulamento. -----
----- Durante esta sessão, nós vamos fazer chegar à Mesa, nomeadamente, à Senhora
Primeira Secretária Ana Mateus, que disse que não existia o Regulamento de
Publicidade, que foi publicado no Diário Municipal a 19 março de 1992 e às vezes
recomendar à Mesa, eu sei que às vezes o vosso trabalho não é fácil, mas às vezes um

pouco de contenção na forma como interrompem os deputados municipais leva a que os trabalhos por si também corrompem.-----

----- Disse.”-----

----- **A Senhora Primeira Secretária Ana Mateus**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Eu não disse, apenas referi aquilo que me foi transmitido.-----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar à votação, agradeço que se sentem para podermos passar à votação.

----- Começamos pelo Voto 104/03 do PSD, “Voto de Saudação, Acolhimento do Re-Imagine Europa.”-----

----- **Voto 104/03 (PSD) – (Subscrito pelos Grupos Municipais do PSD e CDS-PP) – Voto de Saudação Acolhimento do Re-Imagine foi aprovado por maioria** com a seguinte votação: Favor: PS, PSD, CDS-PP, BE, IL, PAN, MPT, PPM, ALIANÇA, LIVRE, Deputados(as) não inscritos Daniela Serralha e Miguel Graça, contra: CHEGA, abstenção: PCP, PEV. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Relativamente ao Voto 104/04 do CHEGA, “Voto de Repúdio Vandalização sucessiva de Propaganda Política.”-----

----- **Voto 104/04 (CHEGA) – Voto de Repúdio Vandalização sucessiva de Propaganda Política foi rejeitado** com a seguinte votação: Contra: PS, PCP, PEV, Deputado não inscrito Miguel Graça, favor: PSD, CDS-PP, IL, CHEGA, MPT, PPM, ALIANÇA, abstenção: BE, PAN, LIVRE, Deputada não inscrita Daniela Serralha. ----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Deputado Miguel Graça fará uma declaração de voto escrita, o PS também. ---

----- O Bloco e o Livre com declaração de voto oral. A Deputada Daniela Serralha com declaração de voto escrita. -----

----- A Iniciativa Liberal fará uma declaração de voto escrito oral.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Relativamente, ao Voto do PSD, que é subscrito pelo CDS, há uma nova versão que vos chegou a vos houve um corte numa das frases, creio que é algum deputado, que me perguntou qual era a alteração, houve um corte no primeiro parágrafo da segunda página, passa a ser “*é crucial abordar as questões e adaptar as mensagens conforme necessário para garantir que alcancem ressoem nas comunidades em questão*”, esta é a nova versão. -----

----- Votamos a Voto 104/05 do PSD.”-----

----- **Voto 104/05 (PSD) – Nova Versão – (Subscrito pelos Grupos Municipais do PSD e CDS-PP) – Voto de Saudação Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina foi aprovado por unanimidade.**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Votamos o Voto 104/06 do MPT, “Voto de Solidariedade para com o Povo Ucrainiano (Por ocasião do 2^o Aniversário do início da agressão militar russa), também tem uma nova versão.-----

----- **Voto 104/06 (MPT) – Nova Versão - Voto de Solidariedade para com o Povo Ucrainiano (Por ocasião do 2^o Aniversário do início da agressão militar russa)** foi **aprovado por maioria** com a seguinte votação: Favor: PS, PSD, CDS-PP, BE, IL, CHEGA, PAN, MPT, PPM, ALIANÇA, LIVRE, Deputada não inscrita Daniela Serralha, contra: PCP, abstenção: PEV, Deputado não inscrito Miguel Graça.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Foi aprovado declaração de voto escrita do PCP -----
----- Relativamente ao voto de pesar pelas vítimas do Holocausto, Voto de Pesar 104/07 do MPT.” -----

----- **Voto 104/07 (MPT) – Nova Versão – (Subscrito pelos Grupos Municipais do MPT e CDS-PP) – Voto de Pesar pelas Vítimas do Holocausto** foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção -----

----- “Foi aprovado por unanimidade, com declaração de voto escrita do PCP. -----
----- Relativamente à Moção do PS, Moção 104/01, “Poluição Luminosa”, só queria clarificar a Moção e a Recomendação, é a proposta de descenderem as duas à 4^a, não, a moção mantém-se só a recomendação é que tem proposta de descida. -----

----- Então vamos votar a Moção.” -----

----- **Moção 104/01 (PS) – (Subscrita pelo Grupo Municipal do PS) -Poluição luminosa** foi **aprovada por maioria** com a seguinte votação: Favor: PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, IL, PEV, PAN, MPT, PPM, ALIANÇA, LIVRE, Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça, contra: CHEGA. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O CHEGA vota contra, com declaração de voto oral. -----

----- Em relação à Recomendação 104/04 dos deputados não inscritos, há uma nova versão, aceitaram a proposta do PCP e do PEV, então no ponto 1, “crie um evento exclusivamente dedicado a leitura, ao reforço desta componente dirigida às crianças e jovens em idade escolar, no Festival Lisboa 5L.” -----

----- O ponto 2 passa a ser “*avale a possibilidade de os eventos decorrerem*” e continua o resto do texto.-----

----- Votamos a Recomendação 104/04 dos deputados não inscritos. -----

----- **Recomendação 104/04 (2 DNI) Nova Versão Alterada- Pela criação de um evento dedicado à Leitura na cidade de Lisboa** foi **aprovada por maioria** com a seguinte votação: Favor: PS, PSD, PCP, BE, IL, PEV, PAN, MPT, LIVRE,

Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça, abstenção: CDS-PP, CHEGA, PPM, ALIANÇA. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Recomendação 104/05 do PS. O PS aceitou a proposta de descida à 4ª Comissão ainda assim tratando-se de ponto do PAOD, temos que colocar ao plenário a descida, por isso, pergunto quem vota contra a descida à 4ª Comissão.”-----

----- **Recomendação 104/05 (PS) Poluição luminosa.** -----

----- **O Grupo Municipal do PS solicitou à Mesa que esta Recomendação baixasse à 4ª Comissão Permanente, para apreciação e emissão de Parecer.**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação do Plenário a presente Proposta. (Aprovada por unanimidade)**-----

----- **Recomendação 104/06 (CHEGA)** - Pelo restabelecimento do Comissariado contra o desperdício alimentar **foi rejeitada** com a seguinte votação: Contra: PS, PSD, CDS-PP, PCP, IL, PEV, ALIANÇA, favor: CHEGA, abstenção: BE, PAN, MPT, PPM, LIVRE, Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Recomendação 104/06 do CHEGA, foi rejeitada com declaração de voto oral da Iniciativa Liberal. -----

----- Relativamente à Recomendação 104/07 do LIVRE- Parques Infantis: Para crianças concebidos com crianças, vamos votar” -----

----- Então vamos lá a Recomendação 104/07 do LIVRE, estamos a votar a nova versão do Livre, com a nova redação, nova versão com a nova redação.-----

----- **Recomendação 104/07 (LIVRE) – Nova Versão – Parques Infantis: Para as Crianças concebidas com as crianças foi aprovada por maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ PCP/ BE/ IL/ PEV/ PAN/ MPT/ PPM/ LIVRE/ Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça - Contra: CHEGA - Abstenção: CDS-PP/ ALIANÇA. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Relativamente à Recomendação do PCP e que é por pontos, embora esta versão do PCP, tem aqui no ponto 3, uma alteração, mas vamos votar primeiro o ponto 1.” ---

----- **Recomendação 104/08 (PCP) – (Alterada) – Sobre as conclusões da Comissão Técnica Independente responsável pelo estudo de avaliação de opções estratégicas para o aumento da capacidade aeroportuária da região de Lisboa:**-----

----- **Deliberada por pontos:**-----

----- **Ponto 1 foi aprovado por maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PCP/ BE/ PEV/ PAN/ MPT/ LIVRE/ Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça - Contra: PSD/ CDS-PP/ PPM/ ALIANÇA - Abstenção: IL/ CHEGA. -----

----- **Ponto 2 foi aprovado por maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PCP/ BE/ IL/ PEV/ PAN/ MPT/ LIVRE/ Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça - Contra: PSD/ CHEGA/ PPM - Abstenção: CDS-PP/ ALIANÇA. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos votar o ponto 3, com uma nova redação, que diz “com a óbvia exceção de situações de emergência médica, segurança e defesa nacional, reclamo junto do Governo o fim imediato dos voos noturnos no aeroporto Humberto Delgado e, por conseguinte, dos regimes excecionais e derrogações que viabilizam denunciando o profundo impacto negativo destes voos na saúde e na tranquilidade da população”, foi por isso acrescentado, com a óbvia, exceção de situações de emergência médica, segurança e defesa nacional. -----

----- Vamos votar o ponto 3.”-----

----- **Ponto 3 foi aprovado por maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ CDS-PP/ PCP/ BE/ IL/ PEV/ PAN/ MPT/ PPM/ ALIANÇA/ LIVRE/ Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça - Contra: CHEGA. -----

----- **Ponto 4 foi aprovado por maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PCP/ BE/ PEV/ PAN/ LIVRE / Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça - Contra: PSD/ CDS-PP/ CHEGA – Abstenção: IL/ MPT/ PPM/ ALIANÇA. -----

----- **Ponto 5 foi aprovado por maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PCP/ BE/ IL/ PEV/ PAN/ LIVRE/ Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça - Contra: PSD/ CDS-PP/ CHEGA/ MPT/ PPM/ ALIANÇA. -----

----- **Ponto 6 foi aprovado por maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ CDS-PP/ PCP/ BE/ IL/ PEV/ PAN/ MPT/ PPM/ ALIANÇA/ LIVRE/ / Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça - Abstenção: CHEGA. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Passamos à Recomendação 104/09 do PCP, sobre um Programa Estratégico para as Bibliotecas de Lisboa, declaração de voto escrita do anterior documento do aeroporto, do ponto anterior, o ponto 6. -----

----- **Recomendação 104/09 (PCP) – Sobre um Programa Estratégico para as Bibliotecas de Lisboa foi aprovada por maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ CDS-PP/ PCP/ BE/ IL/ PEV/ PAN/ MPT/ PPM/ LIVRE/ Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça - Contra: CHEGA – Abstenção: ALIANÇA. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Votamos a Recomendação 104/10 do PEV, Acessibilidades para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida na cidade de Lisboa, nova versão.” -----

----- **Recomendação 104/10 do PEV (Nova Versão) - Acessibilidades para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida na cidade de Lisboa foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Votamos a Recomendação 104/11 do PEV, Reabilitação e reabertura do cinema Pathé, o ponto 2 à parte. Sim? Declaração de voto oral do PSD, a anterior. -----

----- Em relação a Recomendação 104/11, a Iniciativa Liberal quer um pedido de esclarecimento, podem por favor, passar o microfone. No meio da votação, os pedidos de esclarecimentos deviam ser feitos antes da votação, mas tem a palavra.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Angélique Da Teresa (IL)**, no uso da palavra pediu o seguinte esclarecimento:-----

----- “Senhora Presidente, eu pedi uma alteração ao documento e não tive resposta, só confirmar se é o documento original ou não?”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não, não foi aceite é o documento original, portanto, vamos passar à votação da Recomendação 104/ 11 do PEV.”-----

----- Podemos votar todos os outros em conjunto, então votamos todos os pontos em conjunto, à exceção do 2 ponto.”-----

----- **Recomendação 104/11 (PEV) – Reabilitação e reabertura do Cinema Pathé--**

----- **Deliberada por pontos:**-----

----- **Pontos 1, 3 e 4** foram **rejeitados** com a seguinte votação: Contra: PSD/ CDS-PP/ IL/ CHEGA/ PPM/ ALIANÇA - Favor: PCP/ BE/ PEV/ PAN/ LIVRE/ Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça, Abstenção: PS/ MPT-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Foram rejeitados os pontos 1, 3 e 4. -----

----- Vamos votar o ponto 2.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O ponto 2 foi rejeitado, o CHEGA fará uma declaração de voto oral e o PSD também fará uma declaração de voto oral, ALIANÇA também fará uma declaração de voto oral, o PS está a pedir uma interpelação à Mesa.”-----

----- **Ponto 2** foi **rejeitado** com a seguinte votação: Contra: PSD/ CDS-PP/ CHEGA/ PPM/ ALIANÇA - Favor: PCP/ BE/ IL/ PEV/ PAN/ LIVRE/ Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça – Abstenção: PS/ MPT.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Gaspar (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Senhora Presidente, no Partido Socialista, palavra dada é palavra honrada, pedia aqui a uma funcionária da assembleia Municipal, que fizesse chegar o Regulamento, chamo a sua atenção, sobretudo pela secção 4, “anúncios luminosos, iluminados, eletrónicos ou semelhantes”, poderá ser útil para futuras discussões. -----

----- Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Vamos votar a Recomendação 104/12 do Bloco de Esquerda, é a última, nesta fase nesta fase do PAOD, “Pelo fim das práticas nefastas contra mulheres e crianças”, subscrito pelo LIVRE.”-----

----- **Recomendação 104/12 (BE)** – (Subscrita pelos Grupos Municipais do BE e LIVRE) - Pelo fim das práticas nefastas contra mulheres e crianças **foi aprovada** por maioria com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ CDS-PP/ PCP/ BE/ IL/ PEV/ PAN/ MPT/ PPM/ ALIANÇA/ LIVRE/ Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça, contra: CHEGA.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Foi aprovada por maioria, declaração de voto oral da Iniciativa Liberal.-----

----- Vamos então passar as declarações de voto oral, a Iniciativa Liberal é a primeira que fará as declarações de voto oral dos vários votos que solicitou.”-----

----- **O Grupo Municipal da Iniciativa Liberal** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores caros, todos.-----

----- O Grupo Municipal da Iniciativa Liberal votou favoravelmente a recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda, “Pelo fim das práticas nefastas contra mulheres e crianças”, mas não pode deixar de reiterar aquilo que aqui já foi dito.-----

----- O terceiro plano que aqui é referido, está em consulta pública, todos nós Eleitos pelos lisboetas, temos obrigação de contribuir com o que pudermos para a melhoria deste plano é este o momento, mas não seria este o local, porque se vamos politizar isto e trazer aqui este assunto, também temos que reconhecer o avanço que este terceiro plano representa, sobretudo e como aqui também já foi dito relativamente à dimensão do pré-sinalização, portanto, concretização da luta contra a violência sobre idosos, sobre crianças e sobre cidadãos deficientes, e é importante dizer isto, quando se tenta instrumentalizar o plano.-----

----- Relativamente à recomendação do CHEGA, “Pelo restabelecimento do Comissariado contra o desperdício alimentar”, confesso que, em nome do Grupo Municipal da Iniciativa Liberal, tive a tentação de ir ler alguns textos muito interessantes do Estado Novo, sobre o papel do Estado no assistencialismo, nomeadamente, com a visitação não só pelas alunas de liceu, mas também pelas raparigas da Mocidade Portuguesa aos pobrezinhos, e é um bocadinho isso que parece estar aqui implícito por um motivo, obvio.-----

----- É que o período que estão a falar de 2014 a 2017 é precisamente o período imediatamente antes daquilo que digo, com muito orgulho ser uma explosão da sociedade civil, no melhor sentido da palavra, em que o voluntariado mais do que triplica e em que vemos uma organização, que todos nós conhecemos, que é a *Refood*, a cobrir não só a cidade inteira, como ser ela própria a fazer a colaboração com as entidades autárquicas, seja ao nível da freguesia, seja ao nível da Câmara e vemos a sociedade civil a tratar de si própria com voluntários que, de forma desprendida, conseguem fazer uma melhor organização do que o Estado.-----

----- Portanto, mais até do que aquilo que aqui já foi dito, o que nos parece a nós Iniciativa Liberal, é que CHEGA parece querer controlar através do Estado com a força do Estado, o dinamismo da sociedade civil que de forma muito humana e, sobretudo

com voluntariado muito, muito forte, como não existia há muitas décadas em Portugal, tem tratado desta questão. -----

----- Nós não aceitamos isso, acho que em nome da Iniciativa Liberal, temos que nos congratular com o papel da sociedade civil, eu falei aqui da *Refood*, há várias outras como sabemos e não tentar controlar, só porque queremos que o Estado tenha todo o poder sobre tudo. -----

----- Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Deputado Luís Newton do PSD? -----

----- É o Deputado Luís Newton ou é o Deputado Carlos Reis, é o Deputado Carlos Reis, declaração de voto oral.” -----

----- **O Grupo Municipal do PSD** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto**: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- Enquanto ali à nossa direita se consensualiza o que há para consensualizar, não sei ainda... É que estão a falar uns com os outros e depois também não ouvimos, não é? Portanto, é aborrecido. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pode falar Senhor Deputado” -----

----- **O Grupo Municipal do PSD** continua a apresentar, oralmente, a sua **Declaração de Voto**: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente, pelo uso da palavra. -----

----- Quanto às declarações de voto, sustentam os nossos votos de rejeição das propostas dos documentos que o PEV aqui nos traz hoje, queríamos referir que, em relação à recomendação para a reabilitação e reabertura do Cinema Pathé, que, não obstante, e sem prejuízo de considerarmos o eventual interesse cultural do cinema e o eventual interesse municipal em o preservar, não podemos, naturalmente, fazer vingar procedimentos urbanísticos e revogação de procedimentos urbanísticos, legalmente constituídos, legalmente tramitados, legalmente constitutivos de direitos de terceiros, por uma deliberação quase espontânea aqui numa Assembleia Municipal. -----

----- Nós sobre matérias constitutivas de direitos, como as matérias legais, temos de ter muito cuidado. Lisboa é uma cidade que tem que ser uma pessoa de bem, como na Câmara Municipal como na Assembleia Municipal, e quando tomamos decisões que afetam direitos legalmente constituídos, que não são sagrados, podem ser revogados, com certeza, mas há toda uma legislação, inclusive, existem consequências, consequências legais, financeiras, que todos nós temos que ponderar quando tomamos estas decisões, isto não era uma proposta bem fundamentada e muito menos não houve termos de uma discussão de um interesse e com uma importância destas. -----

----- Portanto, em futuros documentos deste género, não contem com a nossa boa vontade, nem sequer com a nossa passividade, porque iremos denunciar qualquer tipo de documentos, que sejam assim trazidos aqui por impulso, ainda que impulso generoso, ainda que com fins nobres para a cidade, que nós não fazemos nenhum processo de intenção àquilo que o PEV aqui nos trouxe, quanto ao Cinema Pathé.-----

----- Mas com certeza que não é assim que se consegue gerir uma Cidade de Lisboa, com regras abstratas gerais para todos, que é o princípio basilar de um Estado de direito democrático.-----

----- Quanto à outra proposta das acessibilidades, para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida na cidade de Lisboa, naturalmente, nós apenas temos que aqui denunciar o oportunismo desta proposta, porque aquilo que está proposto já está a ser executado, já está a ser trabalhado pela Câmara Municipal.-----

----- Houve há pouco tempo uma sessão pública de apresentação à população, precisamente de reorganização do espaço público, com a presença do Senhor Vereador Ângelo Pereira, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, Ricardo Mexia, onde todos os populares puderam intervir, puderam participar e, portanto, isto não acrescenta nada, apenas acrescenta uma medalha ao peito do PEV, mas pouco mais do que isso.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção-----

----- “Obrigada, Senhor Deputado. Para declaração de voto oral, a Deputada Isabel Mendes Lopes do LIVRE.”-----

----- **O Grupo Municipal do LIVRE** apresentou oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Nós votamos abstenção no voto 104/4, porque, de facto, vandalizar propaganda política e é algo que não deve acontecer, sobretudo pondo em perigo pessoas, como foi o caso do incêndio do outdoor. Mas, na verdade, este voto foi apresentado por um partido que escolhe a violência, promove o discurso de ódio, rasura caras de pessoas na sua propaganda política, perturba os trabalhos dos órgãos onde está, escolhe sempre violência, provoca deliberadamente e que é um dos principais responsáveis pelo clima de polarização que hoje vivemos e, por isso, queremos deixar esta declaração de voto.

----- Votamos abstenção, mas condenamos profundamente a atuação deste partido.-----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.-----

----- Deputado Bruno Mascarenhas do CHEGA.”-----

----- **O Grupo Municipal do CHEGA**, apresentou, oralmente a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “Quanto ao voto sobre a reabilitação e reabertura do Cinema Pathé, nós fazemos aqui uma declaração de voto oral no seguinte sentido.-----

----- Se há partido que faz uma defesa intransigente do património da Cidade de Lisboa, é precisamente o CHEGA. -----

----- Agora este imóvel, Caros Deputados do Partido Ecologista Os Verdes, não tem um interesse patrimonial que lhe querem atribuir, muito menos quando a alternativa que davam e já foi aqui mencionado, era entrar outra vez nesta deriva do teatro em cada bairro, portanto, desde logo, portanto, faz para nós, aliás, não faz para nós qualquer sentido esta situação. -----

----- Já que tenho essa prerrogativa Regimental, Senhora Presidente, queria aproveitar esta declaração de voto para falar dos nossos votos. -----

----- Eu posso fazer declaração de voto, sobre o nosso próprio voto, para explicar duas coisas, desde logo que, um Comissariado de Desperdício Alimentar sob a égide de uma vereadora não acarreta cargos absolutamente ou cargos adicionais absolutamente nenhuns, portanto, isso é a primeira coisa. -----

----- E sobretudo também explicar que um Comissariado exatamente para trazer as forças vivas da cidade, trazer todos aqueles que voluntários que no passado trouxeram e ajudaram tantas e tantas pessoas, foram milhões de refeições e que, pelos vistos, os senhores não entenderam e, portanto, eu gostava que ficasse claro o que é que está aqui em causa. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Vamos ouvir a declaração de voto oral do Deputado Jorge Nuno Sá do ALIANÇA.

----- **O Grupo Municipal do ALIANÇA**, apresentou, oralmente a seguinte **Declaração de Voto**: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Apenas sobre este voto concreto sobre o Cinema Pathé, eu tenho algumas dúvidas se fosse para levar a sério sobre a admissibilidade destas propostas, porque revogar até podia fazer a brincadeira de ver a esquerda a atribuir milhões à iniciativa privada, de qualquer maneira, porque quando se fala em revogar licenciamentos feitos, direitos adquiridos assim com esta leviandade é o mesmo que dizer, que estão à procura de uma indemnização e nós vamos dar . -----

----- Quero dizer, não se percebe isto! -----

----- Percebe-se a preocupação que o edificado, percebe-se a preocupação com a não existência de obra. Dizer isto, revoga a decisão quanto há direitos adquiridos por parte de um privado, é o mesmo que dizer, vamos dar-lhe milhões de indemnização. -----

----- Não consigo perceber, não consigo perceber o alcance, não consigo perceber sequer a racionalidade desta proposta, porque não é quantificada, é assim revogamos, depois quem paga não sabemos, eu sei, são os contribuintes.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Obrigada, Senhor Deputado. -----

----- **O Grupo Municipal do PS**, apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**. -----

----- “Na 104ª Reunião - Ordinária da Assembleia Municipal de Lisboa, de 6 de fevereiro de 2024, o Partido Chega, apresentou na Assembleia Municipal de Lisboa, o voto 104/04 (CHEGA) –Voto de Repúdio da Vandalização Sucessiva de Propaganda Política - tendo o Partido Socialista votado contra, entendendo apresentar a seguinte Declaração de Voto. -----

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista considera que: -----

----- A Liberdade de Expressão e Propaganda Política são características inerentes aos regimes democráticos, de que Portugal beneficia após 48 anos de ditadura fascista, terminada com a revolução do 25 de abril de 1974. -----

----- O Partido Socialista considera, pois, como ilegítimo a destruição da propaganda política, condenando sempre situações análogas. -----

----- São questões políticas, que determinaram este voto. -----

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista, reconhece como pensamento estruturante de todas as suas políticas, o respeito pelo sagrado princípio, de que todos os homens nascem livres e iguais em direitos. -----

----- Como fatores determinantes do progresso económico, social, cultural e político, o Grupo Municipal do Partido Socialista, destaca exemplos de avanços para a humanidade, como a declaração da independência americana de 1776, o espírito filosófico do século XVIII, bem como a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789. Etapas de Humanidade que marcam o fim do Antigo Regime e o início de uma nova era, como fatores relevantes para a defesa do princípio da igualdade de direitos, e da Liberdade. -----

----- Em cada uma delas, bem como na Declaração da Carta dos Direitos Humanos, da ONU, o entendimento de todos os seres humanos como iguais, com iguais direitos e liberdade, que são os fundamentos das instituições e estados modernos. -----

----- O Partido Chega, o seu Líder, André Ventura, foi condenado em Tribunal por "discriminação em função da cor da pele e da posição socioeconómica". Depois de condenado, André Ventura, veio prontamente dizer que 'discorda violentamente' da condenação judicial”, reiterando mais uma vez o crime praticado e transitado em julgado. -----

----- Assim, nas circunstâncias presentes, e face a um inimigo declarado dos Direitos Humanos, que instiga o racismo, a discriminação social, e sexual, cultivando as dissensões e ódio entre os portugueses, consideramos que não pode merecer do PS, e de nenhum democrata, qualquer sinal de aprovação, que permita a institucionalização de um Partido, que se serve da democracia, para a suprimir. -----

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista, não pode, face aquilo que foi referido, caucionar qualquer tipo de voto, proposto por um Partido, que pretende destruir o estado social, discriminar os portugueses e eliminar a Democracia. -----

----- São estas as causas, os motivos e os argumentos que levaram o Grupo Municipal do Partido Socialista, na 104.ª sessão plenária da Assembleia Municipal de Lisboa, realizada a 6 de fevereiro, a ter esta tomada de posição e votação. -----

----- Assembleia Municipal de Lisboa, 7 de Fevereiro.-----
----- Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista.-----
----- Manuel Portugal Lage. -----
----- **O Grupo Municipal do PCP**, apresentou posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**: -----
----- “O Grupo Municipal do PCP votou contra do Voto 104/06 (MPT) - Voto de Solidariedade para com o Povo Ucrâniano (Por ocasião do 2.º aniversário do início da agressão militar russa), na 104ª Sessão da Assembleia Municipal de Lisboa - Sessão Ordinária de 06 de Fevereiro (1ª Reunião).-----
----- Atendendo à natureza do voto, o PCP entendeu apresentar a seguinte Declaração de Voto: -----
----- É motivo de grande preocupação, para todos quantos aspiram a uma Europa e a um mundo de paz, a guerra e a continua instigação da guerra na Ucrânia, uma guerra que dura há dez anos, que conheceu novos desenvolvimentos com a intervenção militar da Rússia há dois anos, e a que urge pôr fim. -----
----- No entanto, consideramos que o presente voto, mais do que uma legítima expressão de solidariedade para com o povo ucraniano – vítima de um golpe de Estado em 2014 e de uma década de guerra –, constitui uma sua utilização para continuar a promover o prolongamento do conflito, com tudo o que representa de mais morte, sofrimento e destruição.-----
----- Apresentada como sendo entre a Rússia e a Ucrânia, esta guerra é, de facto, expressão de uma confrontação dos EUA, da NATO e da UE com a Rússia, no quadro da estratégia de domínio hegemónico dos EUA, em que avultam o alargamento da NATO, a instalação de meios e contingentes militares cada vez mais próximo das fronteiras daquele país e a utilização da Ucrânia e do poder ali instalado como instrumento dessa acção belicista. Uma política que se tem traduzido no recorrente recurso à ingerência, à agressão, à imposição de sanções e bloqueios, visando diversos países que afirmam a sua soberania e independência, e em que igualmente se insere a crescente confrontação com a China.-----
----- De igual modo, a situação na Ucrânia não pode ser dissociada do golpe de Estado de 2014, protagonizado por grupos fascistas, que levou à imposição de um regime xenófobo e belicista cuja violenta acção é responsável pelo agravamento de fracturas e divisões, por perseguições, pela ilegalização de partidos políticos, pelo encerramento de órgãos de comunicação social, pela discriminação e negação de liberdades e direitos fundamentais, incluindo de cidadania, pela deflagração da guerra neste país em 2014.
----- Acresce-se que a continuada escalada armamentista e o conseqüente prolongamento e intensificação da guerra comportam acrescidas e graves conseqüências e perigos para os povos ucraniano e russo, assim como para os povos da Europa e de todo o mundo.-----
----- A realidade continua a demonstrar que são os trabalhadores e os povos que estão a pagar os custos da guerra, do militarismo, das sanções, visíveis no aumento do custo de vida, no ataque aos direitos e às condições de vida, no agravamento da pobreza e das desigualdades, na deterioração da situação económica e social.-----

----- *É cada vez mais ostensivo que quem está a ganhar com a guerra são as grandes empresas de armamento, da energia, da alimentação, da distribuição ou a banca, que continuam a acumular milhares de milhões de lucros.* -----

----- *É urgente parar a política de instigação do confronto, que só levará ao prolongamento e agravamento do conflito.* -----

----- *Urge dar uma oportunidade aos apelos, às iniciativas e às propostas de mediação que têm sido avançadas com vista a uma urgente solução política para o conflito.* -----

----- *Ao invés de alinhar com aqueles que promovem a escalada do conflito, do militarismo, da guerra, a Assembleia Municipal de Lisboa deverá pugnar pela solução pacífica dos conflitos internacionais e o desarmamento geral, simultâneo e controlado, entre outros importantes princípios das relações internacionais consagrados na Constituição da República Portuguesa.* -----

----- *Deste modo e nesta ocasião, o Grupo Municipal do PCP:* -----

----- *Expressa a sua solidariedade para com as vítimas da guerra que se trava na Ucrânia, que dura há dez anos e a que urge pôr fim;*-----

----- *Condena todo um caminho de ingerência, violência e confrontação, o golpe de Estado de 2014, promovido pelos EUA na Ucrânia, que instaurou um poder xenófobo e belicista, a intervenção militar da Rússia na Ucrânia e a intensificação da escalada belicista dos EUA, da NATO e da EU;*-----

----- *Insta a que os EUA, a NATO e a UE cessem de instigar e alimentar a guerra na Ucrânia e que se abram vias de negociação com os demais intervenientes, nomeadamente a Federação Russa, visando alcançar uma solução política para o conflito, a resposta aos problemas de segurança colectiva e do desarmamento na Europa, o cumprimento dos princípios da Carta da ONU e da Acta Final da Conferência de Helsínquia.”* -----

----- **O Grupo Municipal do PCP**, apresentou posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**: -----

----- *“O Grupo Municipal do PCP votou a favor do Voto 104/07 (MPT) - Voto de Pesar pelas Vítimas do Holocausto, na 104ª Sessão da Assembleia Municipal de Lisboa - Sessão Ordinária de 06 de Fevereiro (1ª Reunião).*-----

----- *Atendendo à natureza do voto, o PCP entendeu apresentar a seguinte Declaração de Voto:* -----

----- *No passado dia 27 de janeiro, assinalaram-se os 79 anos da libertação, pelo Exército Soviético, do campo de concentração de Auschwitz-Birkenau, onde foram assassinados – nas câmaras de gás, pela fome e a doença, nos fuzilamentos e sob a tortura – mais de um milhão e cem mil seres humanos.*-----

----- *Em resultado da política nazi de extermínio foram assassinados, incluindo nos campos de concentração, milhões de seres humanos, na sua maioria prisioneiros de guerra e civis soviéticos, judeus, eslavos, entre muitos outros.* -----

----- *Os campos de concentração nazis foram também campos de trabalho escravo ao serviço dos grandes monopólios alemães que desempenharam um papel decisivo na ascensão de Hitler e do nazismo ao poder na Alemanha. Campos, como em Auschwitz-Birkenau, em que a exploração do trabalho era levada ao extremo – até à morte – e*

onde aqueles que eram considerados inaptos para o trabalho eram cruelmente eliminados. -----

----- Ao assinalar esta data, é justo recordar o contributo da URSS e do povo soviético – que sofreu mais de 20 milhões de mortos – para a Vitória sobre o nazi-fascismo na Segunda Guerra Mundial. -----

----- Quase 80 anos depois, só pode ser motivo de preocupação e de indignação o surgimento em países na Europa de forças que reabilitam o fascismo e glorificam os colaboradores com o nazismo, ao mesmo tempo que destroem monumentos àqueles que heroicamente e à custa de enormes sacrifícios os combateram e derrotaram salvando a Humanidade da barbárie e que perseguem os comunistas e outros anti-fascistas. -----

----- Efectivamente, vivemos tempos em que os grandes interesses económicos promovem concepções, projectos e forças de extrema-direita e fascizantes, tendo estas vencidos eleições, como na Itália ou na Holanda, ou obtido expressivos resultados eleitorais, como na Suécia, na Finlândia ou em França. -----

----- Tempos em que se tenta impor um pensamento único e se discrimina, silencia, deturpa e reprime o pensamento crítico ou divergente, os que lutam de forma efectiva pelos direitos, o progresso social, a soberania, a paz e a cooperação. -----

----- Tempos em que se fomenta a confrontação, o militarismo, a escalada armamentista e a guerra, como se verifica com a brutal agressão de Israel contra o povo palestino que já provocou mais de cem mil vítimas, na sua maioria crianças e mulheres e que nada pode justificar, levando a África do Sul a apresentar uma queixa contra Israel no Tribunal Internacional de Justiça. Sendo que a justa condenação da cruel perseguição nazi aos judeus, não pode ser usada para procurar justificar a violenta e ilegal ocupação de territórios da Palestina e os crimes de Israel contra o povo palestino.

----- Para que nunca mais se repitam os horrores de Auschwitz-Birkenau, do nazi-fascismo e da guerra, é premente que os democratas se mobilizem em defesa da paz, a democracia, a verdade, rejeitando o branqueamento do fascismo e dos seus crimes, a banalização da ideologia fascista, a mentira e a falsificação histórica. -----

----- Para que nunca mais se repitam Auschwitz-Birkenau e a bárbarie nazi-fascista e da guerra e tendo em conta que se comemoram os 50 anos da Revolução de Abril, em que o povo português com os militares de Abril puseram fim a 48 anos de fascismo, conquistando a liberdade, a democracia, o progresso social, a paz, o Grupo Municipal do PCP: -----

----- Recorda e homenageia as vítimas do nazi-fascismo, assim como todos quantos resistiram, lutaram e derrotaram a barbárie nazi-fascista; -----

----- Repudia o branqueamento do fascismo e dos seus crimes, a banalização da ideologia fascista e a promoção de forças de cariz fascista; -----

----- Apela à mobilização contra o fascismo e a guerra, em defesa da paz em todo o mundo, nomeadamente na Palestina e no Médio Oriente. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (DNI)** apresentou posteriormente a sua **Declaração de Voto:** -----

----- “Na 104ª Reunião – 1ª Sessão Ordinária de 06-02-2024, no Voto 104/04 (CHEGA) – Voto de Repúdio Vandalização sucessiva de Propaganda Política – Tema 6, declaro

e justifico que votei contra o voto em questão, para tal fazendo uso de uma adaptação de um dito popular: “Quem semeia discursos de ódio, colhe violência.” -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Terminámos o PAOD, passamos para o POD, para o período da ordem do dia.” -

----- **1. APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL, E NA ALÍNEA E) DO N.º 2 DO ARTIGO 4.º E N.º 5 DO ARTIGO 36.º DO REGIMENTO; GRELHA G – LIMITE MÁXIMO DE 4 HORAS; (ADIADA PARA A 2.ª REUNIÃO DESTA SO A REALIZAR NO DIA DE 12 DE MARÇO);** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O ponto 1 da nossa ordem de trabalhos de hoje tem a ver com a apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara, que foi adiada para dia 12 de março.” ---

----- **2. APRECIACÃO DA RECOMENDAÇÃO 103/02 (PS) – NOVA VERSÃO - INSTALAÇÃO DA BIBLIOTECA ANTÓNIO LOBO ANTUNES, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15.º DO REGIMENTO; GRELHA A - 60 MINUTOS; VOTACÃO;** -----

----- (A Recomendação n.º 103/02 (PS), fica anexada à presente Ata, como Anexo XVI e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Passamos à apreciação da Recomendação 103/03 do PS, “Instalação da Biblioteca António Lobo Antunes”, tem uma nova versão”.-----

----- Quem é que apresenta? Deputada Simonetta Luz Afonso?” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Vereadores, Caros colegas, Imprensa, Senhores Funcionários. -----

----- As bibliotecas públicas, são um importantíssimo contributo para os objetivos do desenvolvimento sustentável e para a construção de sociedades mais igualitárias humanas sustentáveis e cultas. -----

----- António Lobo Antunes, psiquiatra de formação e escritor de vocação, nascido em Benfica em 1 de setembro de 1942. Um dos mais importantes escritores e promotores da língua portuguesa manifestou em 2021, a intenção de doar a sua biblioteca pessoal, manuscritos e outros documentos à Câmara de Lisboa, cerca de vinte mil títulos.-----

----- Tão importante, doação tem estado a ser catalogada pelos serviços da Câmara a fim de vir a ser instalada na antiga Fábrica Simões, na Freguesia de Benfica, onde ocupará cerca de mil e oitocentos metros quadrados em dois pisos, fruto da cedência da firma Teixeira Duarte de uma fração autónoma a qual doará também o projeto. -----

----- A nova biblioteca deverá incorporar todas as funcionalidades que uma biblioteca municipal é dotada, pensando numa lógica de proximidade, com os fregueses de todas as faixas etárias e facilidade no acesso e estacionamento. -----

----- Em 1de setembro de 2022, a Câmara Municipal de Lisboa, celebrou o 80º Aniversário de António Lobo Antunes, no espaço das futuras instalações e o Senhor Presidente da Câmara, Carlos Moedas, anunciou a sua abertura ao público em 2024. --

----- António Lobo Antunes dedica-se à escrita desde 79 e a sua primeira obra, “A Memória de Elefante”, e desde então, publicou vinte nove romances, cinco volumes de crónicas editadas originalmente na Revista Visão, tendo sido reconhecido internacionalmente e premiado com importantes galardões nacionais e internacionais, entre eles o Prémio Camões, o mais importante da literatura em português. -----

----- Em 2018, a Biblioteca *La Pléiade*, anunciou a publicação da sua obra em francês, sendo o segundo escritor português, depois de Pessoa, e um dos poucos escritores vivos a integrar a coleção. -----

----- Num momento crucial para a cidade, em que é necessário criar pontos de interesse em outros bairros, para além do centro histórico, parece-nos que este equipamento e a importância do escritor muito contribuíram para este desígnio, atraindo novos visitantes nacionais e internacionais a Benfica, onde a Junta de Freguesia, já gere outros pontos de interesse e de atração importantes equipamentos, como o Palácio Baldaia, o antigo Cinema Turim ou o Centro Carlos Paredes. -----

----- Talvez a edição de um roteiro de Benfica, da Benfica, do António Lobo Antunes, a partir da sua obra e exponencialmente as crónicas fosse por si, um elemento de descoberta deste populoso bairro da cidade, onde o escritor viveu a sua infância e juventude e que tanto ama. -----

----- Reconhecendo, a importância da criação da Biblioteca de António Lobo Antunes, na Freguesia de Benfica, sua freguesia natal, o Grupo Municipal do Partido Socialista delibera recomendar à Câmara Municipal de Lisboa, que desenvolva os trabalhos necessários à sua abertura, cumprindo a promessa do Senhor Presidente Engenheiro Carlos Moedas, com o objetivo de 2024. -----

----- A biblioteca seja integrada na Rede das Bibliotecas Municipais e os seus serviços sejam acessíveis, física e digitalmente a todos os membros da comunidade. -----

----- A Biblioteca António Lobo Antunes, à semelhança de outras bibliotecas municipais, seja também gerida pela Junta de Freguesia. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “A Senhora Deputada Natacha Amaro do PCP tem a palavra.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Mais uma vez a tarde.-----

----- Sobre a Recomendação apresentada pelo Partido Socialista, sobre a Biblioteca António Lobo Antunes, acompanhamos as preocupações e as propostas relativas à futura biblioteca para o imprescindível reforço da rede pela BLX, a Rede das Bibliotecas Municipais de Lisboa, rede essa que, inclusivamente abordámos no PAOD desta sessão no ponto imediatamente anterior. -----

----- Valorizamos a necessidade de agilizar a construção e finalização deste equipamento, bem como a sua integração nessa rede de bibliotecas municipais. -----

----- No entanto, sobre o ponto 3, que recomenda à Câmara a atribuição deste equipamento à Junta de Freguesia de Benfica, pensamos que é bastante prematuro recomendar uma decisão para ser tomada, já. Não existem razões para considerar que este equipamento não deve ser gerido pela Câmara, tal como são muitas outras bibliotecas, haverá oportunidade para se avaliar a gestão de um equipamento, que ainda nem existe totalmente, com toda a certeza no futuro e por essa razão, não iremos acompanhar este ponto.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputada. -----

----- Não temos mais inscrições, pergunto se quer terminar o ponto? -----

----- Não, então vamos passar então à votação, por pontos. -----

----- **A Recomendação 103/02 (PS) – (Nova Versão) – Instalação da Biblioteca António Lobo Antunes, foi deliberada por pontos:** -----

----- **Ponto 1 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- **Ponto 2 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- **Ponto 3 foi aprovado por maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ BE/ IL/ PAN/ MPT/ LIVRE - Contra: CDS-PP – Abstenção: PCP/ CHEGA/ PEV/ ALIANÇA. -----

----- **(Ausência do Grupo Municipal do PPM e dos(as) Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça nestas votações)** -----

----- **3. APRECIACÃO DA RECOMENDAÇÃO 103/03 (PS) – 2ª NOVA VERSÃO - REGIMENTO SAPADORES BOMBEIROS DE LISBOA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15.º DO REGIMENTO; GRELHA A - 60 MINUTOS; VOTAÇÃO;** -----

----- (A Recomendação nº 103/03 (PS), fica anexada à presente Ata, como **Anexo XVIII** e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Passamos à apreciação da Recomendação 103/03 do PS, “Regimento de Sapadores de Bombeiros de Lisboa, o Deputada Miguel Belo Marques, tem a palavra. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Belo Marques (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima, Senhora Presidente, Excelentíssimos Senhores Membros da Mesa, Excelentíssimos Senhores Vereadores e Senhores Deputados, Excelentíssimos

Senhores funcionários do Município, Excelentíssimos Senhores membros da Polícia Municipal. -----

----- O Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa é a maior unidade do país dentro da sua categoria e uma das mais capacitadas do mundo. -----

----- Composto por homens e mulheres altamente preparados, com elevada formação técnica e tática e que garante ininterruptamente vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, a segurança de todos os que habitam, trabalham, estudam ou visitam a Cidade de Lisboa. -----

----- Com a força da experiência adquirida ao longo dos seus 628 anos de história e com capacidade técnica de ponta da modernidade, o Regimento é um bastião de referência a nível nacional e internacional, como disso, são prova o brilhantismo com que participa nas mais diversas missões internacionais, com os mais díspares níveis de complexidade e os magníficos resultados alcançados em diversas competições técnicas internacionais, como também disso, são exemplos títulos de campeão do mundo de desencarceramento.-

----- No passado dia 9 de janeiro, nesta mesma casa, um Presidente de um sindicato, o Sindicato Nacional de Bombeiros Sapadores, julgo que, nessa mesma função, dirigiu-se a todos nós, apontando o que considera serem erros de gestão e descon siderações por parte da tutela e fazendo acusações graves, em relação a algumas ocorrências protagonizadas por Corpos Bombeiros Voluntários da Cidade. -----

----- Quanto à segunda questão, algo de grave se passa ou o facto de termos, como foi dito pelo próprio Bombeiros Voluntários, sem formação a conduzir ambulâncias, o que, segundo o mesmo, coloca em risco as pessoas transportadas nessas mesmas operações e o facto de termos viaturas ofertadas pela Câmara Municipal a Corpos de Bombeiros Voluntários da Cidade, a serem vendidas por isso mesmo, Corpo de Bombeiros a outros Corpos Bombeiros Voluntários de outros pontos do país. -----

----- O que consideramos graves e justificativo rápido esclarecimento ou então temos outra questão muito grave, acusações infundadas que colocam em causa o bom nome de muitos homens e mulheres e de algumas instituições seculares da nossa cidade. -----

----- Outra questão levantada na mesma intervenção, e que muito nos importa refere às condições de trabalho dos homens e mulheres que servem no Regimento de Sapadores Bombeiros. -----

----- Tanto no que concerne a formação, mas também a condições estruturais de quartéis, bem como a falta de equipamento e fardamento, como disso, foram exemplos apontados a carência de equipamentos de proteção individual, botas de fogo, computadores, telefones, casacos de frio e chuva e fatos de treino para instrução física. -----

----- No seguimento de tais declarações, achamos fundamental reiterar o total apoio para que o Regimento Sapadores Bombeiros e para com as seis corporações de Bombeiros Voluntários da cidade, propõe desta forma que esta Assembleia Municipal delibere recomendar a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- A instalação do Museu do Regimento Sapadores Bombeiros, num local digno que permita valorizar e dinamizar o vasto património museológico da instituição, envolvendo o Regimento e os seus profissionais no processo de instalação. -----

----- E que continue a ser feita e materializada, a lista de necessidades por parte do RSB, quer a nível de melhorias de instalações, quer a nível de supressão de falhas e carências de fardamento e equipamento, criando para isso uma listagem a calendarização das intervenções e aquisições.-----

----- Reconhecemos o esforço que tem sido feito pelo Vereador Ângelo Pereira e também por isso, todas estas questões e as restantes previamente referidas, são questões que importam esclarecer, para ser possível continuarmos a ter Corpos de Bombeiros, que nos garantam a segurança de todos e para que se respeite a integridade dos Bombeiros da nossa Cidade.-----

----- Obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado, vamos passar aos inscritos.-----

----- **A Senhora Primeira Secretária, Ana Mateus**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- Deputado Fernando Correia do PCP.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Fernando Correia (PCP-Independente)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todos.-----

----- Mais uma vez, Senhores Vereadores, Caros colegas, todos os presentes aqui em Casa, permitam-me um à parte, porque é uma área que eu acompanho, digamos, na 8ª Comissão.-----

----- Mal seria que esta assembleia não se pudesse pronunciar sobre o aeroporto, que está em Lisboa, quando se pronuncia e não é uma crítica “sobre tudo e um par de botas”, portanto, obviamente que esta assembleia tem toda a legitimidade para se pronunciar sobre o aeroporto e pronunciou-se hoje muito bem sobre o aeroporto.-----

----- Passando agora, efetivamente o que me traz cá, perdoem-me a franqueza, perdoem-nos a franqueza, que sempre de privilegiámos a hipocrisia, mas a leitura desta Recomendação do PS, sobre o Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa leva-nos, inevitavelmente, enquanto membros ativos, alguns anos da 8ª Comissão de Transportes, Mobilidade e Segurança, desta assembleia a uma viagem a um passado recente.-----

----- Abriu-se uma janela no tempo e eis que estamos a reouvir os competentes profissionais do RSB e os seus diligentes Representantes do Sindicato, Sapadores do Município de Lisboa, o STML a denunciar quartéis sem condições. Santo Amaro, Benfica, Defensores de Chaves, Alvalade, entre outros, que os Eleitos do PCP tiveram oportunidade de visitar.-----

----- Instalações sem condições de salubridade, sem climatização e até em risco de ruína, camaratas e balneários, indignos, redes elétricas em risco, curto-circuito, paredes por onde escorria água e humidade e com o bolor à vista e tetos de amianto.-----

----- Havia uma exceção, a joia da coroa e o orgulho do Regimento, o Quartel do Colombo, o mais moderno de Lisboa e onde estava instalado o museu que colheu então o valioso espólio do Regimento de Sapadores Bombeiros, resultado da vontade, da persistência e de uma prolongada luta destes profissionais.-----

----- Também nos lembramos todas as queixas dos Sapadores, no que se refere à falta de fardamento, equipamento de proteção individual, EPI's, nomeadamente, botas de fogo, equipamentos já estavam obsoletos e, conseqüentemente, não asseguravam a necessária proteção aos profissionais em situações de risco.-----

----- Entretanto, aconteceu a criminosa destruição do Quartel do Colombo e do seu museu, sem que houvesse um espaço alternativo e o valioso espólio do RSB foi armazenado, nem sempre nas melhores condições para assegurar a sua preservação. ---

----- As viaturas, algumas peças únicas a nível mundial foram parar a um armazém municipal à beira rio na Matinha, e lá ficaram a apodrecer, à mercê dos ventos salgados e dos dejetos das gaivotas, com muitos deputados municipais puderam confirmar numa visita às instalações que foi notícia na comunicação social. -----

----- Veio a promessa da reinstalação do Museu em Alcântara, num espaço partilhado com o Museu da Carris, mas nunca se concretizou.-----

----- Os problemas do RSB não são de ontem, tem muitos anos e ao longo do tempo, foram aqui acompanhados e tratados com diversas recomendações e até petições que reiteradamente não tiveram eco na Câmara, também não subsistem nem estão prejudicados pelos apoios que a autarquia deu as associações de bombeiros voluntários que nem deviam para aqui ser chamados nesta recomendação. -----

----- Francamente, Senhores Deputados, esta recomendação é uma grande hipocrisia, senhores deputados do PS, pelo que os senhores não fizeram em todos os anos em que estiveram à frente da Câmara e dos destinos da cidade. -----

----- Ainda assim, e porque importa que se faça o que não foi feito, Senhor Vereador Ângelo Pereira, um à parte, Benfica precisa de um quartel novo bombeiros, precisa de uma biblioteca e precisa de um quartel de bombeiros. Aquele facto não é recuperável, as obras da Teixeira Duarte ao lado, estragaram o resto e, portanto, esperemos que esse projeto e a conseqüente obra, parece que o terreno já uma indicação que rapidamente tínhamos também aqui informações e que não ficamos outra vez em mais anos, sem um novo quartel para Benfica. -----

----- Mas dizia ainda assim e porque importa que se faça o que não foi feito, o PCP votará a favor desta recomendação? -----

----- Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Primeira Secretária, Ana Mateus**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora deputada Cláudia Madeira do PEV.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Senhora Secretária, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- A propósito desta recomendação do Partido Socialista sobre o Regimento de Sapadores Bombeiros, Os Verdes estão de acordo com o que é proposto, mas entendemos que é de salientar os seguintes aspetos que são, no mínimo, incoerentes. -

----- No anterior mandato, apresentámos uma recomendação que se intitulava “Mais investimento no Regimento de Sapadores Bombeiros”, que contou com a abstenção do Partido Socialista. -----

----- Propúnhamos a resolução de vários problemas, como a falta de condições nos quartéis, a falta de viaturas e de EPI’s, o necessário reforço do mapa de pessoal, o Museu do RSB, entre outras propostas, de facto, para o Regimento continuar a prestar um serviço de excelência, é preciso um efetivo investimento, era assim em 2018 e é assim hoje. Concretamente sobre o Museu do Regimento, recordamos que há apenas cinco meses, apresentamos aqui uma recomendação aprovada por unanimidade e que proponha precisamente que a Câmara assegurasse a sua instalação, num espaço digno e com as condições adequadas para a preservação da valiosa coleção, mantendo reunido o seu acervo, já em 2018 tinha sido aprovada uma proposta do PEV semelhante. -----

----- Ainda sobre o Museu, estranhámos ou talvez não, que nada seja dito por parte do Partido Socialista, sobre a causa para hoje não haver esse espaço, mas recordamos que em 2015, este museu, assim como o Quartel de Carnide, foram demolidos devido à expansão do Hospital da Luz, sem a autarquia nem na altura, nem depois acautelarem outra alternativa. -----

----- Aliás, os bombeiros nessa altura passaram para o Quartel de Benfica, que chegou a estar desativado por falta de condições. Quase dez anos depois, o espólio continua dividido em vários espaços e, nalguns casos, sem condições para a sua preservação. ---

----- Relembramos ainda que em 2018, a Câmara, na altura gerida pelo Partido Socialista, informou que o museu seria construído nas instalações da Carris em Santo Amaro, mas nunca se chegou a conhecer o projeto, nem se teria as condições adequadas ou até se a intenção era manter todo o acervo reunido, tal como ficamos hoje, sem saber se o PS continua a considerar que esse espaço pode eventualmente ser uma opção, o que desde logo nos levanta sérias reservas como na altura manifestámos. -----

----- Por fim, e apesar destes aspetos, Os Verdes concordam com o que é proposto, importa que a Câmara assegure as devidas condições, para que seja possível continuar a assegurar o serviço de socorro com eficácia, eficiência e segurança, com a justa e merecida valorização e reconhecimento dos bombeiros, do seu trabalho exemplar e de toda a dedicação com que se entregam a sua nobre missão. -----

----- Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Primeira Secretária, Ana Mateus**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, da Iniciativa Liberal.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (IL)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, caro público, muito boa tarde a todos.-----

----- O Partido Socialista traz-nos hoje uma recomendação a propósito de uma intervenção, que podemos ouvir nesta Assembleia Municipal, feita pelo Presidente da Direção do Sindicato Nacional dos Bombeiros de Sapadores. -----

----- Essa intervenção que todos ouvimos aqui elencou um conjunto de problemas que, para alguns poderão ser novos ou neste mandato na discussão, alguns até poderão ser novos, mas que já têm todo um historial nesta Assembleia Municipal. -----

----- É aquele tipo de recomendações do Partido Socialista, que podemos chamar de recomendações de arrependimento, arrependimento daquilo que não fizeram quando estavam na Câmara Municipal.-----

----- É verdade que temos vários quartéis a precisar de obras. É verdade que temos quartéis que correm o risco de ruir. Quartéis com tetos com amianto, quartéis onde chove lá dentro, onde a rede elétrica não aguenta a carga e vai abaixo. Quartéis, nalguns casos onde não existe água quente, não existe climatização ou aquecimento.-----

----- Mas estes problemas não são de agora, não nasceram neste mandato e resultam de uma falta de planeamento e de investimento ao longo de vários anos, mas que terá que ser este executivo a resolvê-los, pois a situação não pode continuar.-----

----- Os Bombeiros Sapadores são os bombeiros profissionais, que pertencem à Câmara de Lisboa e compete à Câmara de Lisboa, assegurar que eles têm os meios necessários para poderem exercer, como deve ser a sua fundamental missão de proteção da cidade, dos seus residentes e dos seus visitantes. -----

----- Não podemos ter bombeiros com falta de equipamentos de proteção individual, com carências a nível de material, com problemas em termos de viaturas ou sem condições dignas nos quartéis, num Município, que se gaba de ter o maior orçamento de sempre. -----

----- Impõe-se que nós Assembleia Municipal, acompanhemos de perto este processo naquilo que são as nossas competências e naquilo que é a nossa obrigação de procurar contribuir para a resolução dos problemas. -----

----- No que diz respeito ao Museu dos Bombeiros, esse é um tema que é antigo nesta casa, como já foi referido, várias vezes discutido, inclusive em competições, mas a verdade é que não há meio desse processo avançar. O que sabemos é que o valioso e histórico espólio dos bombeiros, esteve e está há vários anos num armazém sem condições e a degradar-se. -----

----- É preciso de uma vez por todas, concluir o inventário e tomar uma decisão relativamente às instalações do futuro Museu dos Bombeiros durante anos, nomeadamente no anterior mandato, foi nos dito, que isso estava a ser feito e que iriam para a zona de Santo Amaro em Alcântara, hoje é claro que Santo Amaro não é uma opção. -----

----- Senhora Presidente e Senhores Deputados, de entre as várias informações que nos foram trazidas pelo Sindicato, existem situações que têm necessariamente de ser aprofundadas. -----

----- Por tudo o que referi e dada a importância dos temas da parte da Iniciativa Liberal, reafirmamos a necessidade da Assembleia Municipal, poder acompanhar estes assuntos e, por isso, gostaríamos de propor ao Partido Socialista, o acrescento de um ponto na sua recomendação, referindo, sugestão de redação, que a presente recomendação seja enviada à 8ª Comissão, para acompanhamento e monitorização das diferentes situações elencadas.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Primeira Secretária, Ana Mateus**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Francisco Domingues do PSD”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Domingues (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados demais presentes, boa tarde a todos.-----

----- O Partido Socialista, apresenta nesta sessão da Assembleia Municipal, uma recomendação referente ao Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa, no seguimento de uma intervenção realizada nesta Assembleia, no período aberto ao público no passado dia 9 de janeiro, pelo seu Presidente do Sindicato Nacional dos Bombeiros Sapadores.

----- Contudo, o documento apresentado ao fim de algumas alterações legítimas continua a ser, no nosso entender, confuso.-----

----- Senão vejamos o Partido Socialista nos considerandos da recomendação que apresenta, faz um resumo da intervenção então feita pelo responsável do aludido sindicato, referindo, por exemplo, o problema do Quartel de Santo Amaro, mas esquece de referir o quartel que foi mencionado em primeiro lugar pelo responsável daquela estrutura sindical, por ser o que terá piores condições no caso o Quartel de Benfica. ---

----- Talvez porque este quartel tenha sido substituído no ano 2003, pelo Quartel do Colombo que, mesmo sendo o mais moderno da cidade, veio a ser demolido pelo executivo dos velhos tempos, daqueles tempos socialistas, que governavam a cidade e que não deixaram saudades e que obrigaram a que o RSB voltasse a ter onze anos depois de regressar para o antigo Quartel de Benfica, que já então seria o que dispunha de piores condições para os seus operacionais.-----

----- De igual forma, a Recomendação do Partido Socialista, refere a determinada altura, a falta de condições de um espaço para o espólio museológico do RSB, mas esquece, vá-se lá saber porquê novamente de ter humildade de mencionar, que foi no seu executivo, que tomou a decisão de demolir o então museu do RSB, que estava também localizado no Quartel do Colombo.-----

----- Ainda neste documento que hoje analisamos, o PS faz uma referência, a um facto, confessamos, não entendemos o seu alcance, a eventual ilegalidade da venda de um veículo doado pelo Município de Lisboa aos Bombeiros Voluntários do Beato e Penha de França.-----

----- Este veículo terá sido vendido em data que não é referida ao Município de Viana do Castelo, para ser colocado ao serviço da Companhia de Sapadores de Bombeiros de Viana do Castelo.-----

----- Por sinal, esta autarquia até é gerida pelo Partido Socialista.-----

----- A pergunta que se tem de colocar, é se o PS tem conhecimento de algo que coloca em causa este negócio, nomeadamente, quanto à legalidade do mesmo. O PSD não tem conhecimento de nenhum facto e o Sindicato que falou sobre o negócio, aparentemente também não, tal como os responsáveis do mesmo, referiram em reunião tida com o PSD após a sua intervenção nesta Assembleia.-----

----- Contudo, se o PS tiver dúvidas sobre a legalidade da venda do veículo, a sede onde deverá comunicar este facto, será às entidades judiciais competentes.-----

----- Refere ainda o documento do Partido Socialista, mas sem mencionar facto algum que ambulâncias das associações humanitárias de bombeiros voluntários são tripuladas por elementos sem formação.-----

----- O PS tem conhecimento de alguma situação em concreto sobre este tema?-----

----- O que é efetivamente de realçar é que o dispositivo integrado e permanente de emergência pré-hospitalar, constituído integralmente por mais das seis associações de Bombeiros Voluntários da Cidade de Lisboa, ocorreu a 3.658 ocorrências, só no passado mês de janeiro de 2024, portanto, no passado mês de janeiro.-----

----- É que se não tem referência nenhuma sobre ilegalidades cometidas, este documento, serve unicamente para dizer mal dos Bombeiros Voluntários da Cidade de Lisboa. Falando da sua alegada irresponsabilidade e falta de formação, mas sem apresentação de factos concretos, não se descortinando o alcance, de tais alegações.-----

----- Alega ainda o PS na recomendação, a falta de EPI's e veículos.-----

----- A Câmara Municipal de Lisboa investiu nos últimos dois anos, cinco vírgula dois milhões de euros em equipamentos, o maior investimento alguma vez feito no RSB no Corpo de Bombeiros do nosso Município, no nosso Corpo de Bombeiros, que possibilitaram a aquisição de vinte e sete veículos, sendo eles de apoio logístico, de combate a incêndios, destacando-se neste particular de veículos urbanos de combate a incêndios e veículos florestais de combate a incêndios, veículos escadas. Quando há bem pouco tempo nos tais velhos tempos, o RSB esteve em vias de ter sérias dificuldades operacionais, porque não ter veículos com estas características ao seu serviço por falta de manutenção e ambulâncias socorro.-----

----- Ao mesmo tempo, foram ainda adquiridos nove motociclos para diversas valências, socorro, *drones*, um robot de combate a incêndios, equipamentos de proteção individual, de mergulho de iluminação, desencarceramento de deteção de soterrados, desfibrilhadores, equipamentos de rádios, etc.-----

----- Senhora Presidente, Senhores Deputados, o que pretende o Partido Socialista com esta recomendação?-----

----- Colocar em causa o relacionamento RSB com os Corpos de Bombeiros Voluntários da Cidade ao alarmar a população da Cidade de Lisboa, sobre a falta de veículos do RSB quando essa falta efetivamente, não existe. Que concretos veículos operacionais entende o PS que o RSB tem falta neste momento, que coloque em causa a sua operacionalidade.

----- O Partido Socialista, recomenda então a criação também do Museu do RSB, ao contrário de anteriores recomendações desta Assembleia, inclusive votadas pelo próprio PS, que têm recomendado a criação do Museu do Bombeiro da Cidade de Lisboa e não apenas no museu do RSB.-----

----- Ainda e sob a criação deste museu alguém se lembraria de criar um museu com um espólio museológico tão rico como aquele que o RSB tem, sem que este Corpo de Bombeiros tivesse envolvido? Tal, como já referido, o tempo em que o RSB viu ser demolido o seu melhor quartel e o seu museu já passou e o PS, parece que ainda não se apercebeu desse facto.-----

----- Por fim, o Partido Socialista consegue ainda fazer uma coisa mais inverosímil, com este documento, pensamos que se deve a um lapso, aqui pensamos que se deva a um lapso.-----

----- Faz referência à intervenção do sindicalista e depois na recomendação, pretende dar conhecimento do documento em discussão a todas as estruturas sindicais, que representam os Sapadores de Bombeiros, menos ao Sindicato Nacional dos Bombeiros Sapadores, que representa o sindicalista que realizou a intervenção, que terá dado origem a esta recomendação.-----

----- Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Primeira Secretária, Ana Mateus**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Deputado Bruno Mascarenhas do CHEGA.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Mascarenhas (CHEGA)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Mais uma vez, muito boa tarde.-----

----- Senhores Deputados, nós assistimos mais uma vez e parece que é recorrente o Deputado Miguel Abel Marques é quem o PS envia para vir aqui apresentar estes votos.

----- Já aqui há uns tempos, veio aqui apresentar um voto de saudação pelas polícias, que o PS gosta tanto das polícias, quer dizer e tem se dado tão bem e tem feito tanto pela polícia. E agora vem aqui apresentar um voto também sobre os bombeiros, esquecendo-se exatamente os catorze anos de má governação, que teve na cidade de Lisboa e vem aqui com uma amálgama de considerandos, que já aqui foi referido por vários grupos municipais, que é uma absoluta hipocrisia.-----

----- Ora bem, é curioso que eu tive a oportunidade até na sequência da intervenção que aqui um munícipe veio, do Sindicato dos Bombeiros, fui visitar, de facto, o quartel está em muito mau estado, merece, de facto, obras urgentes, não está em causa a pertinência da parte deliberativa, portanto, nós vamos acompanhar.-----

----- A única coisa que me parece é que os Senhores se esquecem e tenho aqui até trouxe uma notícia que, a Câmara fecha quartel, para dar lugar à ampliação do Hospital da Luz, num negócio feito pelo PS de Manuel Salgado, o vosso PS, o vosso PS de Manuel Salgado e, portanto, eu gostava realmente que os Senhores tivessem um bocadinho de

couro e que eu sei, provavelmente avança aqui o Deputado Abel Marques, é o pau para toda a obra agora do PS, leva pancada de todo o lado, mas meus caros amigos não o façam desta forma, porque cai mal e ninguém acredita na vossa boa vontade. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Primeira Secretária, Ana Mateus**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Gabriel Batista Fernandes, do CDS” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Batista Fernandes (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- Senhores Vereadores, Senhores Deputados, público presente. -----

----- O CDS vai abster-se nesta recomendação do PS.-----

----- Não votamos a favor, não, porque não desejemos, tal como todos os deputados desta Casa, acho que desejam, aliás, como frisou o Deputado do PCP, aquilo que lá consta na parte deliberativa, como é óbvio. -----

----- Esta abstenção servirá para lembrar, que é preciso ter descaramento e despautério para vir aqui falar de novas instalações para o Museu do Bombeiro, que em tempos esteve instalado no Quartel quase novo do RSB. Quartel esse que o executivo camarário, de António Costa, sabem quem é? Sabem? E Manuel Salgado também sabe quem é? Vendeu o BES, ao defunto BES e em seguida foi demolido para ampliar o Hospital da Luz que era do BES. -----

----- O nobre museu e orgulho da cidade cedeu ao vil metal e interesses do grupo BES.

----- As lideranças de altura por acaso, davam-se bem, a partir daí, o raro e valioso espólio do nosso Museu do Bombeiro, foi votado ao abandono num armazém na Matinha, onde até caía água lá dentro, chovia.-----

----- O museu tem peças únicas, se eu não estou em erro, um camião Mercedes, que é uma raridade, que não existe em lado nenhum, que a Mercedes já quis comprar.-----

----- Tem também uma peça do século XVII, se eu não estou em erro também, que é uma peça única, não existe e, portanto, na altura foi guardado num armazém sem teto, que era o sítio ideal. -----

----- Esta história, eu já cá estava há dez anos ou mais, o CDS denunciou este facto vezes sem conta aqui nesta Casa. O dinheiro dos terrenos do aeroporto nunca mais vinha e fazia falta vir esta ligação, porque faltava.-----

----- A Câmara não tinha dinheiro nenhum, então tinha que arranjar dinheiro, isto, os terrenos do aeroporto há décadas que não se desembrulhava este problema do aeroporto, dos terrenos do aeroporto e foi o governo da AD, sim, da AD, dos terríveis Portas e Passos, que deu uma mãozinha à Câmara de Lisboa e salvou mais um executivo do PS, quiçá de mais uma bancarrota, mas agora em Lisboa. -----

----- Por outro lado, o PS, vem aqui mais meter mais gasolina na fogueira, como fez recentemente com os polícias e as forças de segurança, tratando de forma desigual o que

é igual o valor da vida de cada um através do suplemento de missão ou subsídio de risco, ao tentar insinuar que há tratamento preferencial deste executivo nos Novos Tempos, aos Bombeiros Voluntários em detrimento dos Sapadores. -----

----- Nada mais errado, e espanta-me honestamente, como aparece esta crítica neste momento na vida da cidade? Vêm em muito má altura, só em 2023 foram investidos cinco milhões de euros no RSB, está aqui o Vereador que pode confirmar. -----

----- Além do grande investimento que está a ser feito neste mandato, e que é notório o PS, quer tentar demonstrar que as condições dos Sapadores, se deterioraram só agora em apenas dois anos. -----

---- Quer dizer em dois anos, isto ficou tudo mal quando, teve responsabilidades nos anteriores catorze! -----

----- Muito mais haveria para dizer, mas este sentido de voto, a abstenção do CDS não parece... constitui um protesto à aparente bondade que o PS quer fazer passar com esta recomendação, na sua constante propaganda, que não passa de propaganda, mas aqui saíram-se mal e que mais se parece com um final infeliz, para a parábola do filho pródigo, vocês são novos, se calhar, não sabem, são laicos. -----

----- A parábola do filho pródigo, porque parece que o PS não é muito dado ao arrependimento das trapalhadas que faz, das obras que não faz e das promessas que não cumpre. -----

----- Para o CDS, o que é igual deve e será sempre tratado de forma igual. -----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado, não há mais inscrições, pergunto ao Deputado Miguel Belo Marques vem concluir? -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Belo Marques (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Julgo que tenho que fazer aqui alguns esclarecimentos, pois presumo que a minha intervenção não tenha sido clara. -----

----- Na minha intervenção, fui muito claro, o Partido Socialista, não disse nunca que existiam bombeiros a conduzir ambulâncias sem certificação. O Partido Socialista, disse que um dirigente sindical, apontou essa questão e que achava importante, como acho que todos nós sendo pessoas conscientes, achamos, que se esclareça se isso, de facto, é verdade ou não? -----

----- Até porque se não for conforme eu disse também na minha intervenção, que julgo que o Senhor Deputado, não teve oportunidade de escutar. Eu julgo, que o Senhor Deputado, estará a ouvir, que eu estou a dizer, muito bem, ótimo. -----

----- Portanto, a serem falsas estas acusações que foram feitas, não pelo Partido Socialista, estas acusações que foram feitas pelo um dirigente sindical a serem falsas, conforme eu disse na minha intervenção, são graves e colocam em causa o bom nome de homens e mulheres que servem a Cidade de Lisboa de forma abnegada e de instituições escolares, foi o que eu disse Senhor Deputado! Foi o que eu disse! Não foi

o Partido Socialista, que disse que havia bombeiros voluntários a conduzir ambulâncias, sem certificação, não foi, não foi, atenção!-----

----- Em relação, à questão do Museu do RSB, é verdade que, de facto, o museu estava instalado num quartel que foi demolido, no entanto, já passaram alguns anos e vou dar outra novidade. Vou dar outra novidade. Vou vos dar uma data, 19 de outubro de 2021, uma data para a qual já passaram mais de dois anos, e julgo que os Senhores Deputados saberão o que é que aconteceu nessa data, até porque todos vós tomaram também nessa data posse como deputados municipais, mas houve mais um pequeno evento que, se calhar, alguns senhores deputados não deram conta, que foi houve um executivo camarário que também tomou posse nesse mesmo dia, curiosamente, não era do Partido Socialista, não sei se os Senhores Deputados, repararão.-----

----- O Partido Socialista tem uma marca na cidade, com coisas positivas, coisas negativas, foi julgado por isso, foi julgado por isso e, por isso, aceitou como não poderia ser de outra forma que, neste momento, a Câmara Municipal de Lisboa, é dirigida pelo Partido Social Democrata, pelo CDS e pelos restantes partidos, que estão na coligação que dos Novos Tempos, que hoje dirige a Câmara Municipal de Lisboa. Só que isso já não foi ontem, não foi há uma semana, foi há mais de dois anos e, portanto, alguma coisa também já poderia ser feita, esta justificação já começa a saber a pouco!-----

----- Quanto ao que foi dito pelo Senhor Deputado Bruno Mascarenhas, bom, todos nós já conhecemos o Senhor Deputado Bruno Mascarenhas. As suas considerações são por demais conhecidas e classificam-no muitíssimo mais a ele do que a qualquer outro deputado sobre as quais ele as tece, portanto, Senhor Deputado Bruno Mascarenhas, muito obrigado mais uma medalha que é ter uma tentativa sua de me atingir. Muito obrigado, continuo a contar e agradeço, nunca pare.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Deputado Luís Newton pediu a palavra, Deputado Luís Newton, vamos ouvir para que efeitos?-----

----- Tempo? Mas já concluímos, mas já concluímos o ponto, o Deputado Miguel Belo Marques concluiu o ponto, íamos passar à votação.-----

----- Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, quer um esclarecimento.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (IL)**, no uso da palavra fez o seguinte pedido de esclarecimento:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- Era para perguntar ao Partido Socialista, a Iniciativa Liberal fez uma proposta de aditamento ponto, para que este assunto baixe à 8ª Comissão, saber se o Partido Socialista está disponível para integrar isso na sua parte deliberativa da recomendação.

----- Obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Então antes da votação, só ler que há um 6º ponto, que diz, “*que a presente recomendação seja enviada à 8ª Comissão para acompanhamento e monitorização das diferentes situações elencadas.*” -----

----- Sim? Muito bem. -----

----- Vamos então passar à votação. Os pontos, 1, 2, 3, 5, 6, o 6 é de baixar à 8ª Comissão, aquele que eu acabei de ler 1, 2, 3, 5, 6. -----

----- Muito bem, votamos os pontos, 1, 2, 3.” -----

----- **Recomendação 103/03 (PS) deliberada por pontos:** -----

----- **Pontos 1, 2 e 3 foram aprovados por maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PCP/ BE/ IL/ PEV/ PAN/ MPT/ LIVRE/ Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça - Abstenção: PSD/ CDS-PP/ CHEGA/ PPM. -----

----- **Ponto 4 foi aprovado por maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PCP/ BE/ IL/ PEV/ PAN/ MPT/ LIVRE/ Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça, contra: PSD/ PPM, abstenção: CDS-PP/ CHEGA. -----

----- **Ponto 5 foi aprovado por maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PCP/ BE/ IL/ PEV/ PAN/ MPT/ LIVRE/ Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça - Abstenção: PSD/ CDS-PP/ CHEGA/ PPM. -----

----- **Ponto 6 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- **(Ausência do Grupo Municipal ALIANÇA nestas votações)** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O novo ponto 6, que a presente recomendação seja enviada à 8ª Comissão, para acompanhamento e monitorização das diferentes situações elencadas, foi aprovada por unanimidade. declaração de voto escrita do PSD.” -----

----- *(O Grupo Municipal do PSD não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto Escrita sobre a Recomendação 103/03 (PS))* -----

----- **4. APRECIACÃO DA RECOMENDAÇÃO 103/04 (PSD) - ATUALIZAÇÃO DA TAXA TURÍSTICA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15.º DO REGIMENTO; GRELHA A - 60 MINUTOS; VOTAÇÃO;** -----

----- (A Recomendação 103/04 (PSD), fica anexada à presente Ata, como **Anexo XVIII** e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Passamos então à apreciação da Recomendação 103/04 do PSD, “Atualização da Taxa Turística”. -----

----- Pergunto quem apresenta? Deputado Luís Newton, do PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção -----

----- “Senhora Presidente em Exercício, -----

----- Senhores e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores. -----

----- O Partido Social Democrata traz aqui uma proposta de reflexão sobre o modelo atualmente em vigor, com vista à utilização daquela que é a taxa turística a implementar aquando das estadias no nosso território. -----

----- Em linha com aquilo que tem acontecido por toda a Europa, o que temos verificado é que o peso turismo acarreta dinâmicas positivas, mas consequências altamente negativas. -----

----- No âmbito das dinâmicas positivas, está o incontornavelmente a promoção da nossa cidade, o reconhecimento do nosso valor histórico-cultural, o reconhecimento das nossas tradições e, sobretudo, da forma de ser que cada lisboeta como português representa, mas os desafios e as cargas negativas, que traz são os impactos que a enorme pressão turística tem vindo a exercer sobre o nosso território. -----

----- Na dinâmica relacionada com a higiene urbana, na dinâmica relacionada com a manutenção do espaço público, na dinâmica relacionada com a poluição do ar, a poluição da atmosfera, com o ruído, mas, sobretudo, e inevitavelmente, naquela pressão que existe sobre a vida quotidiana dos lisboetas e das nossas comunidades. Tanto aquelas que existem nos bairros mais tradicionais, com as suas vidas e as suas dinâmicas mais tradicionais, mas também, obviamente, aquelas que resultam inevitavelmente da dimensão metropolitana que hoje Lisboa representa e que inevitavelmente, também se vê prejudicada em tempos, em distâncias, por aquilo que é o resultado desta enorme pressão turística. -----

----- Entendemos que estas consequências negativas tem custos e que estes custos não podem ficar a ser suportados exclusivamente pelos lisboetas é, por isso, da maior, eu diria também urgência, mas também justiça que se possa alterar o valor da taxa turística e que se possa criar aqui um ressarcimento devido pelos custos e os investimentos feitos pelo município e dessa forma, por todos os contribuintes da cidade de Lisboa para procurar mitigar aquelas, que são os tais consequências negativas no nosso território. -

----- E é esse o documento que hoje trazemos aqui para vossa apreciação, cientes de que é um arranque de um processo, que necessariamente deverá ser um processo maturado, cujo as conclusões são importantes, mas que também começa a ter uma dimensão de urgência e que aí não podemos ficar para trás. -----

----- Portanto, esta reflexão não é apenas e não deve ser entendida apenas como uma visão a longo prazo, é uma necessidade de resolução a curto prazo. -----

----- Estamos disponíveis para o debate, estamos disponíveis para a reflexão, estamos disponíveis para recolher contributos, mas entendemos que essa urgência não pode levar a qualquer decisão demorada, no tempo. -----

----- Disse.”-----

----- **A Senhora Primeira Secretária Ana Mateus**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Martim Borges de Freitas do CDS que também vai falar com o tempo do Aliança.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Martim Borges de Freitas (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente em Exercício, Senhor Secretário, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Minhas Senhoras e Meus Senhores. -----

----- O CDS é, por princípio, contra a criação de novos impostos, contra o aumento dos impostos já existentes, contra a criação de novas taxas e contra o aumento das já existentes, é assim, foi sempre assim. -----

----- A Taxa Municipal Turística, que hoje aqui debatemos, é uma taxa adotada com o propósito fazer face às exigências de disponibilização de meios e de infraestruturas associadas à pressão demográfica provocada pelo aumento de turistas. -----

----- O turismo assume uma importância verdadeiramente estratégica, para a economia de Lisboa, em virtude da sua capacidade de criar riqueza e emprego e pelo efeito multiplicador em vários domínios, contribuindo decisivamente para o crescimento económico e para o desenvolvimento económico. -----

----- O sucesso dos destinos turísticos como de Lisboa assenta, entre outros fatores, na qualidade das unidades de alojamento e infraestruturas de apoio, mas também na conservação e preservação do ambiente. -----

----- A presença de turistas e as atividades turísticas produzem impactos relevantes sobre os recursos do território, património e a qualidade de vida das populações, sendo por isso fundamental, que as políticas públicas sejam direcionadas para a disponibilização de um ambiente sustentável e adequadamente infraestruturado. -----

----- Com a procura quotidiana de muitos milhares de turistas, que acrescem à população local, Lisboa tem-se deparado com a necessidade de reforçar com carácter estrutural o investimento e a despesa pública na prestação de serviços inerentes à atividade turística. -----

----- Incumbe, pois, ao Município promover um conjunto de investimentos relacionados com o turismo, que acarretam despesas acrescidas ao nível da segurança das pessoas e bens, da manutenção e qualificação urbanística, patrimonial, territorial e ambiental do espaço público e bem assim, da oferta cultural artística e de lazer nessas despesas, incluindo face ao desgaste inerente as destinadas a prevenir a degradação e a sua preocupação, sobretudo nas áreas da cidade mais procuradas. -----

----- A taxa turística foi assim criada em Lisboa, exatamente para assegurar alguma forma de compensação que atenuasse esse desequilíbrio. -----

----- Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a taxa turística é uma taxa que não se destina a ser paga pelos munícipes de Lisboa, não configurando, por isso, se não residualmente mais uma sobrecarga financeira para as pessoas, famílias e empresas lisboetas. -----

----- Neste quadro e como eleitos locais, poder-se-ia dizer que se trata de uma taxa aceitável, mesmo assim, o CDS-PP considera que a sua existência e a sua execução devem salvaguardar sempre a competitividade internacional do destino turístico Lisboa. -----

----- Por outro lado, no quadro nacional, o CDS entende que as taxas turísticas estão a disseminar-se no campo e no país sem critério, ao ponto de estarem a ser introduzidas e a ser aplicadas em destinos não turísticos. -----

----- Há cidades cuja pressão turística e urbanística e cuja necessidade de investimento em infraestruturas de apoio à população é maior, como é notoriamente o caso de Lisboa. -----

----- E depois há sítios e cidades que não estão neste patamar, ou seja, não são um destino turístico, pelo menos por ora. Mas claramente a ideia de que as taxas turísticas podem ser aplicadas, porque não implica um custo para o município e é dinheiro que entra nas câmaras municipais, é uma ideia atrativa, que está espalhada por esse país fora. -----

----- Portanto, o facto de não ser imputado aos munícipes do concelho onde for criada e o facto de não ser convenientemente ponderado o impacto da sua criação, a taxa turística proliferará e acabará por penalizar os residentes em Portugal, que pretendem sem turistas dentro do nosso próprio país. -----

----- O caso de Lisboa é, contudo, diferente e é virtuoso, porque a receita da taxa serve para compensar a maior carga, que existe sobre um determinado local por força do movimento turístico. -----

----- Noutros casos, não é assim. Dou-vos nota rapidamente de um caso concreto, tive oportunidade de acompanhar de muito perto a tentativa de criar uma taxa turística no concelho de Ourém, onde, como sabemos, se encontra o destino Fátima. -----

----- Ora a criação da taxa turística naquele município, tendo o destino religioso, Fátima como atração, era uma ideia muito sedutora pelas receitas que à partida poderia vir a gerar. -----

----- Acontece que, ao contrário de Lisboa, Fátima é um destino de grupos, isto é, os turistas, na sua larguíssima maioria, chegam a Fátima em grupos organizados pelos operadores, muitas das vezes em conjunto com as empresas de hotelaria, sendo, portanto, um destino de grupos, tudo é negociado ao cêntimo para levar turistas a Fátima e um aumento ainda mais pequeno do custo da experiência afetaria e afastaria muitos turistas das idas a Fátima, a menos que lá está os operadores ou os hoteleiros arcassem com esses custos. -----

----- Ora o resultado do debate havido, então foi mesmo esse, se a taxa turística fosse criada no concelho de Ourém, no fim do dia, seriam mesmo os operadores e os hotéis e não o turista propriamente dito a arcar com esse custo. -----

----- Eis porque aí a proposta caiu, e aí está um caso em que a taxa turística, ao contrário do que se poderia supor, teria um efeito nefasto. -----

----- É verdade que as pessoas já contam com as taxas em cidades principais, mas fazer com que seja possível com não contar com elas nos destinos para onde queremos que os turistas também sejam direccionados, deve estar na disponibilidade dos decisores políticos, portanto, se é verdade que as taxas turísticas se tornaram populares, também é verdade que nem sempre são benéficas para o turismo. -----

----- Para o CDS a criação de taxas turísticas, podendo e talvez devendo permanecer na esfera exclusiva dos municípios, deve ser ponderada de modo a, por um lado, não afastar os turistas dos locais para onde pretendem ir e por onde os queremos atrair e, por outro lado, de modo a limitar a ida de turistas, para os locais onde a pressão é já de si muito grande. -----

----- Perguntar-se-á então, por que razão estarei eu aqui a falar do país e de outros municípios quando o assunto é taxa turística de Lisboa?-----

----- Pois bem, a razão é simples. É que, por analogia relativamente ao que acabo de proferir, talvez fosse boa ideia estudasse para Lisboa, a possibilidade de a taxa turística

não ser exatamente igual em todas as zonas da cidade. Isto é, em vez de termos uma atualização generalizada e igual para todos os turistas, que nos visitem, que visitem Lisboa, ou seja, uma taxa igual para todos, talvez fosse bom avançar-se para uma taxa turística diferenciada que levasse em linha de conta, por exemplo, a classificação das zonas como hoje já estabelecida para efeitos de atribuição de licenças de alojamento local, ainda que adaptada. -----

----- Ou seja, onde a pressão turística fosse criteriosamente menor, o valor da taxa turística poderia aqui ser mais baixo ou mesmo nulo. Inversamente, nos casos em que a pressão turística fosse maior, o valor da taxa turística, esse seria mais elevado.-----

----- Eis uma forma de aplicar em Lisboa o que o CDS defende para o país, com parece-nos vantagens para todos, fica a ideia. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário, Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado Miguel Graça, não inscrito tem a palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (DNI)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, a intervenção será breve, até porque já fiz uma declaração no passado sobre o PSD e esta intenção de retomar a taxa turística, que nós levamos e achamos uma boa iniciativa, no entanto, lembrar e como já o fiz aqui, quando surgiu a taxa turística em Lisboa, o PSD votou contra. Ao contrário, outra vez, é verdade, eu venho lembrar, até porque da última vez que vim cá em 2018, o Município de Lisboa e com muito bem aqui é dito, propôs rever o montante da taxa turística aumentar de um a dois euros, o PSD já aqui tinha dito que tinha votado a favor, mas absteve-se na realidade. -----

----- E até lembrar outras posições do PSD, não em Lisboa, mas noutros concelhos do país, na Madeira, portanto, Funchal, Porto Santo, contra, nos Açores contra e, portanto, há aqui uma série de posições que para nós são estranhas e que gostávamos até de perceber mais sobre o assunto e a ouvir a opinião do PSD. -----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, passamos à próxima inscrição, o PSD como vem depois encerrar o ponto, pode responder.” -----

----- **O Senhor Segundo Secretário, Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado Miguel Ferreira da Silva, do Iniciativa Liberal, tem a palavra.”

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Ferreira da Silva (IL)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, caros todos.-----

----- O Grupo Municipal da Iniciativa Liberal, obviamente, tem que vir aqui falar, quanto mais não seja por se tratar de uma taxa, e nós temos que falar sobre taxas por um motivo, muito é óbvio, mas tem andado arredado durante anos e anos e anos do debate político, portanto, agora mais a sério. -----

----- Isto de nós estarmos sempre a pensar em pôr taxas em tudo e por tudo tem que acabar. Temos que de cada vez que propomos uma alteração as taxas, seja o seu valor, seja a sua incidência, seja o que for, temos que verdadeiramente pensar, porque é que esta taxa existe. -----

----- E quero agradecer aqui ao CDS, embora nós discordamos profundamente dessa diferenciação por zonas, mas trouxe um contributo para debate, e é isto que devemos fazer. Não devemos simplesmente assinar por baixo, devemos ter espírito crítico. -----

----- O Grupo Municipal da Iniciativa Liberal, reconhece que há bastante tempo que a taxa turística em Lisboa não acompanha os custos inerentes à atividade turística e, portanto, não vamos votar contra esta recomendação, mas vamo-nos abster e vamos abster por um motivo que para nós é essencial e queremos aqui apelar ao PSD, para ponderar muito bem sobre as palavras que vou dizer a seguir, em nome do nosso Grupo Municipal. -----

----- O Executivo apoiado pelo PSD, e pelo CDS, e pelo PPM e pela ALIANÇA e pelo MPT, já aqui, já publicamente, mas aqui se comprometeu a rever o Regulamento de Taxas, salvo erro até foi pela voz do Senhor Vice-Presidente, que tem o pelouro, diga-se, e esse compromisso existe em relação a todo o regulamento e não cirurgicamente só em relação à taxa turística. -----

----- Segundo, como sabem, e o Partido Social Democrata, tem cooperado e bem na 2ª Comissão Permanente desta Assembleia, estamos a trabalhar precisamente sobre a revisão, uma possível revisão do Regulamento de Taxas, começando por ver o impacto económico das taxas na nossa cidade. -----

----- Terceiro ponto, como todos aqui sabemos, provavelmente os restantes deputados estão cá há mais mandatos, sabem melhor até do que nós, a Iniciativa Liberal, portanto, de certeza que vão concordar com isto. Continua a existir um largo espectro de dúvidas sobre a legalidade estrita desta taxa, o que está em questão, como todos nós sabemos, é se isto é verdadeiramente uma taxa, se é um imposto por causa da dúvida sobre quem é o sujeito da taxa. Nós falamos de taxa turística em função dos turistas, que estão cá, não, não, pode ser, porque para ser uma taxa, é preciso que o turista que efetivamente paga a taxa tenha um contrasserviço específico para ele, não é isso que está aqui em causa. ---

----- O que está aqui em causa é sobrecarga dos serviços do município, pela atividade económica do turismo que traz turistas e, portanto, o que está em causa aqui é que o sujeito da taxa não é o turista, são precisamente os operadores, como o CDS estava aqui a dizer há pouco. E a dúvida que agora se poem é esta. -----

----- Mas então os operadores já não pagam impostos? Mas então os operadores não trazem riqueza para a cidade de Lisboa?-----

----- Portanto, sem aprofundar mais este tema, queremos aqui dizer claramente ao PSD.

----- Não nos opomos, porque percebemos a lógica da necessidade de atualização e vamos-nos abster, mas o que devíamos estar a fazer era rever todo o Regulamento e não propor uma alteração cirúrgica sobre uma taxa sobre as quais existem as mais profundas dúvidas. -----

----- “Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Segundo Secretário, Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado Hugo Gaspar, do PS, tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Gaspar (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados municipais. O Grupo Municipal do PSD apresenta hoje aqui uma recomendação, para que a Câmara Municipal de Lisboa, estude a atualização do Regulamento Geral de Taxas Preços e outras Receitas do Município de Lisboa, no que concerne à taxa turística de dormidas, é caso para se dizer que à terceira foi de vez. -----

----- De facto, quando em 2014, quando o executivo municipal liderado pelo Partido Socialista, implementou a taxa turística, o PSD e as direitas rasgaram as vestes e imolaram simbolicamente com o foco mediático e votaram contra. -----

----- Estamos todos recordados das declarações do à época Ministro da Economia, Pires de Lima, que desafiava o então o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Costa, em resistir à tentação de criar taxas e taxinhas na área do turismo, mas não se ficava por aqui. -----

----- Na mesma linha dos profetas da desgraça, que anteciparam a vinda do diabo, Pires de Lima, numa versão lusitana de nós tratamos antecipava aeroportos bloqueados com os turistas a fazerem fila para pagar a taxa turística aprovada pela Câmara de Lisboa.--

----- Á proposta de um euro por cada noite de dormida, respondia a direita com irrevogável indignação da pessoa do então Vice-Primeiro-Ministro, Paulo Portas, com o slogan, “não matem a galinha dos ovos de ouro”, criando ao mesmo tempo, taxas para dormir, para aterrar e para desembarcar. -----

----- Em 2018, quando também sob proposta do executivo liderado pelo Partido Socialista, a taxa turística passou de um para dois euros, o PSD e a restante direita representado pelo CDS, pelo PPM e pelo MPT abstiveram-se. Passados 4 anos, nenhum dos argumentos tinham sido chumbados, usados para chumbar a taxa turística, faziam em 2018 qualquer sentido. A direita rendia-se há evidência da realidade. -----

----- A história, uma vez mais, dava razão ao Partido Socialista. -----

----- Por tudo isto, é com indisfarçável satisfação, que chegados hoje aqui somos chamados a pronunciar-nos sobre a atualização da taxa turística, mas para a desfaçatez não ser tão gritante, o PSD não propõe um aumento. O PSD propõe que se estude a atualização. É toda uma diferença, porque o PSD não aumenta impostos, o PSD propõe estudos de atualização, e não propõe estudos de desatualização quaisquer. O PSD propôs

estudos, atualização, tendo em conta a fundamentação supramencionada na recomendação que apresentam. E qual é a fundamentação supramencionada na recomendação que apresentam? A mesmíssima fundamentação que esteve na base da criação da taxa turística em 2014 e não aumento de 2018.-----

----- Isto, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Caros Colegas Municipais, isto não se inventa, isto são os Novos Tempos, isto é mais um exemplo de um projeto político que assenta no empurra com a barriga, que se limita a inaugurar as obras dos antecessores e aguarda nervosamente que, a sua liderança interna, caia para poder dar o salto e colocar por trás das costas um desafio autárquico para o qual não estavam, evidentemente preparados.-----

----- Mas, focamo-nos no documento, permitam-me que cite a partir desta recomendação, os dois primeiros parágrafos que são atuais hoje, como eram em 2018 e como também o eram há quase dez anos atrás, em 2014.-----

----- Os impactos positivos da atividade turística Lisboa, são hoje reconhecidos por todas as forças políticas, pela sociedade civil, agentes económicos direta e indiretamente ligados ao setor e por uma parte significativa das pessoas que vivem e trabalham na cidade.-----

----- É igualmente consensual que a presença de um elevado número de visitantes na cidade, produz efeitos que exigem respostas específicas, como é o caso da limpeza e higiene urbana.-----

----- Mais uma vez, saudamos a chegada do PSD à realidade. Mas a partir da leitura desta recomendação, são várias as questões que não são respondidas e que o Partido Socialista gostaria que o fossem, para que todos os presentes tenham noção do que é que estão hoje aqui votar.-----

----- É do interesse comum de todos os lisboetas e em especial daqueles que tem responsabilidades políticas, seja no poder ou na oposição, que se implementem estratégias conciliem, quem aqui vive ou quem nos visita.-----

----- Lisboa é uma cidade que tem tido inequívocos benefícios com a abertura ao mundo, mas importa atuar pró ativamente no sentido de proteger a vida do melhor que a cidade tem. Os lisboetas, a sua cultura, os seus bairros, as suas tradições, o espaço público, o seu direito à fruição da cidade, que conhecem e pela qual todos nos visitam, e não a cidade despersonalizada, plastificada, tourisficada, *amazing, stang* ou *cool*.-----

----- As freguesias do centro histórico e por via do crescimento turístico, a progressiva generalidade das freguesias da cidade têm sofrido um forte impacto negativo, especialmente visível na limpeza e higiene urbana. A pressão turística que ocorre trezentos e sessenta e cinco dias por ano, é demasiado forte para os meios que as juntas de freguesia tem para conseguir assegurar territórios limpos.-----

----- Para quem vive e trabalha neles, mas também para quem os visita.-----

----- A cidade está suja, sim, há falta de civismo, mas também há falta de meios e investimento. E é aqui que o Partido Socialista quer sido inequívoco na discussão, que hoje estamos aqui a ter.-----

----- A Câmara Municipal de Lisboa que, faça todos os estudos de atualização, que entender, é essa a proposta de recomendação, que hoje somos aqui chamados a viabilizar

ou não, no entanto, esta proposta é extemporânea. E é extemporânea, porque não faz sentido falar num estudo sem que tenha sido apresentado o relatório sobre o Fundo de Desenvolvimento Turístico.-----

----- Precisamos de conhecer as conclusões desse estudo. -----

----- Quando serão apresentadas em reunião de Câmara e aqui na Assembleia Municipal de Lisboa? -----

----- É evidente que este executivo tem urgência em arrecadar receitas. Estaremos atentos aos desenvolvimentos que levam a esta urgência. -----

----- Viabilizaremos este estudo, porque conhecemos Carlos Moedas, e não queremos que tenha mais uma vez, a oportunidade de se vitimizar, mas esperamos que desse estudo, dessa fabulação para aumentar a taxa turística de dormidas, haja o compromisso público de contratar mais funcionários e meios para a higiene urbana e, sobretudo, que haja o compromisso público de se reforçarem os contratos com as Juntas de Freguesia, no que diz respeito à limpeza e higiene urbana. -----

----- Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário, Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado Bruno Mascarenhas do CHEGA tem a palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Mascarenhas (CHEGA)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Mais uma vez, muito boa tarde. -----

----- Relativamente a esta recomendação da atualização da taxa turística, nós, naturalmente, vamos votar contra e vamos votar contra de uma forma absolutamente convicta, desde logo, porque qualquer atualização a este nível reflete-se em quem? Nos negócios da cidade de Lisboa, sobretudo no alojamento local.-----

----- Quando a taxa subiu de um para dois euros, a quem esse valor se refletiu sobre os negócios, portanto, e os senhores não têm essa preocupação, com o efeito económico e sobre a competitividade que existe da cidade de Lisboa, relativamente, a outras e, portanto, aquilo que se passa na cidade de Lisboa, é que nós temos que olhar exatamente para todas aquelas pessoas que investiram muitas das suas economias, para precisamente fazerem o alojamento local.-----

----- E eu não resisto a olhar aqui, porque até porque vem aqui na recomendação em que diz assim, “em 2014, o município de Lisboa considerou, que este acréscimo de pressão do espaço urbano nas infraestruturas”, e estou a citar aquilo que está aqui e que são palavras da Câmara, “nas infraestruturas e equipamentos públicos, reivindicando maior limpeza, reforço na segurança de pessoas e bens, na manutenção do espaço público e na sinalética.”-----

----- Mas eu não vejo, aqui os senhores preocupados com o aumento, exponencial, de imigração ilegal na nossa cidade que, inclusivamente, prejudica muitíssimo e que sim, provoca muito mais lixo na cidade, provoca muito mais pressão nos equipamentos, e os

senhores, isso não se preocupam, o que se preocupam, é taxar aqueles que desenvolvem uma atividade económica na nossa cidade e que precisam realmente que a cidade seja competitiva e, portanto, mais uma vez, o PSD é muito parecido com o PS, porque andam aqui numa caça à multa e num aumento das taxas.-----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Primeira Secretária Ana Mateus**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Fernando Correia do PCP.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Fernando Correia (PCP-Independente)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sobre esta proposta de atualização da taxa turística, recomendação, que mais não visa que abrir caminho ao aumento da taxa turística. Nós entendemos bem estas mecânicas, não é? -----

----- Se o PS, PSD e CDS cumprissem aquilo que prometeram e prometem fazer com a taxa turística e com este dinheiro compensar dos impactos negativos da atividade turística e contribuir para uma dinamização sustentável e planeado do turismo então, porventura, a cidade estaria hoje mais capacitada, para lidar com o número crescente de turistas que todos os anos visitam Lisboa. -----

----- Mas a verdade é que as receitas da taxa turística nunca foram e não estão a ser alocadas, pelo menos na sua esmagadora maioria, para o necessário esforço de limpeza e higiene urbana, nem para a manutenção e reabilitação do espaço público. Basta ver o estado de degradação de pavimentos nas zonas de maior atração turística, designadamente, do centro histórico e nos bairros.-----

----- Também não estão a ser investidas no reforço da oferta da Carris, nas carreiras mais utilizadas pelos turistas, para que quem vive e trabalha na cidade se possa deslocar sem passar tempos infinitos em intermináveis filas de espera, e não estamos a referir apenas o Elétrico 28, faça a exponencial procura de transportes esta situação também já se verifica nas carreiras para a zona ocidental da cidade.-----

----- A realidade é que parte significativa das receitas provenientes da taxa turística está a ser o esteve a ser transferida para a ATL, no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Turístico e o destino do dinheiro é da competência de um Comité de Investimentos, uma entidade de direito privado, que não sabe muito bem para que serve e porque está a gerir e a decidir sobre recursos do município. -----

----- Aliás, é sabido pelo próprio relatório de contas da ATL e que passo a citar, “no tocante ao apoio à promoção pelo fundo de desenvolvimento turístico de Lisboa que em 2021, se destinou quase exclusivamente ao apoio à *Web Summit*, serviços estes da responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa em 2022, este inclui já o apoio a outras ações, como o plano de comercialização e vendas, a captação de congressos e a internalização de festivais no âmbito da recuperação do setor”. -----

----- A tão famigerada taxa turística, suposta contrapartida da crescente turistificação da cidade, alimenta uma lógica do parque de diversões, a que o PS, anteriormente e agora o PSD impuseram a cidade de Lisboa, estando a financiar os mesmos que aplaudem e aliciam empreendedores de lá de fora, fazer turismo de investimento em Lisboa. Lógica esta que apenas serve para alimentar e reproduzir desigualdades, como é o caso gritante, dos milhares de lisboetas, privado de continuar a viver na sua cidade face ao escandaloso e especulativo aumento do custo da habitação, por isso, o posicionamento do PCP é de oposição à existência desta taxa e votaremos contra a sua atualização. -----

----- Lisboa precisa é de uma política que crie instrumentos capazes de acomodar a atividade turística, como a criação de uma Carta de Turismo, baseada num estudo sobre a carga turística, do uso dos solos regulado e adequado às necessidades das pessoas e não à especulação imobiliária e de uma política de higiene urbana, que reverta a reforma administrativa, centralizando o serviço de limpeza e higiene urbana na Câmara Municipal de Lisboa, dotando da capacidade de escala necessária para a limpeza eficiente da cidade. -----

----- Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado, não temos mais inscrições. -----

----- Chamo o Deputado Luís Newton, para encerrar. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores. -----

----- Este momento de reflexão que tivemos aqui na Assembleia Municipal foi particularmente curioso, tivemos de tudo, tivemos de tudo, tivemos na extrema-direita para encontrar uma ponte de diálogo e reflexão sobre a discussão do turismo a descoberta de que há uma correlação entre discutir o turismo e discutir a imigração ilegal. -----

----- Nos liberais, tivemos uma intervenção estranhíssima, que foi nós no passado, fomos a favor disto, mas, desta vez, vamo-nos abster. Usando uma expressão muito popular na liderança dos liberais e eu diria que isso foi um momento de cegueira ideológica. -----

----- Vossa Excelência, chegaram a um ponto em que, independentemente daquilo que tem sido a vossa posição tradicional, entendem que não sabem muito bem o que é que hão de fazer sobre esta posição que nós aqui queremos colocar. -----

----- E depois faz uma coisa extraordinária que é então, mas, qual é a relação do pagamento da taxa com o serviço que é prestado? -----

----- Ó Senhor Deputado, mas isso está na Lei, está na Lei! -----

----- Aliás, estive na essência da criação da própria taxa, portanto, essa matéria não é uma matéria de discussão. -----

----- Isto é a maneira da Iniciativa Liberal fazer aquela coisa, eu aí, sobre isso não quero falar, porque, apesar de eu concordar, eu acho que isso vai aumentar qualquer coisa cujo nome não quer pronunciar, e é contra a minha visão ideológica da vida. -----

----- O Partido Comunista Português encontrou aqui uma forma muito interessante de voltar a discutir a necessária recentralização do funcionamento do Estado, porque a taxa

turística de repente, deu origem à questão da centralização dos serviços de higiene urbana na Câmara Municipal, tem tudo a ver, é uma discussão muito oportuna e muito atempada, mas a melhor intervenção da noite foi do Partido Socialista. -----

----- O Partido Socialista que, juntamente com o senhor deputado não inscrito, que eu acho que ele tem uma gravação qualquer, que sempre que nós dizemos alguma coisa, mas vocês em 1932 estavam na posição. -----

----- Senhor Deputado, eu irei esclarecer isto até à saciedade, até porque uma mentira repetida várias vezes, enquanto eu cá estiver, não se vai tornar numa verdade. -----

----- Em 2014, e isto aplica-se também aos descobridores do Partido Socialista. -----

----- Em 2014, estávamos a iniciar um processo fundamental de atração turística, para a cidade de Lisboa, muito diferente daquilo que estávamos a viver em 2018 com, de facto, já estávamos completamente instalados nessa matéria. -----

----- Portanto, a nossa posição inicial, este era o momento de podermos criar condições para nos tornarmos atrativos, não eram momento para iniciar a taxaço. -----

----- O Partido Socialista tem uma visão da vida que é esta, apareceu alguém taxasse, aumentasse os aumentos dos impostos sejam os diretos ou indiretos. Nós não, esta é a grande diferença. -----

----- Mas depois temos uma coisa extraordinária, o Partido Socialista teve o descaramento de vir aqui falar sobre o passado, o mesmo Partido Socialista, que ainda há coisa de meia hora, dizia que o passado já não contava para nada quando eram eles a governar. Eu diria que são estes momentos fantásticos, que no debate que nós temos nesta Assembleia Municipal que se calhar, valiam a pena termos mais pessoas a assistir, porque isto chega a ter momentos de humor, claro. -----

----- Mas o Partido Socialista, pasme-se, faz outra coisa extraordinária para além deste momento de humor. O Partido Socialista resolve vir criticar o turismo e a desertificação que isso provocou nas zonas históricas da Cidade de Lisboa! O mesmo Partido Socialista que quando nós tivemos um acréscimo brutal do turismo na zona do centro de Lisboa, nomeadamente, no que diz respeito ao turismo, e sobretudo que inevitavelmente, levou ao afastamento das pessoas que lá estavam, o que é que o Partido Socialista fez durante esse período? Bola! Zero! Durante esse momento, durante aqueles anos, o Partido Socialista estava a querer discutir e querer refletir, e fez zero! A gentrificação que aconteceu, é culpa do Partido Socialista e vieram agora aqui com maior do desplante, quer dizer onde é que estavam os senhores? Olhe nós estávamos nesta Assembleia a criticar a falta de ação da vossa parte, enquanto eram governo desta cidade. E, portanto, ter agora o Partido Socialista vir aqui dizer, que, ao Partido Social Democrático deve ser assacado o posicionamento no passado em matérias em que não era da nossa responsabilidade, para que agora a discussão seja à volta daquilo que não aconteceu, é, de facto, extraordinário. -----

----- Mas o Partido Socialista, ainda foi mais longe, o Partido Socialista fez uma coisa, muito extraordinária, mas deram-se ao trabalho de ler a moção, finalmente a recomendação, finalmente, o Partido Socialista leu uma recomendação, e isto, citou-a várias vezes o que nos deixa muito satisfeitos. Ficamos verdadeiramente satisfeitos por tem tido esse exercício, esse desafio intelectual, de olhar para uma coisa e refletir sobre

ela e dizer há, mas falta aqui uma coisa muito importante, mas, afinal de contas o que é que os Senhores querem fazer?-----

----- É que os Senhores não dizem nada! Os Senhores não dizem quanto é que querem aumentar?-----

----- Essa é a diferença entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata. Nós gostamos de envolver os *stakeholders* nos processos de decisão. Vocês dizem, agora, habituem-se é isto que vai acontecer. E é por isso que os Senhores vem aqui várias vezes dizer, que o que já lá vai já lá vai, que já foram todos julgados. O problema não é terem sido julgados o problema que ainda hoje estamos a pagar, os erros que vocês começaram durante a vossa governação e é isso que é verdadeiramente inaceitável! -----

----- Portanto, sim, queremos analisar a atualização das taxas, temos que fazer subir esse valor de taxas e para que todos fiquem ideia muito clara e que seja muito presente. ----

----- O valor a ser tributado a cada turista, é o reflexo daquilo que o turista provoca na própria cidade, à semelhança daquilo que os próprios lisboetas também que são taxados a fazer todos os dias, e, portanto, não nos parece justo, nem correto que lisboetas tenham que pagar, mas depois aqueles que cá vêm sobre isso, têm que carregar novamente dos lisboetas, limpem aquilo que os estrangeiros...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem que terminar, Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra continua a sua intervenção: -----

----- “Que turistas também vêm cá com a pressão turística a provocar...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem que terminar Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra continua a sua intervenção: -----

----- “Para terminar, Senhora Presidente, agradecendo desde já, a verdade é esta. -----

----- Os turistas não são imigrantes ilegais, os turistas não são responsáveis pela centralização...eu precisava de terminar...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sim, tem mesmo que terminar no encerramento, não há cedências de tempo.” ---

----- **O Senhor Deputado Municipal, Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra continua a sua intervenção: -----

----- “Os turistas não são responsáveis pela centralização dos serviços de higiene urbana, mas os turistas devem fazer parte e devem ser corresponsabilizados na pressão turística, que eles causam na nossa cidade e não podem ser os lisboetas a acartar cem por cento com os custos disso.-----

----- Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado, vamos então passar à votação. -----
----- Votamos a Recomendação 103/04 do PSD, “Atualização da taxa turística”.-----
----- A **Recomendação 103/04** foi **aprovada por maioria** com a seguinte votação:
Favor: PS/ PSD/ CDS-PP/ PAN/ MPT/ PPM/ ALIANÇA/ LIVRE/ Deputados(as) não
inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça – Contra: PCP/ CHEGA/ PEV -
Abstenção: BE/ IL. -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte
intervenção: -----
----- “O PEV vota contra com declaração de voto escrita. -----
----- O Bloco fará uma declaração de voto oral. -----
----- O PS, fará também uma declaração de voto oral. -----
----- A Recomendação foi aprovada, vamos passar às declarações de voto oral, a
deputada Maria Escaja, do Bloco de Esquerda.” -----
----- **O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda**, apresentou oralmente, a seguinte
Declaração de Voto: -----
----- “Obrigada, Senhora Presidente. -----
----- Nós abstivemo-nos porque a distribuição da taxa turística, a própria distribuição
tem que ser revista e feita de outra forma, porque apenas um por cento vai para a limpeza
urbana e deixa noventa e nove por cento para investimento em turismo, e nós achamos
que a taxa turística deve mitigar os efeitos do turismo e não servir apenas para aumentar
o setor. -----
----- Obrigada.” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte
intervenção: -----
----- “Muito obrigada. -----
----- Declaração de voto oral, Deputado Hugo Gaspar, do PS.” -----
----- **O Grupo Municipal do PS**, apresentou oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:**
----- “Senhora Presidente. -----
----- “O Partido Socialista votou favoravelmente pelos motivos que foram expressos
naquele púlpito e ficamos com muita satisfação, após termos percebido que a perceção
que o Senhor Deputado Luís Newton, tem sobre o momento em que Lisboa vivia em
2014 e necessidade de atração de investimento não existe em 2024, e estamos certos que
este executivo não vai voltar a propor nenhuma isenção de taxas para atrair festivais de
música nem nenhum tipo de evento, porque Lisboa não precisa, porque estamos no
momento económico substancialmente diferente. -----
----- Disse.” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte
intervenção: -----
----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----
----- Deputado Luís Newton? Protesto! Não há mais declarações de voto oral.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal, Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a sua
intervenção na defesa da honra: -----
----- “Senhora Presidente, se preferir, eu faço uma defesa da honra. -----

----- Senhora Presidente, há uma coisa muito importante no debate democrático, e o que eu mais prezo no debate democrático é a honestidade intelectual e política.-----

----- Foi agora feita uma intervenção que coloca, no Partido Social Democrata uma intervenção que não existiu, e nós temos que ser sérios quando fazemos política.-----

----- O Partido Social-Democrata não diz que, neste momento, não é preciso mais turismo. Não! O que o Partido Social Democrata veio aqui dizer e foi muito sério na sua intervenção foi que, neste momento, o que nós precisamos é que não sejam os lisboetas a pagar o que resulta do excesso do turismo na Cidade de Lisboa e, portanto, vir agora pegar nessa intervenção e querer transpô-la para outras áreas é a desonestidade política e desonestidade intelectual, e ofende a honra desta bancada.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhor Deputado.” -----

----- **O Grupo Municipal do PEV**, apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**. -----

----- *“Na 104ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa, realizada a 6 de Fevereiro de 2024, o Partido Ecologista Os Verdes votou contra a Recomendação 103/04 (PSD) – Actualização da Taxa Turística, pelos seguintes motivos:-----*

----- *O Partido Ecologista Os Verdes considera que a taxa turística, desde que foi implementada, tem servido para financiar fins privados, princípio com que Os Verdes não estão de acordo. Além disso, o PEV tem alertado que as condições e a forma de utilização das verbas provenientes desta taxa deveriam ser alteradas, algo que o actual executivo não se tem proposto fazer.-----*

----- *Continua a não existir o devido encaminhamento na íntegra desta verba para áreas que pudessem mitigar os efeitos do turismo e proporcionar melhor qualidade de vida às populações, sendo que por exemplo, os problemas da higiene urbana continuam por resolver, e muito pelo contrário, agudizaram-se.-----*

----- *Importa referir que a receita desta taxa continua a ser canalizada para o Fundo de Desenvolvimento Turístico, gerido pela CML, pela Associação de Turismo e pela Associação de Hoteleiros, que acabam por ter um papel determinante na sua gestão, canalizando esta verba para investimentos que acentuam a dinâmica turística, situação que se irá manter quando a taxa turística a navios de cruzeiro começar a ser efectivamente cobrada.-----*

----- *Mais uma vez, esta recomendação apresentada pelo PSD volta a demonstrar uma total incoerência, face ao seu posicionamento aquando da implementação da taxa turística, pois na altura votaram contra a referida proposta.-----*

----- *Lembrar também que Os Verdes questionaram o executivo sobre se a taxa turística ia ser utilizada para a electrificação do porto de Lisboa, questão que a autarquia continua a deixar sem resposta.-----*

----- *Em suma, Os Verdes entendem que a taxa turística ou qualquer actualização da mesma, deve ser reavaliada no seu alcance e nas suas finalidades, para que os dinheiros públicos sejam utilizados para a satisfação das necessidades das populações e para a melhoria das suas condições de vida.-----*

----- Assembleia Municipal de Lisboa, 6 de Fevereiro de 2024 -----
----- O Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes -----
----- Cláudia Madeira e J.L. Sobreda Antunes.” -----
----- **5. APRECIACÃO CONJUNTA DOS SEGUINTE VOTOS DE SAUDAÇÃO
RELATIVOS AOS TRABALHADORES DO GLOBAL MEDIA GROUP;
GRELHA A - 60 MINUTOS:** -----
----- **5.1. VOTO 103/01 (DNI) - NOVA VERSÃO - SAUDAÇÃO AOS
TRABALHADORES DO GRUPO GLOBAL MEDIA, AO ABRIGO DO
DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15.º DO REGIMENTO; VOTACÃO;** -----
----- (O Voto 103/01 (DNA), fica anexado a esta Ata como **Anexo XIX** e dela faz parte
integrante) -----
----- **5.2. VOTO 103/05 (PS) - NOVA VERSÃO - SAUDAÇÃO PELA LUTA DOS
TRABALHADORES DO GLOBAL MEDIA GROUP, AO ABRIGO DO
DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15.º DO REGIMENTO; VOTACÃO;** -----
----- (O Voto 103/05 (PS), fica anexado a esta Ata como **Anexo XX** e dela faz parte
integrante) -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte
intervenção: -----
----- “Passamos ao ponto 5 da nossa ordem de trabalhos, apreciação conjunta dos
seguintes votos de saudação, relativos, aos trabalhadores da Global Media Group. -----
----- Temos o Voto 103/01 dos deputados não inscritos e o Voto 103/05 do PS, chamo o
Deputado Miguel Graça, para apresentação do voto. -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (DNI)**, no uso da palavra fez a
seguinte intervenção: -----
----- Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia, -----
----- Excelentíssimos Senhores Vereadores e Vereadoras. -----
----- Caros Colegas Deputados e Deputadas. -----
----- O papel do jornalismo é crucial para um país democrático. Vivemos um tempo em
que as ameaças aos mais básicos direitos humanos, à liberdade de expressão e o
pluralismo dos meios de comunicação se alastram um pouco por todo o mundo. -----
----- Vivemos um tempo marcado também pela disseminação de notícias falsas. -----
----- Perante este e outros atentados à democracia, a função do jornalismo torna-se ainda
mais essencial e é cada vez mais imperativo defendê-lo. -----
----- Atualmente, a imprensa portuguesa, enfrenta um dos momentos mais críticos dos
últimos anos, sendo a situação do grupo Global Media, o exemplo mais preocupante e
urgente. -----
----- Importa lembrar que a Global Media é um dos mais importantes grupos de
comunicação social do país, que têm títulos como o “Diário de Notícias”, o jornal mais
antigo de Portugal continental, com 159 anos de existência. “O Jornal de Notícias” com
135 anos. A Rádio TSF, o jornal “Jogo” e o “Açoriano Oriental”, o jornal mais antigo
do país, fundado em 1835. -----
----- No passado mês de dezembro, a comissão executiva do grupo anunciou que
pretendia despedirem entre 150 a 200 trabalhadores. Além disso, os trabalhadores da

Global Media, foram informados de que os acionistas não tinham dinheiro para pagar os salários de dezembro e que já não sabiam quando o poderiam fazer. -----

----- Nessa altura, os colaboradores a recibos verdes já não recebiam há dois meses. Face à gravidade da situação, os jornalistas da Global Media, realizaram uma greve conjunta a 10 de janeiro deste ano.-----

----- Nesse dia, saíram à rua em Lisboa e no Porto, para protestarem contra o anunciado despedimento coletivo e contestarem o atraso no pagamento dos salários e do subsídio de Natal. -----

----- A greve contou com a adesão total e paralisou meios de comunicação social como o JN, o DN, a TSF ou Jogo.-----

----- Depois de quase um mês de incumprimento salarial, a Global Media começou no passado dia 25 de janeiro, a pagar salários de dezembro a trabalhadores do quadro. No entanto, continuam sem receber o subsídio de Natal e há já relatos de trabalhadores que ainda não receberam os salários de janeiro. -----

----- Quanto aos colaboradores a recibos verdes, o incumprimento salarial mantém-se desde novembro passado. -----

----- Senhoras e Senhores Deputados, estamos a 6 de fevereiro, a crise na Global Media tem merecido a preocupação do Presidente da República, do Governo, dirigentes de vários partidos, do Sindicato de Jornalistas, da ERC, da ACT entre outras personalidades e entidades, mas a verdade é que a sobrevivência do futuro do grupo permanece incerto, apesar de ter agora mesmo ter sido veiculado uma notícia de que dá conta da compra do JN, do Jogo e da TSF por um grupo de investidores. -----

----- Manifestamos assim toda a nossa solidariedade, para com os e as trabalhadoras da Global Media, e saudamos calorosamente a luta que têm, travado pela defesa dos seus direitos e pela defesa da liberdade e do pluralismo nos meios de comunicação social.--

----- Saudamos, ainda todas e todos os jornalistas, todos os meios de comunicação social que exercem a sua profissão de acordo com o Código Deontológico dos Jornalistas, contribuindo de forma inestimável, para o fortalecimento da democracia. -----

----- Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Isabel Mendes Lopes do LIVRE.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não, o PS vai apresentar o seu documento, tem toda a razão, e é o Deputado Manuel Lage.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhora e Senhor Vereador. -----

----- O PS traz também um voto de saudação pela luta dos trabalhadores da Global Media, apesar de, desde o momento em que esta luta começou, haver sinais de mudança e de haver uma luz ao fundo do túnel, não chega, não é bastante, não é suficiente.-----

----- Uma sociedade em que a liberdade de imprensa está posta em causa, em que os jornalistas não conseguem levar a cabo o seu trabalho, é uma sociedade, que não é democrática, em que a democracia não está assegurada. E os partidos políticos, nós enquanto políticos, enquanto serventes públicos, enquanto aderentes à causa pública, temos que nos envolver não politizando, não partidarizando a questão. Mas nós temos que demonstrar uma palavra de solidariedade, para com aqueles que dão a sua vida e dão o seu tempo, para formar, para informar, para também fiscalizar, para escrutinar aquilo que é o trabalho que os políticos levam a cabo, porque só assim teremos uma sociedade justa, uma sociedade solidária, uma sociedade verdadeiramente democrática.

----- Aqueles que trabalham no Grupo Global Media, são há muito jornalistas e de várias áreas da imprensa escrita, da imprensa ouvida, da rádio, como já aqui ouvimos e em muitas áreas. Na área do entretenimento, da formação, da informação, e isto não tem apenas a ver com estes jornalistas, tem a ver com todos.-----

----- No momento em que nos aproximamos, de mais um período eleitoral em Portugal, ainda agora saídos de um, no caso regional, é importante que esteja assegurado a liberdade de imprensa e essa liberdade de imprensa numa sociedade e num momento em que em Portugal se fala tanto de ascensão de forças políticas antidemocráticas, é importante e é fundamental assegurar a liberdade da imprensa e a liberdade de informação dos cidadãos. -----

----- Aquilo que se passa aqui, aquilo que se passa nas câmaras, aquilo que se passa no Governo, nos governos, aquilo que se passa nas juntas de freguesia, aquilo que se passa em todo o lado, é sabido e chega ao conhecimento do público, graças à imprensa. -----

----- E, por isso mesmo, Senhora Presidente, sem instrumentalizar, obviamente, o poder político tem de intervir e tem de assegurar, tem de ser um garante de que a fiscalização da sua própria atividade é um ato público diria, e termino, Senhora Presidente, citando Thomas Jefferson, que disse, “*que a nossa liberdade depende da liberdade de imprensa, ela não pode ser limitada sem ser perdida.*” -----

----- Disse, Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Agora, sim, Senhora deputada Isabel Mendes Lopes do LIVRE tem a palavra.” -

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Mendes Lopes (LIVRE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O jornalismo desempenha um papel crucial na sociedade nos dias de hoje, é indispensável na construção e manutenção de sociedades mais informadas, democráticas e participativas. -----

----- A salvaguarda de jornalismo é uma discussão em todo o mundo e que temos de conseguir resolver. -----

----- A redução de recursos, coloca em causa a capacidade de produzir notícias com a profundidade necessária desejada. -----

----- Temos de proteger um dos pilares fundamentais da democracia, através de um jornalismo independente do poder político e de interesses económicos, capaz de garantir a fiscalização dos órgãos de poder públicos e privados. -----

----- Vivemos numa época em que a informação flui em tempo record, em segundos, temos acesso à informação em todo o mundo. -----

----- Numa época em que a liberdade de expressão é um pilar essencial para o crescimento de uma sociedade mais inclusiva e justa, que contribui para que as pessoas fiquem mais informadas e participar ativamente a vida cívica, é imperativo estar ao lado jornalistas e dos trabalhadores dos órgãos de comunicação social. -----

----- Os problemas no Grupo Global Media, acumulam-se nos últimos muitos meses. Trabalhadores e prestadores de serviços tiveram muito tempo com salários em atraso, sem subsídio de Natal, a viver numa incerteza que ninguém deveria viver. -----

----- Várias viram-se agora obrigados a suspender os seus contratos de tudo à mercê de um conselho de administração, cujo objetivos, são tudo menos claros. -----

----- Com uma coragem notável, os trabalhadores do grupo, entre os quais trabalhadores da TSF, do Diário de Notícias, do JN do jornal O Jogo, uniram-se em protesto e chamaram a atenção do país para o que se passa na Global Media, e que põe em risco estes canais de informação tão relevantes. -----

----- Alguém consegue imaginar o país sem o Diário de Notícias, sem JN, ficaríamos reduzidos a dois jornais diários a nível nacional. -----

----- Alguém consegue imaginar o que é o país sem a TSF? Esta rádio que é a companhia diária de milhares e milhares de pessoas. -----

----- Juntamo-nos por isso, à saudação, à luta dos profissionais dos jornalistas, dos técnicos, de todos os trabalhadores da Global Media, mas é preciso mais. -----

----- É fundamental conhecer quem detém os órgãos de comunicação social em Portugal, como aliás, está na Lei e, além disso, é preciso agir. -----

----- Perante o risco de desaparecimento deste grupo e dos jornais e rádios, que tem o que é que o país pode fazer tão estratégico como a Efacec ou tão essencial para a nossa vida como a banca? O país não poderia deixar desaparecer o DN, o JN, a TSF e caso fosse preciso estar preparado para resgatar o grupo e são vários órgãos de comunicação históricos tão essenciais. -----

----- Nos últimos dias, houve novos desenvolvimentos, estaremos atentos e teremos de salvar este grupo. -----

----- Obrigada.” -----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Senhora Deputada Margarida Penedo do CDS, tem a palavra.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada. Senhora Presidente.-----
----- Senhores Membros da Mesa, Senhores Deputados, Senhores Vereadores.-----
----- Estes dois votos que, no fundo, são muito semelhantes, pretendem saudar os trabalhadores do Grupo Global Media.-----
----- Este voto dos deputados não inscritos, eu tenho que vos fazer aqui uma observação, é que os Senhores, no ponto 2, dizem, “*saudar todas e todos os jornalistas*”, mas no ponto 1, dizem, “*saudar os trabalhadores*” e esqueceram-se das trabalhadoras, de maneira, que, ou os Senhores emendam ou nós ficamos convencidos, que os senhores, as trabalhadoras não querem saber.-----
----- Mas vamos partir do princípio, que foi um lapso, e, portanto, nós vamos com certeza, como é evidente, vamos votar a favor destas duas propostas, e fazemos aqui alguns comentários, isto tem alguma coisa a dizer.-----
----- Por um lado, esta coisa de haver uma empresa grande é de jornalismo, sim, tem uma importância especial mas se nós formos ver à lupa, todas as empresas têm uma importância especial.-----
----- As pessoas não podem estar a trabalhar sem receber e não podem ver os seus direitos contratados ser sistematicamente ultrapassados, isso não pode acontecer, e não tem que ver com mais nada.-----
----- Eu lembro-me de uma conversa, no “Os Maias”, entre o avô, Afonso da Maia em Santa Olávia, onde ele criou o neto Carlos da Maia, e estava a conversar com alguém que lhe dizia: “então, mas não ensina as ideias de esquerda ao seu neto, a maneira dele tratar os outros”, e ele disse, “não, ele não precisa disso para nada.”-----
----- “E o que acontece, se ele tratar mal os empregados”?-----
----- E o avô responde-lhe: “se ele tratar mal os empregados, não é um senhor, portanto, eu falhei a minha educação.”-----
----- Portanto, é assim, as pessoas quando são pessoas como deve ser, pagam e respeitam os contratos e a palavra delas é uma palavra que tem que ser cumprida.-----
----- Agora outro ponto é, estes votos não podem ser um pé na porta da nacionalização direta ou indireta do Grupo Global Media, porque agora fala-se para aí de um grupo privado que, aparentemente tem intenções de comprar isto, mas o negócio não está concretizado, logo se vê, portanto, até lá, não se sabe.-----
----- Não gosto...para estes lados não gostamos de ver os impulsos da esquerda já a preparar os dinheiros públicos, para meter num grupo que vai perder dinheiro e, portanto, quando um grupo de comunicação social perde dinheiro, seja nas mãos do Estado, seja nas mãos de grupos privados, é porque há outros interesses que não são os interesses comerciais que estão a tomar conta daquele negócio, e, portanto, há uma história mal explicada, nós não gostamos disto.-----
----- Estes jornalistas, pois, com certeza, se são profissionais competentes esta gente toda deste Grupo Global Media, de profissionais competentes, zelosos, notáveis pela sua isenção, deontologicamente impecáveis, admiravelmente imunes às pressões do Partido Socialista no Governo e dos comunistas e Bloquistas, essa gente toda, gente impecável, portanto, serão devidamente indemnizados, caso aquilo corra mal, conforme o que está

estipulado na Lei não é, e serão rapidamente absorvidos por outros grupos ou por outros órgãos de comunicação social, assim, nós esperamos profissionais deste gabarito. -----

----- Agora, o jornalismo não tem que ser apoiado pelo Estado, de maneira nenhuma, nem tem que ser levada ao colo por grupos privados, que têm os tais outros interesses, que nós não sabemos quais são. -----

----- Se o jornalismo é para ser apoiado, o Estado tem uma boa maneira de o apoiar, que é através dos leitores. Se cada assinatura de um jornal ou de um canal de rádio ou de televisão puder ser descontado na declaração de IRS, isso é uma maneira do Estado apoiar e é uma maneira muito mais saudável, porque quem definitivamente, deve escolher aquilo que lê e aquilo que lhe interessa ler, e quem os jornais devem servir é os leitores, não é nem o Estado, nem os grandes grupos privados. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhor Deputada. -----

----- Não temos mais inscritos, pergunto aos proponentes se querem vir encerrar. -----

----- O Deputado Miguel Graça, já pediu para ser “*trabalhadores e trabalhadoras*”, vai ser alterado no documento. -----

----- Deputado Manuel Lage, agradeço que deem o microfone.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Senhora Presidente, só para terminar, agradecer aquilo que me parece ser um voto, um conjunto de votos ou dois votos unânimes e que merecem unanimidade e a saudação da Assembleia Municipal e dar nota de que e durante o momento em que a única intervenção que houve da Senhora Deputada Margarida Penedo, que muito agradeço e que muito estimo. -----

----- Mas que durante a intervenção da Senhora Deputada, tive a oportunidade de rere os dois votos e não encontrei qualquer referência a um apoio estatal ao grupo Global Media e, portanto, não é isso que se pretende. -----

----- Aquilo que se pretende com estes votos e creio que posso falar também, pelo Senhor Deputado Miguel Graça, até pude abordar o assunto com ele com a brevidade que ele merece, por falta de relevância, o que está aqui em causa, Senhora Presidente, não é financiar nem o Estado financiar nada, aqui não está em causa o público e o privado, aqui está em causa trabalhadores, jornalistas, liberdade de imprensa, e aquilo que está em causa, é que são pessoas que não recebem o seu salário, e é sobre isso que nós nos estamos a pronunciar, e é isso, que nós estamos a pedir que a Assembleia Municipal, faça é que apoie esta saudação aos trabalhadores do Grupo Global Média da esquerda à direita que assegurem, que há garantia destas pessoas ganharem o seu salário, para que possam continuar a exercer a sua atividade com a nobreza e a dignidade que ela merece, que também ajuda a classe política até exercer a sua função com mais transparência que, obviamente, é aquilo que pretendemos numa sociedade livre, justa e democrática. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Deputada Margarida Penedo está a pedir a palavra para que efeitos? -----

----- Tem tempo tem tempo, mas já acabou o ponto? Sim, sim. Força já acabou ponto, só perguntar para que efeitos? -----

----- Exato, não, está a analisar o tempo, não está a utilizar o tempo do CDS, por isso é que eu perguntei para que efeitos, porque o ponto já foi encerrado. -----

----- Para que efeitos, e disse foi citada, então pergunto é defesa da honra?-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte defesa da honra: -----

----- “Pronto, defesa da honra. Eu não gosto nada de pedir defesa da honra, porque eu não sinto a minha honra ferida, Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Mas tem de haver uma figura regimental que a permite falar, senão não vai poder falar! -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS-PP)**, no uso da palavra continua a defesa da honra:-----

----- “O cumprimento dos Regimentos aqui na Assembleia é um bocadinho seletivo, mas não vamos agora abrir essas feridas velhas. -----

----- Eu só quero esclarecer o Partido Socialista, que é precisamente por essa razão por nenhum destes votos avançar com a sugestão de nenhum apoio estatal, direto e indireto. nós vamos votar a favor.” -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem, vamos passar à votação. -----

----- Votamos o Voto 103/01 dos deputados não inscritos subscrito pelo Bloco de Esquerda, “Saudação aos trabalhadores do grupo Global Media”, com alteração de “trabalhadores e trabalhadoras”.-----

----- O PS também subscreve o voto dos Deputados não-inscritos.” -----

----- O **Voto 103/01 (2 DNI)** foi **aprovado por maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ CDS-PP/ PCP/ BE/ IL/ CHEGA/ PEV/ PAN/ ALIANÇA/ LIVRE/ Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça – Abstenção: PPM. -

----- (Ausência do Grupo Municipal do MPT nesta votação)-----

----- *O Deputado Municipal Miguel Jesus Neves Ferreira da Silva (IL) não participou na apreciação e votação desta Recomendação por ter solicitado escusa*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos votar o voto do PS, “Saudação pela luta dos trabalhadores do Global Media, subscrito pelos deputados não inscritos, e pelo Bloco também.” -----

----- O **Voto 103/05 (PS)** foi **aprovado por maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ CDS-PP/ PCP/ BE/ IL/ CHEGA/ PEV/ PAN/ ALIANÇA/ LIVRE/ Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça – Abstenção: PPM.-----

----- (**Ausência do Grupo Municipal do MPT nesta votação**)-----

----- *O Deputado Municipal Miguel Jesus Neves Ferreira da Silva (IL) não participou na apreciação e votação desta Recomendação por ter solicitado escusa*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção -----

----- “Declaração de voto oral do PCP, do Deputado Pedro Frias antes de passar as declarações de voto, o voto foi aprovado, já o referi. Queria só dizer que o deputado Miguel Ferreira da Silva, não se encontra na sala, por motivos de incompatibilidade com o tema ou conflito de interesses e, portanto, não votou estes dois votos e não esteve presente na sala. -----

----- Agora sim, passamos à declaração de voto oral, do PCP, Deputado Pedro Frias.” --

----- **O Grupo Municipal do PCP** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto**: -----

----- “Votamos favoravelmente os Votos 103/01 e 103/05, que saúdam a luta e os trabalhadores do Grupo Global Media. -----

----- Contudo, gostaríamos de referir que a situação do Grupo Global Media é o reflexo do processo de concentração da propriedade dos órgãos de comunicação social. -----

----- Há muito que o PCP tem vindo a alertar para as consequências deste processo da perda de pluralidade e independência, na perda de qualidade e do rigor da informação em que são os interesses privados de quem detém os grupos da comunicação social que determinam a informação e não o interesse público. -----

----- Está hoje bem claro que este caminho, que tem vindo a ser trilhado, que tem como resultado situações como esta do Grupo Global Media, não serve os trabalhadores que são afetados pelos baixos salários, a precariedade, os elevados ritmos de trabalho, fruto da progressiva redução das redações, nem serve a liberdade de imprensa, que é um elemento fundamental do nosso regime democrático. -----

----- Ao invés do que se afigura ser a resolução, a situação atual exigia uma intervenção decidida e clarificadora no plano político, designadamente, uma intervenção do Estado, garantindo que este assumisse uma posição acionista, que protegesse os postos de trabalho e a defesa dos títulos com a sua integração no setor público da comunicação social, incluindo a preservação dos arquivos do DN e do JN e recusando a sua entrega ao setor privado. -----

----- Em suma, o que seria necessário era ir à raiz do problema e travar e inverter a concentração da propriedade dos órgãos de comunicação social, assegurar a garantia da sua independência face ao poder económico e político, e defender o país do controlo das imposições e da evasão fiscal das empresas tecnológicas e plataformas digitais multinacionais. -----

----- Para o PCP, o fundamental é que exista uma comunicação social livre das interferências do poder económico, plural e independente onde os direitos dos trabalhadores sejam assegurados. -----

----- Obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.”-----

----- **6. APRECIACÃO CONJUNTA DOS SEGUINTE VOTOS DE SAUDAÇÃO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO; GRELHA A - 60 MINUTOS:**-----

----- **6.1. VOTO 103/02 (PSD) - SAUDAÇÃO DIA ESCOLAR DA NÃO VIOLÊNCIA E DA PAZ, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15.º DO REGIMENTO; VOTACÃO:**-----

----- (O Voto nº 103/02 (PSD), fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXI** e dela faz parte integrante)-----

----- **6.2. VOTO 104/02 (PPM) – SAUDAÇÃO DIA INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15.º DO REGIMENTO; VOTACÃO:**-----

----- (O Voto nº 104/02 (PPM), fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXII** e dela faz parte integrante)-----

----- **MOÇÃO 104/02 (IL) – “EDUCAÇÃO: POR UMA PREPONDERÂNCIA DEVIDA À LITERACIA FINANCEIRA EM CONTEXTO ESCOLAR” – NOVA VERSÃO.**-----

----- (A Moção nº 104/02 (IL), fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXIII** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Passamos à apreciação conjunta dos votos de saudação no âmbito da educação, Voto 103/02 do PSD, Voto 104/02 do PPM e ainda à Moção 104/02 da Iniciativa Liberal. Pergunto ao PSD quem apresenta? A Deputada Sofia Vala Rocha.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Vala Rocha (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.-----

----- PSD traz hoje aqui o Voto de Saudação do Dia Escolar da Não Violência e da Paz. É a primeira vez que o faz, pese embora este dia 30 de janeiro e esta iniciativa já tenham tido origem em 1964.-----

----- Para nós é a primeira vez e tem que ver com a tentativa de sensibilização e de promoção de uma atitude pela positiva, ou seja, nós já falámos muitas vezes nesta Assembleia do combate ao *bullying*, que se define por uma atitude profundamente negativa e de violência.-----

----- Este dia é um passo a mais que do que isso, não é só de contrariar o *bullying* é de fazer pela positiva a promoção ativa de uma cultura de paz. -----

----- Este dia 30 de janeiro é o dia que assinala a morte desse grande pacifista que todos conhecemos, Gandhi, morreu, foi assassinada a 30 de janeiro, e daí ter sido este dia o escolhido para a assinalar o Dia Escolar da Não Violência e da Paz. É a promoção objetiva dentro do contexto escolar, da paz, de uma atitude pacífica de sã convivência entre as pessoas, não é só combater a violência, é muito mais do que isso. -----

----- É objetivamente ter uma atitude de solidariedade, de promoção de atitudes positivas pela paz. -----

----- Desgraçadamente, ainda há pouco dias, fomos confrontados com um ato selvagem e bárbaro numa escola, uma atitude de profunda violência, que a todos nos chocou. Sabemos quão difícil é o contexto escolar para docentes e não docentes, para pessoal não docente e auxiliar, para os próprios alunos e para as famílias. -----

----- Há coisas que têm que ser mudadas no contexto escolar. Aquilo que o PSD aqui traz hoje é este voto no sentido de todos, sensibilizar para uma atitude diferente, melhor e mais positiva e muito mais pacífica em contexto escolar. -----

----- Disse!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Chamo o Deputado Gonçalo da Câmara Pereira, para apresentar o voto.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo da Câmara Pereira (PPM)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente, mesa da Assembleia, Caros Vereadores, Caros Colegas Deputados. -----

----- No passado dia 24 de janeiro, celebrou-se o Dia Internacional da Educação, um pilar fundamental para o futuro. -----

----- Esta data foi instituída pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 3 de dezembro de 2018 e comemorada, pela primeira vez em 2019, tem como significado comemorar o papel da educação para a paz mundial e o desenvolvimento sustentável. -----

----- Num mundo em constante evolução, a educação é a pedra angular do progresso e da prosperidade de uma sociedade. -----

----- O Dia Internacional da Educação, convida-nos a refletir sobre a importância fundamental que a educação desempenha nas suas vidas e no destino da nossa cidade. -----

----- A educação é muito mais do que a transmissão de um conhecimento, é a chave que abre portas para o desenvolvimento individual e coletivo e, neste sentido, é de louvar o compromisso que a Câmara Municipal de Lisboa tem demonstrado, garantindo que todas as crianças e jovens tenham acesso a uma educação de qualidade. -----

----- No entanto, reconhecemos que há desafios a enfrentar. Devemos trabalhar juntos para superar barreiras e garantir, que todos os cidadãos tenham acesso a oportunidades educacionais equitativas e de qualidade. -----

----- O investimento na educação é necessário, ao futuro de Portugal. -----

----- São prementes todos os esforços para melhorar o sistema educativo e diversificá-lo fornecendo-os os recursos adequados, capacitando professores e adotando práticas inovadoras, preparem os nossos jovens para os desafios que os esperam. -----

----- Ao celebrar o dia 24 de janeiro, o Dia Internacional da Educação, reafirmamos o nosso compromisso em contribuir para a construção de uma sociedade, onde a diversidade educacional, seja um direito inalienável para todos. Onde o conhecimento seja valorizado e partilhado, onde a criatividade e a inovação sejam incentivadas em cada ambiente educacional. -----

----- Obrigado, tenho dito.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Chamo o Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, para a apresentação da Moção da Iniciativa Liberal.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (IL)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhor Vereadores, Senhores Deputados Municipais. -----

----- Por ocasião do assinalar do Dia Internacional da Educação, a Iniciativa Liberal traz hoje a este plenário, um tema que considera fundamental, para as gerações do futuro e para o futuro de todas as gerações. -----

----- E é porque acreditamos na liberdade individual e na igualdade de oportunidades, que insistimos na importância de capacitar as pessoas para o exercício da sua autonomia e isso inclui também a literacia financeira. -----

----- A literacia financeira é nada mais nada menos do que um instrumento fundamental para que os nossos jovens tenham um futuro esclarecido, e estejam conscientes dos riscos e preparados para se posicionarem no mundo, que evoluiu e que, em muitos casos, deixou de ter intermediários, como é o caso do mercado financeiro. -----

----- A aposta na literacia financeira nos níveis de ensino básico e secundário significa aprendizagem de instrumentos necessários, de modo a conseguir identificar todas opções, comparar os seus custos, benefícios e riscos, que muitas vezes não são imediatos e se estendem no tempo. -----

----- É reconhecido por todos, que o mercado financeiro se tornou mais complexo, há uma oferta crescente deste tipo de produtos disponíveis também por via digital, democratizando o investimento, mas também expondo aos riscos quem tem ainda conhecimento insuficiente. -----

----- E é para isto que alertamos, até porque os números são claros. Em 2014, no inquérito realizado pela *Standard and Poors*, Portugal surgiu como o segundo país, com piores níveis de literacia financeira entre os países desenvolvidos, e é o país da União Europeia, onde uma menor percentagem de população apresenta níveis elevados de literacia financeira. -----

----- O nosso país integra a Rede Internacional de Educação Financeira e desenvolveu desde 2011, o Plano Nacional de Formação Financeira, criado pelo Banco de Portugal, pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, com o objetivo de aumentar a literacia financeira da população em geral. -----

----- No entanto, estas entidades reconhecem, que o mesmo não tem conseguido a escala pretendida, nem chegar a alguns públicos-alvo, em particular jovens que terminam o ensino obrigatório e grupos vulneráveis. -----

----- A literacia financeira é uma matéria transversal e com implicações ao longo de toda a vida dos jovens. -----

----- Estudos internacionais indicam, que o maior nível de literacia financeira está associado a maiores níveis de poupança, maior probabilidade de planeamento e poupança para a reforma, maior diversificação de investimentos, maior consciência no pedido de empréstimos e melhor alocação de recursos financeiros ao longo da vida. ---

----- Senhora Presidente e Senhores Deputados, Portugal ficou em 13º lugar no indicador global de literacia financeira, no inquérito feito pela OCDE junto da população adulta em 2023. -----

----- Nesse inquérito, Portugal tem resultados acima da média nas atitudes e nos comportamentos financeiros, mas mantém-se abaixo da média, na vertente dos conhecimentos, é preciso agir, é preciso reforçar o que se tem feito, nomeadamente, ao nível escolar. -----

----- O que propomos com esta Moção, é que seja atualizado o referencial da educação financeira e não só. É preciso incluir aspetos elementares da literacia financeira no currículo escolar do ensino básico, e explicitamente nas áreas de competências do perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória. -----

----- É um apelo que lançamos não só ao Governo, mas também a todas as entidades responsáveis pelo Plano Nacional de Formação Financeira. -----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Passo a palavra ao Deputado Martim Borges de Freitas, do CDS.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Martim Borges de Freitas (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- Eu gostaria apenas de colocar duas questões, uma ao Partido Social Democrata, ao Grupo Municipal do Partido Social Democrata, para saber se estaria na disponibilidade de retirar o ponto 8 e dos seus considerandos, uma vez que a ficar dentro do próprio texto, ficaria como se fosse o PSD a propor uma coisa, que a Assembleia Municipal é que deveria propor e, portanto, essa era a primeira questão. -----

----- Relativamente à Iniciativa Liberal, e a proposta que aqui apresenta há duas questões importantes. -----

----- A primeira diz respeito à forma como pretende incluir a literacia financeira no final da escolaridade obrigatória, porque, no nosso entendimento, tem que ser de uma forma gradual, não pode ser imediata, nem pode ser determinante já, e essa questão deveria ficar clara para todos. -----

----- E a segunda, creio que no texto que é apresentado não existe nada relativamente ao ensino profissional, ora, seria justamente no ensino profissional que, se calhar, teria até mais importância a questão da literacia financeira e, portanto, das duas, uma ou está subentendido ou não está subentendido? A pergunta é justamente essa, se está subentendido que o ensino profissional faz parte desta proposta da Iniciativa Liberal. -

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada.-----
----- Pergunto ao PSD se concorda, com a sugestão feita pelo Deputado Martim Borges de Freitas e a Iniciativa Liberal se quer clarificar?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (IL)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----
----- Senhor deputado, obrigado pelas questões.-----
----- Relativamente à primeira questão, de facto, o que se propõe é uma proposta ao Governo e depois o Governo e as entidades competentes, farão a introdução destas matérias no currículo escolar, conforme for mais apropriado, a ideia que haja, de facto, um aumento do conhecimento financeiro, por parte dos alunos.-----
----- Em relação àquilo da segunda questão, que tem a ver com ensino profissional, obviamente, deve estar abrangido, também.-----

----- Obrigado.” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----
----- Vamos passar então à votação, começamos pelo Voto 103/02 do PSD, “Saudação Dia escolar da Não Violência e da Paz”, com o seu ponto 8, a começar, “*propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, envie...*” e por aí fora, por aí fora, portanto, retirou a parte conforme sugestão do CDS.” -----

----- **O Voto 103/02 (PSD) foi aprovado por unanimidade.**-----
----- **(Ausência do Deputado não inscrito Miguel Graça nesta votação)**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Foi aprovado por unanimidade. O CHEGA fará uma declaração de voto escrita.-
----- Relativamente ao Voto 104/02 do PPM, “Saudação Dia Internacional da Educação”, só para informar onde se lê “2023”, deve se ler “2024”.-----

----- **O Voto 104/02 (PPM) foi aprovado por unanimidade.**-----
----- **(Ausência do Deputado não inscrito Miguel Graça nesta votação)**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Foi aprovado por unanimidade, declaração de voto oral do PCP em relação voto PPM. -----

----- Quanto à Moção 104/02 da Iniciativa Liberal, “Educação: por uma preponderância devido a literacia financeira em contexto escolar”, com a explicação e clarificando a proposta CDS, estamos a falar da Moção do Iniciativa Liberal -----

----- **A Moção do Iniciativa Liberal foi aprovada por maioria** com a seguinte votação:
Favor: PSD/ CDS-PP/ BE/ IL/ CHEGA/ PAN/ MPT/ PPM/ ALIANÇA – Contra: PS -
Abstenção: PCP/ PEV/ LIVRE/ Deputada não inscrita Daniela Serralha. -----

----- **(Ausência do Deputado não inscrito Miguel Graça nesta votação)**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Foi aprovada com declaração de voto escrita da Deputada Daniela Serralha e declaração de voto oral do PCP, declaração de voto escrita do LIVRE. -----

----- Vamos então ouvir os votos orais do PCP, primeiro é a Deputada Leonor Moniz Pereira e depois o Deputado Fábio Sousa, pode passar microfone.” -----

----- **O Grupo Municipal do PCP** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto**: -----

----- “Muito boa tarde a todos.-----

----- O PCP, como sempre tem feito, saúda o Dia Internacional da Educação e, por isso, aprovou a proposta de saudação do PPM, mas não podemos deixar de chamar a atenção para o facto de a Câmara Municipal de Lisboa, não ter competências a nível do processo de ensino-aprendizagem, mas apenas ao nível dos edifícios escolares, e esta intervenção está longe de ser uma intervenção de qualidade. -----

----- Tenho dito.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, vamos ouvir o Deputado Fábio Sousa.” -----

----- **O Grupo Municipal do PCP** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto**: -----

----- “Boa tarde. Senhora Presidente, boa tarde a todos.-----

----- A literacia financeira não é uma matéria inexistente nos currículos escolares, uma vez que já existe no currículo escolar do ensino básico, nomeadamente, na Disciplina de Cidadania e Desenvolvimento. -----

----- Assim, o PCP não concorda com os pressupostos da Iniciativa Liberal, que coloca exclusivamente no indivíduo, nas pessoas a responsabilidade pelas suas escolhas financeiras, sem colocar também em causa o sistema económico onde essas pessoas se inserem. -----

----- Ao mesmo tempo, não se pode discutir a literacia financeira sem se discutir as políticas de rendimentos que, acima de tudo, devem promover a qualidade de vida dos cidadãos, garantindo, nomeadamente, o acesso universal aos serviços de saúde, à educação e à habitação, entre tantos outros direitos que são fundamentais. -----

----- Para o PCP, o perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória reflete uma visão redutora, do que devem ser os currículos e a formação desenvolvida nas escolas, que deve ter em conta a formação integral do indivíduo nas suas mais variadas vertentes.--

----- É neste enquadramento que consideramos, que este tema obriga a uma discussão e reflexão complexa de todas as suas dimensões, pelo que não colocámos obstáculos a aprovação desta proposta, de modo, naturalmente, a permitir a sua discussão mais aprofundada. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Grupo Municipal do LIVRE**, apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto Escrita**: -----

----- “Moção 104/02 (IL) – “Educação: Por uma preponderância devida à literacia financeira em contexto escolar. -----

----- Embora valorize a importância da literacia financeira na formação das crianças e jovens, o Grupo Municipal do LIVRE absteve-se nesta proposta porque já hoje são lecionados conteúdos de literacia financeira nas escolas – nomeadamente na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento – e porque entende que não se justifica destaque especial da literacia financeira na formação dos jovens estudantes em relação às demais áreas de estudo que conferem equilíbrio estruturante ao seu desenvolvimento intelectual.” -----

----- O Grupo Municipal do CHEGA não apresentou posteriormente a sua Declaração de voto escrita, em relação ao Voto 103/02 (PSD -----

----- (A Senhora Deputado Daniela Serralha (DNI) não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto, em relação à Moção 104/02 (IL). -----

----- **7- APRECIACÃO DO VOTO 104/01 (PPM) – SAUDAÇÃO DIA INTERNACIONAL DA ENERGIA LIMPA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15.º DO REGIMENTO; GRELHA A - 60 MINUTOS; VOTACÃO;** -----

----- (O Voto 104/01 (PPM), fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXIV** e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar à apreciação do Voto 104/01 do PPM, “Saudação Dia Internacional da Energia Limpa”, chamo o Deputado Gonçalo da Câmara Pereira para apresentar o voto. -----

----- “Onde se lê “2023” é “2024”. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo da Câmara Pereira (PPM)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Mesa, -----

----- Excelentíssimos Senhores. -----

----- Hoje saudamos a celebração do Dia Internacional da Energia Limpa, que foi no passado dia 26 de Janeiro. -----

----- É imperativo reconhecer a importância da transição para fontes de energia sustentáveis e limpas, promovendo práticas energéticas, responsáveis e amigas do ambiente. -----

----- Lisboa, uma das cidades mais belas do mundo deve liderar pelo exemplo, na adoção e promoção de fontes de energia limpa. Ao fazê-lo, não apenas garantimos o ambiente mais saudável para as gerações futuras, mas também estimulamos o desenvolvimento tecnológico económico da nossa cidade, promovendo investimentos em tecnologias sustentáveis e apoiando iniciativas que visem a redução das emissões poluentes. -----

----- O compromisso com a energia limpa não é apenas uma necessidade, mas uma responsabilidade que todos devemos abraçar. -----

----- Por este motivo, apelamos à colaboração entre todos os setores da sociedade para alcançarmos um futuro mais verde e próspero para Lisboa. -----

----- Que este dia sirva de inspiração para continuarmos a implementar medidas concretas e eficazes, que promovam a transição para um modelo energético sustentável.”

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Ana Mateus**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado, não temos inscritos, vamos passar à votação do Voto 104/01, Saudação Dia Internacional da Energia Limpa. -----

----- O Deputado do MPT, José Inácio Faria, quer fazer uma intervenção, se faz favor Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- Só para dizer que saudamos este voto de saudação do Dia Internacional da Energia Limpa, do PPM. -----

----- Só temos pena é que relativamente a uma recomendação, que nós apresentamos aqui há um tempo atrás, há pouco tempo atrás, sobre a geotermia, também uma energia limpa, o PPM tenha votado contra. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Ana Mateus**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Vamos então passar à votação. -----

----- Um pedido de esclarecimento pelo PCP, peço que passe o microfone ao PCP para fazer o pedido de esclarecimento.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra fez o seguinte pedido de esclarecimento:-----

----- “Senhora Presidente em Exercício, é só porque o PCP tinha feito uma proposta ao PPM, para que o início do voto de saudação fosse retirado em “*nome do Grupo Municipal do Partido Popular Monárquico*” e, que, portanto, começasse com “*saudar*”.

----- Sim, mas se não for dito, era só para que constasse para a ata, que estamos a votar um documento com esta alteração ou não? Era só esse pedido de esclarecimento à Mesa.” -----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Ana Mateus**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pronto, então fica em ata que foi retirado em “nome do Grupo Municipal do Partido Popular Monárquico”, e então está em condições de ser votado.” -----

----- Vamos passar a palavra ao Senhor Deputado Gonçalo da Câmara Pereira.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo da Câmara Pereira (PPM)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “É só para dizer aqui ao nosso filho, que é o MPT, que é nosso filho, é que a energia renovável, que ele fala é mais poluente do que aquelas outras do que ele fala. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Ana Mateus,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Então vamos votar, silêncio, por favor.” -----

----- O **Voto 104/01 (PPM)** foi **aprovado por maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ CDS-PP/ BE/ IL/ PEV/ PAN/ MPT/ PPM/ ALIANÇA/ LIVRE/ Deputada não inscrita Daniela Serralha, Abstenção: PCP/ CHEGA. -----

----- (**Ausência do Deputado não inscrito Miguel Graça nesta votação**)-----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Ana Mateus,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O voto foi aprovado por maioria com declaração de voto escrita, do PCP. -----

----- Também uma declaração de voto oral, então passamos a palavra, ao Senhor Deputado José Inácio Faria, para declaração de voto oral.” -----

----- **O Grupo Municipal do MPT** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Senhora Presidente, o Partido da Terra, votou a favor deste voto de saudação do PPM. -----

----- E eu conheço o meu pai e, portanto, ele não está aqui nesta sala, não está aqui nesta sala, infelizmente, já cá não está entre nós.-----

----- Mas gostaria de referir que lamentamos só, de facto o Partido da Terra, lamenta só que, uma vez que estamos a falar e que o PPM apresentou e bem, esta saudação ao Dia Internacional da Energia Limpa, não tenha também, acrescentado até no próprio texto a energia geotérmica. -----

----- Eu bem sei, que Lisboa não tem vulcões, como foi aqui referido pelo senhor deputado do PPM, aqui há uns tempos atrás, para se recusar a votar a favor da recomendação, porque invocou que não havia vulcões em Lisboa.-----

----- Eu sei que para ali para os lados do PS, há alguns vulcões, não queremos saber deles agora, vamos esperar pelo dia 10 de março.-----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Ana Mateus,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.”-----

----- **8. APRECIACÃO DA RECOMENDAÇÃO 104/01 (IL) - RECENTRAR A GEBALIS NA CIDADE DE LISBOA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15.º DO REGIMENTO; GRELHA A - 60 MINUTOS; VOTAÇÃO.**

----- (A **Recomendação nº 104/01(IL)**, fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXV** e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Ana Mateus,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar então, ao ponto 8, Recomendação 104/01 (IL) da Iniciativa Liberal, “Recentrar a Gebalis na Cidade de Lisboa”. -----

----- Apresenta a Recomendação, a Senhora Deputada Angélique da Teresa.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Angélique Da Teresa (IL)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, de novo.-----

----- A Gebalis tem vários bairros sob gestão, mas, apesar de ser uma Empresa Municipal de Lisboa e em parte financiada pela Câmara Municipal de Lisboa, tem sob sua gestão outros bairros noutros municípios, conforme referido no site institucional, mas também no documento que a suportou no debate sobre o orçamento para 2024. -----

----- São três bairros, que se encontram fora da cidade de Lisboa, mas que são mantidos pelos impostos dos lisboetas, todos na zona Sul, nomeadamente, nas freguesias de Algueirão, em Mem Martins e Casal de Câmara, ambos no Município de Sintra e em Alfragide, na Amadora.-----

----- A Senhora Vereadora, já reconheceu este caso e aquilo que queremos é que esta situação que, no mínimo é insólita fique resolvida, por isso, apresentámos este documento para que a Assembleia Municipal, tome um posicionamento claro neste processo. -----

----- Recomendamos, que ou através de transferência ou venda, a posse destes bairros possa transitar para os municípios onde esses prédios estão. -----

----- As políticas municipais dos sintrenses são da responsabilidade do Executivo de Sintra que tem o seu próprio orçamento. As políticas municipais dos amadorenses são da responsabilidade do Executivo da Amadora, que tem o seu próprio orçamento e, portanto, não nos parece aceitável, que os lisboetas estejam a custear a habitação municipal dos sintrenses e dos amadorenses, quando há tanto por fazer na nossa cidade.

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Ana Mateus**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada, temos inscritos. -----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Fábio Sousa, do PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Sousa (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em Exercício, executivo municipal, boa tarde.-----

----- Boa tarde a todos.-----

----- Esta questão que a Iniciativa Liberal, hoje nos coloca, no que diz respeito ao recentrar a Gebalis na Cidade de Lisboa, remete-nos para uma das perguntas que a Iniciativa Liberal colocou no âmbito da sessão de perguntas à Câmara e que todos registamos, que a Vereadora Filipa Roseta afirmou na altura, ir desenvolver na altura e recentemente, ir desenvolver diligências e contactos com os municípios de Sintra e da Amadora para se inteirar da matéria aqui em apreço.-----

----- A presente recomendação na nossa opinião e após este compromisso por parte da vereadora, pouco ou nada acrescenta à resolução do problema concreto das pessoas que vivem nestes bairros. Parece-nos, inclusive que a Iniciativa Liberal ao apresentar esta recomendação, demonstra que não conhece o histórico e a génese destes bairros,

portanto, as pessoas que vivem nestes bairros, como todos sabemos, são lisboetas, porque foram claramente, diria, no fundo, foi a Câmara Municipal de Lisboa, que as enviou para estes bairros, portanto, para o PCP, a prioridade no que diz respeito a estes bairros é conhecer-se verdadeiramente, a Gebalis está ou não a cuidar do seu edificado? Está ou não a cuidar do seu património? Está ou não a cuidar dos seus moradores?-----

----- Para nós a prioridade, serão sempre as pessoas e perceber efetivamente, se estes fogos estão ou não ao serviço das pessoas, se estão ou não reabilitados. -----

----- Senhora Deputada e Iniciativa Liberal, nós não vemos estes bairros como uma oportunidade de negócio, portanto, não vemos como uma oportunidade para a Gebalis fazer aqui algum encaixe financeiro, portanto, não votaremos contra a presente recomendação, até porque, na parte deliberativa, aquilo que nos dizem, de facto, é encetar os contactos necessários com os executivos camarários, portanto, não somos contra a proposta que a Senhora Vereadora, aqui apresentou de conversar com estes municípios, achamos que, inclusive, é importante e achamos inclusive que até devemos ir mais longe.-----

----- Para além de se conversar com os municípios, devemos igualmente conversar com as pessoas que lá vivem, não é, porque são lisboetas a Câmara Municipal de Lisboa, a Vereadora Filipa Roseta e, naturalmente, todo o executivo municipal tem responsabilidades nesta matéria e devem inclusive, acompanhar estas pessoas, portanto, era só isto que queríamos deixar como nota, não votaremos contra a presente recomendação, mas vamos abster-nos.-----

----- Obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Ana Mateus,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Deputado Carlos Reis que já vem a caminho, do PSD tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Reis (PSD),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente em exercício, senhor primeiro secretário da Mesa, Senhores Vereadores, Senhor Deputados municipais. -----

----- Nós votaremos favoravelmente e sem qualquer hesitação a recomendação que Iniciativa Liberal traz aqui, mas importa perceber o contexto e perceber como é que chegámos aqui. -----

----- Com efeito, estes bairros que se localizam fora do território geográfico de Lisboa e que sendo património cujas frações individuais e cujo edificada é património do município e não há nenhum obstáculo legal que isso aconteça. -----

----- O município pode ser proprietário de património fundiário em qualquer ponto do país, e tem uma génese e tem uma génese, que importa aqui referir e vamos sempre ao mesmo. A crise da habitação, a crise habitacional.-----

----- Há trinta e tal anos, há trinta anos, Portugal vivia uma enorme crise de habitação, uma crise habitação sentida particularmente na área metropolitana de Lisboa, em Lisboa e nos concelhos limítrofes.-----

----- Respondendo a um repto, do então Presidente da República, o Governo do Professor Cavaco Silva, lançou um plano especial de realojamento, que mobilizou, que mobilizou a vontade de muitos municípios, a vontade também do município de Lisboa, mobilizou muitos recursos e nós conseguimos, e nós conseguimos num curto período de tempo, construir cento e vinte mil casas e algumas dessas casas são ainda hoje, o testemunho daquilo que foi uma obra colossal um feito colossal que foi pôr o país a acabar com as barracas nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.-----

----- E estes bairros são herança desse esforço e, por isso, não podia deixar aqui mais uma vez de exaltar o legado do Professor Cavaco Silva. E é bom também dizer-se que o Doutor João Soares, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, nessa altura e que antes de ele, o Doutor Jorge Sampaio, desempenharam um papel importante na concretização desse esforço.-----

----- Um papel, aliás, que a Lisboa começou ainda antes do país, já com o Engenheiro Nuno Abecassis, porque já o Engenheiro Nuno Abecassis, começou um esforço enorme de erradicação das barracas.-----

----- Mas importa também dizer que algum deste esforço foi feito sob premissas erradas que hoje estamos a sentir. Qualquer geógrafo, qualquer antropólogo, qualquer sociólogo, mesmo do ISCTE, pode verificar que há e pode verificar que existe uma lógica espacial e uma lógica geográfica, muito precisa que presidiu à locação dos realojamentos em Lisboa, isto é, os realojamentos e a construção de muitos desses bairros então sociais e o que agora nos esforçamos, porque sejam mais municipais e menos sociais foram estrategicamente colocados fora de zonas de Lisboa, que nós considerávamos e que o município entendeu na altura deverem ser mais afluentes ou deviam ser mais privilegiadas.-----

----- Digamos que houve aqui um esforço de empurrar, de empurrar pobres para a periferia e esta é a realidade, criaram-se guetos, empurraram-se pessoas para a periferia e, neste caso particular, empurraram-se até pessoas para fora do território do município de Lisboa.-----

----- Portanto, isto tem de ser dito, não é preciso ser-se comunista para se dizer isto, não é preciso ser-se de esquerda para se constatar que houve uma injustiça planeada, ou negligenciada na orientação estratégica da execução de um plano que era nacional aqui em Lisboa, pode haver várias razões para isso e não vamos fazer processos de intenção, eventualmente até por economias do próprios terrenos, pode até haver muitas questões, mas uma é evidente, a consequência evidente, criaram-se, de facto, zonas demograficamente desequilibradas e sociologicamente mais deprimidas.-----

----- Quanto à questão, é óbvio, que nós concordamos com isso, aliás, nós até concordamos com mais, era bom que a Câmara Municipal, todos os vereadores da oposição permitissem que a Senhora Vereadora da Habitação e a Câmara Municipal de Lisboa, por exemplo, alienassem fogos aos seus habitantes, aos seus locatários, já muitos deles que já vão na terceira, quarta ou quinta geração de locatários e de uma relação

contratual exemplar connosco e que merecem também ter acesso à sua propriedade, acesso à sua habitação. Era bom também que pudéssemos permitir isso, que pudéssemos permitir um elevador social ascendente dessas pessoas, que algumas dessas pessoas deixassem de ser inquilinas da Câmara e serem também proprietários das suas habitações, deixar as pessoas serem donas das suas casas. Era importante que estes nossos vereadores de esquerda e os nossos deputados municipais à nossa esquerda também permitissem essas alienações estratégicas em muitos desses bairros. -----

----- E este também poderia ser aqui um exemplo, mas uma vez que não conseguimos isso ao menos, ao menos, que, de facto, sejam transferidas o património com as responsabilidades inerentes, mas também, eventualmente com as mais-valias inerentes para as Câmaras da Amadora e de Sintra. Aliás, este esforço de transferência para Câmaras Municipais, na periferia de Lisboa já se concretizou até na Amadora, o IHRU, mesmo na gestão do governo socialista, já transferiu uma parte importante do seu património habitacional, por exemplo no município da Amadora, diretamente para a Câmara Municipal Amadora, claro, depois da Câmara Municipal da Amadora ter recebido o inventário das responsabilidades do edificado por reabilitar, daquilo que já estava reabilitar e de fazer um acerto de contas. -----

----- Eu acho que esse é um esforço que a Senhora Vereadora Filipa Roseta está a começar a encetar e muito bem e penso que tanto o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Amadora, como o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sintra, ambos do Partido Socialista, estão naturalmente disponíveis para nos aliviar em aqui em Lisboa de um fardo que, de facto, é um fardo que os munícipes de Lisboa, neste momento, passados trinta anos, não precisam de suportar. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Teixeira.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Teixeira (PS),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhoras e Senhores Deputados.

----- Não tinha como previsto fazer qualquer intervenção relativamente a este ponto, mas, estranhamente, vou citar o líder da bancada do PSD em que, como ele costuma dizer temos de ser politicamente honestos, temos que ser sérios naquilo que dizemos e uma mentira repetida, muitas vezes não se torna uma verdade. -----

----- Bom, eu nunca pensei vir aqui citar Luís Newton, não porque não tenha amizade por ele, mas politicamente, divergimos em muitos pontos. -----

----- Senhor deputado, eu concordei com quase tudo aquilo que disse, mas tentar vir aqui fazer a avocação que o Aníbal Cavaco Silva, foi o grande responsável pela transformação e pela resposta que a Cidade de Lisboa, deu aos cidadãos, aos lisboetas ao nível de habitação já é demais! E não é por repetir muitas vezes que se vai concretizar.

----- Eu reparei, reparei que a breve trecho da sua intervenção, o Senhor Deputado teve a capacidade de lembrar-se, vá lá de João Soares, lembrar-se ali um bocadinho de Jorge Sampaio, entretanto, esquecer-se de Vasco Franco.-----

----- Bom, não levamos a mal esta tentativa de branqueamento constante, é nítida na vossa intervenção e, portanto, só lembrar, Senhor Deputado e pedir-lhe que siga a também aquela que tem sido a postura e a máxima do seu líder de bancada, Luís Newton, quando pede seriedade e quando pede que não repitam as mentiras, muitas vezes por elas assim não se tornam verdade. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Vamos ouvir o Deputado Carlos Reis, qual é a figura regimental? Tem tempo, ainda tem, tem seis segundos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Reis (PSD)**, no uso da palavra fez o seguinte protesto: -----

----- “Eu vou usar a figura do protesto, Senhora Presidente, porque os seis segundos, não me bastam e, portanto. -----

----- De facto, a expressão “é de mais” é, de facto, é de mais, de mais, foram, cento e vinte mil casas, foram trinta anos e as pessoas sabem perfeitamente bem que houve um Governo do Professor Cavaco Silva, que durante dez anos transformou, a face de Portugal por comparação com os vossos oito anos aqui em Portugal.-----

----- E, de facto, é um problema que vocês têm, vocês têm um problema, com o Professor Cavaco Silva é um problema que vocês não conseguiram ultrapassar. Nós não temos esse problema, ao invés com o Doutor Mário Soares, com o Doutor Jorge Sampaio, com o Doutor João Soares, nem também com o Vereador Vasco Franco, também poderia falar aqui da Vereadora Ana Sara Brito, também, que também teve um importante papel, poderia falar aqui também dela, com certeza, como também poderia ter falado da Vereadora Helena Roseta, que veio tentar impor a ordem a muita balbúrdia, que existia no setor aqui na habitação. -----

----- Portanto, também poderia falar dessas pessoas e que não são do meu partido político, agora há uma questão evidente, o Professor Cavaco Silva foi, de facto, foi, de facto, pioneiro e uma referência nesta matéria, muitos andaram a fazer pacotes de mais habitação, pacotes, pacotes, pacotes. -----

----- O Bloco de Esquerda é que sabe dessas contas, bem, que a Mariana Mortágua ainda há pouco tempo enunciou essas contas. Prometeu há pouco tempo milhares, já não me lembro quanto, eram cento e tal mil fogos de habitação acessível, construíram novecentos e dezassete. Prometeram, uma casa digna para todos os portugueses, nos cinquenta anos do 25 de Abril...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado, isso não é um protesto.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Reis (PSD)**, no uso da palavra fez o continua o seu protesto: -----

----- “Ora, aí temos nós os cinquenta anos do 25 de Abril, a dignidade, casas para todos!
 ----- Francamente, francamente, digo eu!”-----
 ----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte
 intervenção: -----
 ----- “Obrigada, Senhor Deputado.-----
 ----- Deputado Ricardo Marques, qual é a figura? Um contraprotesto, mas o PS ainda
 tem tempo.” -----
 ----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Marques (PS)**, no uso da palavra fez o
 seguinte contraprotesto: -----
 ----- “Senhora Presidente, -----
 ----- Boa tarde, Carlos.-----
 ----- Também não estava previsto a intervenção neste ponto, no entanto é assim. -----
 ----- Eu ouvi com muita atenção a intervenção do Deputado Carlos Reis. Concordo
 genericamente com muitas das suas intervenções, mas curioso é que não vemos esta
 linha de atuação no novo executivo municipal.-----
 ----- O programa e o projeto foram aqui apresentados a Nova Carta Municipal, acabava
 com os projetos de renda acessível dispersos na cidade, concentra oitocentos milhões de
 investimento e, diga-se de passagem, o maior investimento alavancado, é verdade em
 quinhentos milhões de euros de financiamento de PRR, mas alavancada em quinhentos
 milhões de euros de PRR só nos bairros municipais periféricos.-----
 ----- Portanto, eu concordo consigo em tudo o que disse Carlos, e tenho o dito
 publicamente que discordo e discordei e o Partido Socialista discorda daquilo que é
 voltarem a incidir no erro, ainda bem que o PSD reconhece que houve aqui alguns
 processos que não foram bem feitos e, portanto, eu penso que demos aqui hoje uns
 passos muito importantes, para quando vier a esta assembleia, debater a nova Carta
 Municipal de Habitação, contar com o apoio da bancada do PSD para que a gente não
 crie outra vez uma cidade de pobres e uma cidade de ricos. -----
 ----- Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----
 ----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte
 intervenção: -----
 ----- “Muito obrigada, Senhor Deputado, vamos passar ao próximo inscrito, não temos
 mais inscritos, pergunto ao Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, se quer encerrar é a
 Deputada Angélique Da Teresa para encerrar. -----
 ----- Vamos fazer silêncio e ouvir a Deputada Angélique da Teresa.-----
 ----- Muito obrigada, agradeço silêncio na sala.” -----
 ----- **A Senhora Deputada Municipal Angélique da Teresa (IL)**, no uso da palavra
 fez a seguinte intervenção: -----
 ----- “Muito obrigada pelas vossas questões.-----
 ----- Senhores Deputados, conheço bem a génese dos bairros, mas agradeço os
 esclarecimentos que foram prestados. Já elogiei várias vezes aqui nesta Casa, o PER e
 devo dizer-vos que o PER só foi possível com a vontade e a junção dos dirigentes de
 vários partidos políticos diferentes, esta é que é verdade, portanto, esta coisa de puxar a
 corda, por um lado e pelo outro à volta do PER, acho que não faz sentido. -----

----- Respondendo ali ao PCP, que enfim, uma coisa é eventualmente se sentir incomodado, mas se o Senhor Deputado, ler o primeiro ponto da nossa recomendação, nós dizemos “*vendidos/transferido*”, portanto, não é uma questão de negócio, é deixar amplitude para que os municípios falem entre si e para que acordem esta transferência e, portanto, não acho correto da sua parte esta referência e daí a correção. -----

----- Depois aquilo que eu disse também na minha intervenção, é que este documento vinha no sentido de levar em concreto, este ponto por parte da Assembleia Municipal, ou seja, uma coisa foi aquilo que a Senhora Vereadora, disse aqui em plenário de uma questão nossa e aí tem toda a razão, mas há muitas respostas que a Câmara Municipal dá e depois não tem consequência nenhuma, portanto, daí este posicionamento. -----

----- Depois, por último, eu fiquei um bocadinho espantada, quando fala dos moradores, ou seja, eu não sei se o Senhor Deputado, tem informação privilegiada e se sabe onde é que os moradores do município e, em caso concreto, nesses bairros do município de Sintra e do município da Amadora votam ou onde é que estão recenseados, onde é que têm residência fiscal, porque efetivamente, se não for em Lisboa, não são lisboetas, até podem ser lisboetas de coração, mas legalmente não são, portanto, eu não sei onde é que efetivamente foi buscar essa consideração, porque não é verdadeira, não é assim que funciona. -----

----- Agora lisboetas, de coração, somos todos, eu também não nasci cá. A minha família não é de cá e sou lisboeta de coração. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Vamos então passar à votação, votamos a Recomendação 104/01 da Iniciativa Liberal, “Recentrar a Gebalis na Cidade de Lisboa”. -----

----- A **Recomendação 104/01(IL)** foi **aprovada por maioria** com a seguinte votação: Favor: PSD/ CDS-PP/ IL/ CHEGA/ PAN/ MPT/ PPM/ ALIANÇA – Contra: PS/ BE/ Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça - Abstenção: PCP/ PEV/ LIVRE. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Recomendação 104/01 da Iniciativa Liberal, foi aprovada por maioria, o Bloco de Esquerda fará uma declaração de voto oral.” -----

----- **O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda**, apresentou oralmente a seguinte **Declaração de Voto**: -----

----- “Obrigada, Senhora Presidente. -----

----- A nossa questão com este voto e a razão pela qual votámos contra é que nós não conhecemos os regulamentos de habitação dessas outras câmaras e não sabemos se as pessoas vão pagar mais, se há garantia de que se vão manter as casas municipais e as rendas controladas ou se há património que vai ser alienado e, em teoria, é bom que é que a Gebalis só gira equipamento em Lisboa, mas, na verdade, não sabemos quais as condições em que as pessoas que vivem nessas casas ficariam. -----

----- Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada.” -----

----- **9. APRECIACÃO DA RECOMENDAÇÃO 104/02 (PS) – PELA MELHORIA DAS CONDIÇÕES OPERATIVAS DAS PRAÇAS DE TÁXI DA CIDADE DE LISBOA E ADAPTAÇÃO PARA USO DE VEÍCULOS ELÉTRICO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15.º DO REGIMENTO; GRELHA A – 60 MINUTOS; VOTACÃO:** -----

----- (A **Recomendação nº 104/02 (PS)**, fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXVI** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Passamos à apreciação da Recomendação 104/02 do PS, “Pela melhoria das condições operativas das praças de táxi da cidade de Lisboa e adaptação para uso de veículos elétricos”. -----

----- O Deputado Luís Coelho apresenta a recomendação.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Coelho (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, -----

----- Senhor Vereador aqui presente, -----

----- Caras e caros Deputados Municipais.-----

----- O Partido Socialista apresenta hoje uma recomendação pela melhoria das condições operativas das praças táxi da cidade de Lisboa e adaptação para os de veículos elétricos.

----- Os táxis são um meio de transporte com uma longa história, em Lisboa, fazendo parte das soluções de mobilidade automóvel à disposição da cidade, dos seus habitantes e das pessoas que a visitam. -----

----- Trata-se também de um importante setor de atividade económica e que deverá merecer a devida atenção por parte da autarquia lisboeta. -----

----- Num momento em que o setor dos táxis se queixa das consequências da inovação tecnológica no exercício da sua atividade, é importante lembrar que também este setor se alicerçou no desenvolvimento tecnológico existente do século XX para se desenvolver. -----

----- Várias inovações, como o taxímetro, o rádio e os computadores fizeram com que a produtividade do setor aumentasse e se tornasse mais atrativo. -----

----- Recentemente, o mercado dos táxis tem registado uma forte concorrência que afetou ainda mais um setor em quebra. -----

----- O desenvolvimento tecnológico, permite a oferta do serviço, com menos custos para os utentes e que, por isso, torna o serviço de táxi tradicional menos atrativo, quer para os consumidores, quer para alguns profissionais.-----

----- Parece consensual a necessidade de garantir o funcionamento eficiente de uma rede de transportes. Se em meio urbano, as viagens regulares são realizadas por meio de transporte coletivo, como o metro ou o autocarro, não se pode esquecer que muitas

viagens ocasionais, principalmente em cidades com vertente turística, que possuem um aeroporto, como é o caso de Lisboa que recorrem ao táxi e plataformas similares. -----

----- As entidades de defesa do táxi têm vindo a debater quais os tipos de regulação, que que pode existir no setor dos táxis e quais as suas vantagens e desvantagens, apontando também soluções para a revitalização do setor. -----

----- Deste trabalho de dois anos e do diálogo, entre três entidades resultou um diploma que autoriza o Governo a criar um novo regime jurídico para este setor, o qual foi promulgado no passado dia 9 de julho. -----

----- Entre as mudanças propostas pelo Governo, destaca-se que as licenças detidas pelos operadores possam ser geridas a nível intermunicipal, permitindo assim o fim da tarifa de retorno. -----

----- Outra proposta prevê a criação de tarifas específicas em zonas com grande fluxo turístico: aeroportos, terminais de cruzeiros e tarifas intermunicipais e ainda tarifas que reflitam a procura em datas festivas como o Ano Novo ou Natal. -----

----- Além desta alteração legislativa, é importante salientar que o Governo abriu candidaturas para apoio financeiro, à compra de táxis elétricos, equipamento para carregamento e ainda ferramentas para a digitalização. -----

----- Este apoio pode atingir os dez mil euros, caso seja abatido um automóvel com mais de doze anos e seja comprado um carro novo, totalmente elétrico. -----

----- Também nas grandes Opções do Plano 2023/2027, a Câmara Municipal de Lisboa se propôs do pilar 2, uma cidade sustentável, concretamente no seu ponto 7, alínea 6, “promover a modernização do transporte por táxi, alargando as praças, melhorando as condições operativas, nomeadamente, segurança e higiene e potenciando a conversão elétrica da frota. -----

----- Assim, só com um esforço comum envolvendo os diversos atores políticos, entre os quais as autarquias locais, as praças de táxis poderão ser melhoradas, tomando como exemplo, algumas das existentes na cidade de Lisboa, como em Belém, Jerónimos, Rossio, Praça do Comércio, Entrecampos, Telheiras e Areeiro. -----

----- Assim, vem o Partido Socialista, propor hoje, várias recomendações à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Realize um levantamento de todas as praças de táxis e quais as suas necessidades mais prementes, e que envide esforços para uma rápida resolução e agilização de instalação de postos de carregamento elétricos nas praças de táxis na cidade de Lisboa. -----

----- Por uma rápida instalação de novos equipamentos, vulgo, abrigos nas praças de táxi, criando zonas de espera protegidas das condições atmosféricas mais adversas e aumentando o nível de conforto dos clientes. -----

----- Promova a instalação de casas de banho públicas em praças, onde não exista outra solução de acesso à higiene dos motoristas. -----

----- Convém aqui lembrar e conheço vários casos que praças de táxis que estão implementados junto a serviços de restauração e de cafés, quando os motoristas querem aceder, os cafés não deixam, portanto, é uma medida que seria talvez de urgente implementação no município. -----

----- Que envie esforços para a criação de mais faixas bus e reforce a fiscalização nas existentes, bem como a requalificação e reorganização do espaço público envolvente das praças táxi, nomeadamente, com a criação de zonas de sombra, rebaixamento de lancil, melhores condições de acesso e circulação, quer de viaturas, quer pessoas. -----

----- O reforço de iluminação pública junto às praças táxi, também, é uma medida premente, aumentando assim o sentimento de segurança dos seus utilizadores.-----

----- Por fim, que todo este processo seja devidamente acompanhado pela 8ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Temos inscrições, Deputado Rodrigo Mello Gonçalves da Iniciativa Liberal.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (IL)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente, Senhores Deputados.-----

----- O Partido Socialista traz-nos mais uma recomendação, desta feita sobre a questão das praças de táxis e a Iniciativa Liberal irá votar a favor da recomendação, dos vários pontos deliberativos, porque são coisas que fazem sentido. -----

----- Agora, convém aqui dizer mais uma vez que nada disto é novo e aquilo que estão a propor é que se faça, é que a Câmara proceda com um conjunto de diligências que já poderia ter feito há muito tempo, nomeadamente, quando o Partido Socialista governou cidade, porque este assunto já foram discutidos também aqui no anterior mandato, no âmbito de várias audições que tivemos na altura, inclusive ou quando dizem, “realize o levantamento de todas as praças de táxi”, esse levantamento, era uma coisa que já poderia estar feita também na sequência de, aliás, que já deveria estar feito, até porque de várias medidas de mobilidade que foram tomadas no anterior mandato, mas, enfim.

----- Nós estaremos a favor da recomendação, alertando também para duas questões e aqui à Câmara Municipal, que nesta questão do levantamento e das praças de táxi e da sua configuração, há um aspeto também tem que ser tido em conta. -----

----- É que há várias praças de táxis onde os lugares disponíveis para os táxis, não são suficientes e que leva a que os táxis muitas vezes parem, para além dos lugares que tem previstos, causando constrangimento no trânsito, e estou-me a lembrar, por exemplo, da praça de táxis, da pequena praça de táxis que há aqui na Óscar Monteiro Torres ou até naquela junto às Amoreiras e que depois entra pela no cruzamento da Avenida Engenheiro Duarte Pacheco com a Rua Carlos Alberto Mota Pinto e, portanto, neste estudo e neste levantamento, que a recomendação pede à Câmara, era importante também, que se fosse visto essa circunstância de algumas praças não estarem devidamente dimensionadas, para aquilo que é a necessidade dos táxis. -----

----- Por outro lado, também podemos também lançar a questão e que também e que já tem algum tempo nesta assembleia, relativamente, à questão da atividade dos *tuk-tuks* e com paragens também para os *tuk-tuks*, porque é uma atividade, que implica paragens na cidade de Lisboa, já houve aqui, inclusive na Assembleia, uma reunião com a

Associação Nacional das Atividades Turísticas, para essa matéria e, portanto, também deixar esse alerta à Câmara, que nesta reconfiguração e nestes estudos e levantamentos que tem que ser feitos também não deixar essa questão do lado. -----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Deputado José Inácio Faria, tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Obviamente, que iremos votar a favor desta Recomendação do PS, no entanto, gostaríamos de fazer aqui uma sugestão de alteração do texto, no ponto 5, onde refere, “*que envide esforços para a criação de mais faixas de bus e reforce a fiscalização nas existentes*”, o Partido da Terra, gostava de ver aqui incluído o seguinte texto. -----

----- “*O mesmo envide esforços para a criação de mais faixas de bus com circulação extensível a todos os motociclistas*”, porque nem todas as faixas bus são passíveis de integrarem a circulação de motos e, portanto, era isso, era isso a sugestão do MPT e agradecer uma vez mais a vossa compreensão. -----

----- Muito obrigado, eu sou motociclista, portanto, obrigado.” -----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Deputado Carlos Reis do PSD.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sim, Deputado José Inácio?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu peço desculpa, Senhora Presidente, era para referir, eu disse aqui ao CDS que ia mencioná-los, até porque esta foi uma recomendação de 2018, do CDS, com a qual nós concordamos na altura e que agora, no fundo é revisitá-la uma vez mais. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Também.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Reis (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhor Vereador, Senhores Deputados. -----

----- O PSD vota a favor desta recomendação na sua generalidade, há apenas dois pontos que não nos merecem o voto favorável, mas também não merecem o voto contrário, e isto porquê? São dúvidas, acima de tudo, de exequibilidade para que a Câmara municipal em termos de prontidão que a Câmara Municipal pudesse fazer. Geralmente, quando recomendamos coisas à Câmara, é para a Câmara Municipal as possa concretizar ao

iniciar a sua concretização em tempo razoável. E nós, como temos dúvidas em relação a dois destes pontos abster-nos-emos em relação a estes dois destes pontos que vamos pedir, portanto, destaque na votação, nada temos a opor. -----

----- Concordamos com a questão das condições da melhoria das condições operativas da praça de táxis e a adaptação para os veículos elétricos, aliás, e queria aproveitar o ensejo e também para referir para a atividade do transporte de táxi em geral e nesse aspeto, sem entrarmos em disputas concorrenciais, com outros ramos do setor de economia partilhada, como nomeadamente, as plataformas de *car sharing* e com as Uber e com outras questões nós... posso?" -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos ouvir o Deputado Carlos Reis, por favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Reis (PSD)**, no uso da palavra fez a continuação a sua intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Naturalmente dizer que se impõe, uma mudança legislativa a nível nacional que habilite as câmaras municipais, tanto no setor do táxi, como sobretudo, na regulamentação da Uber e de outras plataformas, ter outros instrumentos legais de regulação, de partilha e de organização deste setor e, portanto, acho que é um trabalho que esta assembleia pode começar a fazer, independentemente dos resultados eleitorais que aí vierem, para se alterar a legislação nacional.-----

----- É inadmissível que a Câmara Municipal de Lisboa ou outra câmara municipal, qualquer do país, não possa ter uma palavra a dizer sobre o licenciamento da atividade Uber, por exemplo, é inadmissível que isso subsista. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado Jorge Nuno Sá do ALIANÇA tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Nuno Sá (ALIANÇA)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente, Senhor Secretário, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vereador. -----

----- Apenas para dar nota do seguinte, não nos opomos, evidentemente, à recomendação, mas tenho noção e quando discutiram a mobilidade, nomeadamente, nas grandes opções do plano, que a Câmara já tinha os números das praças de táxis e também que, no novo contrato para a mobilidade estão previstas setenta e cinco casas de banho, bem como abrigos nas praças de táxis, tal como existem nas paragens de autocarro. ---

----- Portanto, havendo aqui alguma redundância, não queria deixar de o mencionar agora para não dizermos depois que foram feitos a reboque desta moção, porque já foram falados, já foram debatidos, já foram apresentados, mas não inviabilizaremos,

obviamente a recomendação, agora não podemos dizer que nasceram a partir desta recomendação.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Deputado Martim Borges de Freitas. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Martim Borges de Freitas (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- Senhor Vereador, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Era apenas para perguntar ao Partido Socialista, se estaria na disponibilidade de nos pontos 2 e 3, em vez de estar a palavra “*rápida*” que introduzisse a palavra “*gradual*”, porque, de outro modo, é praticamente impossível levar por diante aquilo que ali é pedido, portanto, nessa medida gostaria de saber se o Partido Socialista estava disponível para substituir a palavra “*rápida*” por palavra “*gradual*”.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada.-----

----- A Câmara Municipal pediu a palavra, Vereador Diogo Moura.”-----

----- **O Senhor Vereador Diogo Moura**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- Boa noite a todos.-----

----- Apenas dar nota relativamente a esta recomendação, que aqui hoje é trazida ao plenário e que tem a nossa concordância, dizer que a Câmara Municipal de Lisboa, através da Direção Municipal de Mobilidade, já tem este levantamento feito das praças de táxis da cidade de Lisboa, das necessidades, obviamente, que vai mantendo uma articulação muito próxima com aquilo que são estruturas representativas do setor, quer a ANTRAL quer a Federação Portuguesa de Táxis. -----

----- Já fez o levantamento das necessidades e dizer que também no âmbito do novo contrato mobiliário urbano, nós vamos substituir alguns dos abrigos para taxistas e, portanto, já está em desenvolvimento e, para além disso, aquilo que são as necessidades das instalações sanitárias, também, foi feito um levantamento, quer por parte do meu pelouro, do pelouro do espaço público, junto das associações de taxistas ou representantes do setor, quer junto da Direção Municipal de Mobilidade. Fizemos esse levantamento e, portanto, no cômputo final das setenta e cinco instalações sanitárias, uma parte vai ficar afeta a necessidades da mobilidade e, em particular, àquilo que são necessidades de paragens de táxis.-----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Vereador, passamos então a palavra ao Deputado Luís Coelho para encerrar o ponto.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Coelho (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Caros Deputados. -----
----- Aceitamos com agrado todas as recomendações, que nos foram aqui suscitadas ao CDS, iria fazer uma contraproposta, nem gradual, nem rápido, célere, célere, não é gradual nem é rápido, é uma mudança atrás célere, é uma célere, acho que ficamos, ficamos bem assim. -----

----- No que diz respeito às outras intervenções, como os senhores deputados sabem tudo na vida tem um tempo e um modo, e no passado também houve um tempo para se falar nisto e um mote para executar ou não executar. O que interessa é quem está agora, porque não é por todas as recomendações que são apresentadas, que há a paternidade da obra aparecer feita ou não, antes assim fosse, porque nós já apresentados aqui várias recomendações e que não tiveram seguimento. -----

----- Não, não é esse o caso, o que interessava aqui era defender mesmo os taxistas e as suas condições presentes para estarem no mercado, portanto, folgo em saber pelo Senhor Deputado do ALIANÇA, que já está previsto e ainda bem que já estão previstas agora é preciso executar, é preciso é executar e que apareçam, daí eu ter pedido ao Senhor Deputado do CDS, para também não ser rápido, mas ser célere, porque já está tudo previsto, portanto, agora vamos ver se a celeridade o vai pôr no terreno, é era assim que queria encerrar. -----

----- Muito obrigado.” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Célere é exatamente igual a rápida é a mesma palavra, pronto, mantém a palavra, mantém a palavra “rápida” ou mudam para “célere”? É, a mesma coisa, célere é exatamente igual a rápido mantém? -----

----- Sim, mantém? A pergunta é se mantém ou se mudam, não mudam, querem que seja rápida e rápido. -----

----- Sim?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Ó Senhora Presidente, desde que Vossa Excelência, quer interpretar a que as palavras do Senhor Deputado Luís Coelho, nós não temos nenhum problema com isso, mas Senhora Presidente, mas há uma diferença gramaticalmente entre “célere” e “rápido”, mas, de qualquer maneira, o Partido Socialista está disponível, se Vossa Excelência entende que não, é uma interpretação da Mesa, com o qual o PS primeiro... -----

----- Ó Senhores Deputados...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos ouvir o Deputado Manuel Lage, por favor, vamos ouvir o Deputado Manuel Lage, por favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra continua a sua intervenção:-----

----- “Se puder... -----

----- De forma rápida e célere, o PS gostava de pôr termo à discussão e à votação, de passar à votação.-----

----- Nós estamos disponíveis para alterar o texto deste documento e, em vez de dizer “rápido” que seja “célere”, a questão é se a Senhora Presidente e a Mesa, entendem que não há uma alteração, pois, enfim, olhe, Senhora Presidente, entre... eu não vou, eu não queria estar a adjetivar e, portanto, esta é a nossa proposta, se a Mesa não aceita a proposta de alteração que o PS está a fazer, fica com a Mesa. -----

----- Nós à proposta do CDS dizemos “gradual”, não é aceite, estamos disponíveis para “célere”, se o CDS aceitar e se a Mesa a permitir, o PS altera.-----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Mesa não tem que permitir a alteração da palavra, estava só a clarificar, porque no dicionário diz que sinónimo de célere é rápido.-----

----- Eu só estava a tentar clarificar se essa era a intenção ou não, eu não estou a criticar, põem a palavra que entenderem, no dicionário, é isso que diz. Querem manter, mantém, não há problema, não estamos aqui numa discussão gramatical, estamos aqui apenas e só confirmar se aceitam ou não a sugestão de CDS. -----

----- Como no dicionário, as duas palavras dizem o mesmo, a pergunta é, então não aceitam, seguimos em frente, vamos votar. -----

----- Deputada Margarida Penedo, qual é a figura regimental?-----

----- Pedido de esclarecimento?”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS-PP)**, no uso da palavra fez o seguinte pedido de esclarecimento: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Não é que a Senhora Presidente tem toda a razão, não existe nenhuma diferença de substância entre célere e rapidamente, celeridade e rapidez é exatamente a mesma coisa, célere é um bocadinho mais possidónio, mas isso a gente já sabe que o Partido Socialista está disponível, fora isso na substância, o conceito é exatamente o mesmo. -----

----- Se os Senhores Deputados, acham que é diferente, gostava que os Senhores Deputados fizessem o favor de esclarecer. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu acho que não é necessário esclarecer, vamos passar à votação.-----

----- Passamos à votação?-----

----- Deputado Manuel Laje.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ó Senhora Presidente, o PS está disponível para alteração. Agradecemos a explicação que a Senhora Presidente aqui nos deixou e tomámos devida nota da forma como a Senhora Presidente deixou a utilização da figura de estilo da Senhora Deputada anterior e, portanto, foi com agrado e com satisfação, que registámos para memória futura e cá estaremos para no futuro também retorquir da mesma moeda. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar à votação, já está clarificado. -----

----- Vamos passar à votação da recomendação do PS, Recomendação 104/02, “Pela melhoria das condições operativas das praças de táxi da cidade de Lisboa e adaptação para o uso de veículo elétrico.”-----

----- Será por pontos, sim, o CHEGA, tinha pedido separados os pontos 2, 5, 6 e 8, muito tudo por pontos.” -----

----- **A Recomendação 104/02 foi deliberada por pontos:**-----

----- **Ponto 1 foi aprovado por unanimidade.**-----

----- **Ponto 2 foi aprovado por maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ PCP/ BE/ IL/ PEV/ PAN/ MPT/ PPM/ LIVRE/ Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça, Contra: CDS-PP/ CHEGA, abstenção: ALIANÇA.-----

----- **Ponto 3 foi aprovado por maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ PCP/ BE/ IL/ CHEGA/ PEV/ PAN/ MPT/ PPM/ LIVRE/ Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça, contra: CDS-PP, abstenção: ALIANÇA.-----

----- **Ponto 4 foi aprovado por maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PCP/ BE/ IL/ CHEGA/ PEV/ PAN/ MPT/ PPM/ LIVRE/ Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça – Abstenção: PSD/ CDS-PP/ ALIANÇA.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A redação do ponto 5, pelo que eu percebi aceitaram a sugestão do MPT com circulação a todos os motociclistas.”-----

----- **Ponto 5 foi aprovado por maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ CDS-PP/ PCP/ BE/ IL/ PEV/ PAN/ MPT/ ALIANÇA/ LIVRE/ Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça, Abstenção: PSD/ CHEGA/ PPM.-----

----- **Ponto 6 foi aprovado por maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ CDS-PP/ PCP/ BE/ IL/ PEV/ PAN/ MPT/ PPM/ ALIANÇA/ LIVRE/ Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça – Abstenção: CHEGA.-----

----- **Ponto 7 foi aprovado por unanimidade.**-----

----- **Ponto 8 foi aprovado por maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ CDS-PP/ PCP/ BE/ IL/ PEV/ PAN/ MPT/ PPM/ ALIANÇA/ LIVRE/ Deputados(as) não inscritos(as) Daniela Serralha e Miguel Graça – Abstenção: CHEGA.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- O Deputado Luís Newton pediu a palavra, para que efeitos? Declaração de voto oral. Declaração de voto oral também do CHEGA.”-----

----- **O Grupo Municipal do PSD** apresentou oralmente a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- “Senhora Presidente, o Partido Social Democrata seguiu aqui o seu entendimento da votação, nomeadamente, em total solidariedade com aquilo, que era a interpretação que a Mesa fez, que a Senhora Presidente de Mesa fez e, portanto, deixar aqui a nossa solidariedade pela visão gramatical, pela visão gramatical, que consta do dicionário que a Senhora Presidente acabou de ler e que, se calhar, devia ser distribuída a todas as forças políticas. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Deputado Bruno Mascarenhas, para a sua declaração de voto oral.” -----

----- **O Grupo Municipal do CHEGA** apresentou oralmente a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Queríamos só dar nota neste voto que, desde logo, a questão do que o PS aqui refere dos veículos elétricos e da reconversão da frota, não é algo que nós, evidentemente, acompanhamos e sobretudo, o receio que o PS tem de falar exatamente nos termos exatos, que é a concorrência desleal, que a plataforma Uber faz com os táxis, e sobretudo das pessoas que nós aqui identificámos numa recomendação que os senhores votaram contra, em que nós sugerimos uma equiparação entre os táxis e o uber’s, portanto, três mil e quinhentas licenças de táxi, três mil e quinhentas licenças de uber, que os Senhores votaram contra e, portanto, gostávamos que deixar nota disto. -----

----- O nosso voto vai muito em função disso. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada.” -----

----- **10. APECIAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO 104/03 (PS) - PAVIMENTAR LISBOA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15.º DO REGIMENTO; GRELHA A - 60 MINUTOS; VOTAÇÃO** -----

----- (A Recomendação nº 104/03(PS), fica anexada à presente Ata, como Anexo XXVII e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar à apreciação da Recomendação 104/03 do PS, “Pavimentar Lisboa”.

----- Pergunto quem apresenta? Deputado Ricardo Marques.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Marques (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos. -----

----- Boa tarde, Senhora Presidente, -----

----- Caríssimos Membros da Mesa, -----

----- Caros colegas, -----
----- Vamos tentar terminar a sessão com os níveis de acordo e de celeridade, celeridade que pede esta hora. -----
----- O “Pavimento Lisboa”, é mais do que um programa é um programa que de facto, tem a marca do antigo executivo municipal, é verdade, com os resultados que todos nos recordamos, com mais de cento e cinquenta arruamentos, mais de centos quilómetros intervencionados até 2020, num valor superior a vinte e cinco milhões de euros de investimento, é disso que estamos a falar. -----
----- Para grande preocupação de nós, todos os presidentes de junta, autarcas, moradores da Cidade de Lisboa, aquilo que temos tido nos últimos anos de investimento na área de pavimentações, na cidade de Lisboa, foi de um decréscimo para sete milhões de euros em 2022, três milhões e meio em 2023, e pasme-se, neste ano, o orçamento deste ano, apenas de três milhões de euros do Executivo municipal e no orçamento municipal para pavimentações na Cidade de Lisboa e, portanto, parece-me a mim que há aqui uma tendência clara daquilo que tem a ver com o desinvestimento na área da pavimentação da Cidade de Lisboa. -----
----- Hoje em dia, todos nós podemos com muita, com muita clareza e sem grande demagogia política, olhar para o estado dos arruamentos da Cidade de Lisboa e ver o estado em que eles estão. -----
----- Eu tive a oportunidade aqui há três semanas de fazer questões, aqui exatamente aos Senhores Vereadores, sobre o tema dos vinte e quatro arruamentos em Benfica que se encontram praticamente intransitáveis, vinte e quatro arruamentos, sem contar sequer com o Monsanto. A resposta que tivemos aqui, dos vereadores foi que não estava cá, o vereador responsável da mobilidade e o Vereador Ângelo Correia, leu-me as grandes opções do plano da Câmara para justificar que sendo aniversário do Parque Florestal de Monsanto, desculpa do Parque Florestal de Monsanto, eu podia esperar que ao abrigo dos noventa anos do Parque Florestal de Monsanto, os arruamentos iam ser arrançados, mas não se sabia bem quando, nem com que o valor, nem que tipo de intervenções.-----
----- E, portanto, eu penso que há aqui um largo consenso com todos olhamos para a cidade e vemos o estado, em que encontramos hoje os pavimentos da cidade, portanto, também para não me alongar muito e, portanto, pondo isso, eu gostaria só de ler a parte final, Senhora Presidente, para não ser aqui fastidioso.-----
----- E, portanto, neste sentido, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Lisboa, que recomende à Câmara Municipal de Lisboa que:
----- Ponto Um- Apresente à Assembleia Municipal de Lisboa, a calendarização com datas previstas início e conclusão das obras de pavimentação previstas no âmbito da medida apresentada nas grandes opções do plano 2023/27. -----
----- Dois – Efetue com colaboração das juntas de freguesia, um levantamento das artérias que apresentam piso em estado avançado de degradação. -----
----- Três - Articule as futuras intervenções que o “Projeto Lisboa sem fios” para que haja um menor custo e uma qualificação para uma melhoria das imagens da cidade. ---
----- Quarto - Concretize uma delegação adicional de competências para as juntas de freguesia, fazendo destas um ator fundamental, quer para se atingir um maior número

de ações de requalificação, quer para concretizar as medidas estabelecidas no Plano de Acessibilidade Pedonal Lisboa. -----

----- Permita-me, que conclua, com duas notas muito importantes. -----

----- As juntas de freguesia têm vindo a colmatar muitas destas falhas através da concretização dos contratos delegação de competências. Não é este o objetivo dos contratos de delegação de competências, não é das juntas de freguesia se sobreporem às funções municipais e repavimentar a cidade ou fazer intervenções de regeneração urbanística e na qual nós temos que fazer as repavimentações, porque a Câmara Municipal não coloca no seu orçamento e naquilo que são as suas competências. -----

----- Outro tema, aqui e deixe-me para terminar e é o último. -----

----- É fundamental um plano de sinalização horizontal da Cidade de Lisboa. Todos nós sabemos, a cidade deixou de ser pintada, a sinalização horizontal, as pinturas nos eixos das vias, as pinturas daquilo que tem a ver, porque as passadeiras da cidade estão pintadas, caríssimos, porque são as juntas de freguesia que os fazem, mas a sinalização horizontal da cidade deixou de o ser feito. -----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente, obrigado a todos.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.” -----

----- Vamos passar aos inscritos.” -----

----- **O Senhor Segundo Secretário, Fernando Correia,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Senhora Deputada Angélique Da Teresa da Iniciativa Liberal, tem a palavra.” ---

----- **A Senhora Deputada Municipal Angélique Da Teresa (IL),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Vamos ouvir a Deputada Angélique da Teresa, por favor, agradecia silêncio na sala.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Angélique Da Teresa (IL),** no uso da palavra continua a sua intervenção: -----

----- “Este documento mistura uma série de conceitos, inclusive fala de mobilidade, depois do tráfego automóvel, mas sem se perceber muito bem a questão do tráfego e de onde é que ele provém. -----

----- Nós, inclusive na 3ª Comissão, falámos da sobrecarga de entrada de carros na cidade de Lisboa, sobrecarga essa que vem de municípios vizinhos, o que vem comprovar aquilo que nós defendemos na Iniciativa Liberal que, de facto, na mobilidade tem que haver um acordo entre municípios, muito mais do que esta visão compartimentada e só depois é que aborda a pavimentação. -----

----- Nós concordamos que a cidade precisa de avançar com um plano de pavimentação, mas a Iniciativa Liberal, de facto, não tem esta visão separada, até porque a pavimentação tem de estar não só enquadrada com o “Projeto de Lisboa sem fios”, como

também com a reparação de coletores nas zonas onde estejam degradados, até para evitar obras de maior envergadura e para reparar solos que abatem devido a condutas que estão perigosamente danificadas. -----

----- E, por isso, aquilo que nós gostaríamos de propor ao Senhor Deputado, era que se retirasse o ponto três e incorporá-lo no primeiro, e que teria um acrescento de texto que seria o seguinte:-----

----- “*Para além da respetiva articulação*”, portanto, o que lá está, e depois, continuava dizendo, “para além da respetiva articulação com o “*Projeto Lisboa sem fios*”, assim como a reparação dos coletores mais urgentes”. -----

----- Quanto ao ponto 4, votaremos contra. A higiene urbana, tem sido um ponto de discórdia entre a Câmara Municipal de Lisboa e as Juntas de Freguesia. Não há propriamente um diagnóstico a não ser lançamento de farpas de parte a parte e, portanto, não conseguimos perceber como é que esta passagem, que ainda é mais complexa, poderia funcionar e como temos muitas dúvidas em relação a este ponto 4 votaremos contra. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário, Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado Luís Newton do PSD, tem a palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente, Excelentíssimos Senhores e Senhores Deputados, Excelentíssimo Senhor Vereador. -----

----- Esta proposta do Partido Socialista hoje aqui nos traz, tem necessariamente uma reflexão muito importante, desde logo a premissa, a ode àquilo que foi um dos principais flos da gestão autárquica do mandato anterior, que foi pavimentar Lisboa. -----

----- Vergonhoso! Vergonhoso! -----

----- E esta é, eu diria, este deve ser o ponto de partida relativamente à reflexão para o futuro, é porque, de facto, o que se passou com pavimentar foram projetos constantemente adiados, soluções de investimento que acabaram na gaveta, e muitos dos territórios da Cidade de Lisboa, que não conheceram um único dos quinze projetos pavimentar que estavam inicialmente estabelecidos no início da sua apresentação. -----

----- Um único, Senhores Deputados. E, portanto, vir falar agora aqui do projeto pavimentar como uma grande fonte de sucesso, eu diria que foi, se calhar para alguns foi uma grande fonte de sucesso, foi! Mas prova às assimetrias da gestão política na Cidade de Lisboa e é isso que acabou com os Novos Tempos.-----

----- E, portanto, ultrapassada a questão da premissa fundamental, dar nota de que há um outro aspeto que nos merece aqui alguma reflexão.-----

----- É que, diz a Iniciativa Liberal, que isto é uma grande confusão de um documento, o Partido Social Democrático não acha, aliás, confusão seria juntar o ponto 1 com o ponto 3. -----

----- A divisão que está atualmente apresentava na componente deliberativa, essa sim, ao contrário das premissas dos considerandos do próprio documento, essa sim, é muito clara e cria aqui objetivos claros que são inclusivamente desafios para o funcionamento e para a gestão da cidade futura e quem o diz não é só da gestão da cidade futura até 2025 e, para além de. -----

----- O que é muito importante que nesta casa se cria estes hábitos de transparência no âmbito dos processos de decisão e averiguação da evolução dos projetos, que estão anunciados e, por isso, estamos totalmente de acordo, totalmente de acordo que seja feita essa inventariação e que seja apresentada à Assembleia Municipal, para nós podemos acompanhar. -----

----- Vai servir, inclusivamente, para demonstrar a diferença antes de 2021 e depois de 2021. Contam com o Partido Social Democrata, para esse ato de transparência, contam com o Partido Social Democrata, inclusivamente, para esse novo desígnio que a cidade finalmente parece estar a implementar, que é a remoção dos fios das fachadas. -----

----- Há uma limitação, há uma limitação, que todos conhecemos. -----

----- Nesta primeira fase, infelizmente, só é possível fazer a remoção em fachadas de edifícios, que tenham condutas a passar por baixo dos passeios adjacentes. O desafio que existe para este executivo é a próxima geração de intervenção, conseguir encontrar soluções para retirar junto desses onde não existem infraestruturas subterrâneas para poderem acomodar essas instalações, portanto, aqui também contam com o Partido Social Democrata. -----

----- Nós queremos também ser promotores da transparência na implementação deste projeto, um projeto de bandeira da nossa vereadora, e que estamos claramente convencidos que é algo que vai acontecer e cá estaremos também para avaliar o seu sucesso, aliás, em bom rigor até já começou. -----

----- Por fim e diria não menos importante é a necessidade imperiosa, imperiosa e que também aparece neste documento da componente deliberativa da justa e devida articulação do funcionamento deste tipo de projetos com as autarquias locais, freguesia. -----

----- A ideia de que se pode construir cidade de costas voltadas para quem ela mantém diariamente é uma ideia, que tem que ser rapidamente ultrapassada, e que hoje tenho fé que os Novos Tempos possam também preconizar. -----

----- Não é possível planejar a cidade sem compreender o impacto que esse planeamento vai ter no âmbito do seu planeamento diária. Não é possível que se consiga fazer um planeamento correto até do ponto de vista financeiro, se não tivermos a honestidade de poder compreender, quais são os impactos que vamos ter também do ponto de vista financeiro, os impactos que estas intervenções vão ter também do ponto de vista financeiro, a manutenção do espaço público a seguir. -----

----- Porque esta ideia de que a intervenção é feita sem contar, o investimento é feito sem contar com a manutenção ao longo do tempo, é só má gestão de erário público, é má gestão de cidade e inevitavelmente, vai representar o contínuo ciclo de construção,

degradação a que a cidade tem assistido ao longo dos últimos anos, e isso também nós queremos evitar. -----

---- E, portanto, concordamos igualmente. Dito, o Partido Social Democrata, não se revê nos considerandos, mas irá apoiar todos os pontos da componente deliberativa da proposta aqui apresentada, porque entendemos que este é um caminho importante para uma cogestão da cidade, aliás, princípios basilares do mecanismo da modernização e da descentralização, que ocorreu na Cidade de Lisboa. -----

---- Sem essa justa articulação, sem essa justa transparência, não é possível nós continuarmos a construir boa Cidade. -----

----Disse.” -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

---- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

---- Chamo o Deputado Ricardo Marques, para concluir o ponto. -----

---- Estavam inscritos o Deputado Jorge Nuno Sá do ALIANÇA.” -----

---- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Nuno Sá (ALIANÇA)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

---- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

---- Peço desculpa, não me tinha inscrito, mas queria apenas fazer uma pergunta ao Senhor Deputado Ricardo Marques.-----

---- Se no ponto 4 da parte deliberativa, está disponível para que isto seja endossada à Comissão que está a rever as delegações de competências, ou seja, não ser uma deliberação já ser remetido para a Comissão presidida pelo Presidente Davide Amado, que está a fazer essa discussão.” -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

---- “Deputado Martim Borges de Freitas, também pediu a palavra.” -----

---- **O Senhor Deputado Municipal Martim Borges de Freitas (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

---- “Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

---- Sem prejuízo do que o Senhor Deputado Jorge Nuno acaba agora de dizer e, portanto, sem saber ainda a reação do Grupo Municipal do Partido Socialista, sobre se poderá baixar ou não à Comissão antes da votação, o CDS gostaria de subscrever na íntegra aquela que foi a intervenção do Senhor Deputado Luís Newton, sobre esta matéria. -----

---- Muito obrigado.” -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

---- “Muito obrigada.-----

---- Deputado Ricardo Marques, para encerrar o ponto.”-----

---- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Marques (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, então respondendo, eu pediria que a proposta da Iniciativa Liberal, em vez de ser até para criar aqui um consenso, com os nossos amigos aqui dos Novos Tempos, agora AD, e, portanto, possamos em vez de juntar no ponto 3, fizéssemos um ponto a mais, e, portanto, para que possa ser votada, portanto, ser um considerando autónomo.-----

----- A questão do saneamento tem toda a razão, é uma questão premente da cidade e, portanto, ter o estado, naquilo em que está, aquilo que tem a ver com intervenções baseadas no saneamento, portanto, não vemos com nenhum problema que seja, mas um ponto autónomo, tendo em conta que aqui que o PSD sugeriu que não seja agregado ao ponto 3 e, portanto, surgir aqui um ponto 5, em que se juntam ou então eventualmente, o ponto 4 passar para o ponto 5, parece-me que tem mais peso. -----

----- Relativamente ao pedido que temos ali do ALIANÇA, a única questão que colocamos, Senhora Presidente, é se encaminhando para uma Comissão, se está em condições de ser votado hoje, depende aqui também daquilo que seja aqui a posição da Mesa se tiver de descer à Comissão, então não, neste caso, não, não, porque queremos que ele seja votado hoje e, portanto, aqui deixamos um bocadinho à sua consideração esta questão.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sim, já não faz parte do PAOD, pode ser enviado para a Comissão sem ser votado.”

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Marques (PS)**, no uso da palavra continua a sua intervenção: -----

----- “Mas não, nós queremos votar hoje.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Querem votar hoje, então votam hoje não há problema.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Marques (PS)**, no uso da palavra continua a sua intervenção: -----

----- “Muito bem. -----

----- Mas qualquer forma, enviar depois a Recomendação...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Mas se bem percebi...” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Marques (PS)**, no uso da palavra continua a sua intervenção: -----

----- “É enviar a recomendação depois para a Comissão, como fator de reflexão.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Foi isso que eu percebi.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Marques (PS)**, no uso da palavra continua a sua intervenção: -----

----- “Por fim, aqui o nosso Caro amigo Luís Newton, meu Caro amigo e Presidentes de Junta até nesta nossa concordância, às vezes em discordamos, muito mais vezes em concordar dois ou três pontos.-----

----- De facto, eu espero que esta apreciação crítica sobre um projeto que fez, eu vou aqui voltar aqui à cábula para não falhar.-----

----- Que fez cento e dez quilómetros de arruamentos da cidade de Lisboa, em mais de cento e cinquenta arruamentos, não foi quinze, cento e cinquenta arruamentos e que, eventualmente há umas zonas da cidade não tiveram o mesmo nível de investimento. -

----- Eu percebo que não seja esse o paradigma dos Novos Tempos, quando nós temos um investimento de três milhões de euros para este ano, três milhões e meio para o ano passado, naquilo que é um desinvestimento claro e, portanto, eu aqui a minha preocupação já não são onde é que os arruamentos são, é quantos arruamentos fazemos com o valor que está inscrito em orçamento e aquilo que é o estado da cidade a nível de pavimentos.-----

----- Mas percebo a preocupação, esta é a preocupação que também sentimos alguns de nós quando vemos, por exemplo, a sinalização horizontal, eu posso dizer a acontecer no meu estimado amigo José da Câmara Pereira, em São Domingos, no dia que inauguramos centros de saúde, pinta-se todo o Bairro de São Domingos de Benfica, mas o lado de Benfica onde é o centro de saúde não é pintado ou começamos, e acho bem na zona central de Arroios, a tirar os cabos quando Benfica tem uma petição há um ano e meio a pedir retirada de cabos do Bairro de Santa Cruz de Benfica, mas, são opções, que por certo não tem que ver com isto, tem a ver com o facto das condutas que passam debaixo dos arruamentos e, por certo, foi só mera coincidência, e é só isso, Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada.-----

----- A Deputada Angélique Da Teresa está a pedir a palavra só para responder à sugestão, é isso, vamos ouvir a Deputada Angélique Da Teresa, que vai só... já vou dizer qual é a redação, vamos ouvir a Deputada Angélique Da Teresa.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Angélique Da Teresa (IL)**, no uso da palavra solicitou o seguinte pedido de esclarecimento: -----

----- “Eu queria só um pedido de esclarecimento, ou seja, daquilo que eu entendi da sua intervenção, propõe incluir mais um ponto, relativamente, à questão dos coletores, mas aquilo que eu queria, de facto, saber é como é que o ponto número um fica, porque na sua atual redação, aquilo que diz é:-----

----- “*Apresente à Assembleia Municipal de Lisboa a calendarização - com data prevista de início e conclusão - das obras de pavimentação previstas no âmbito da medida apresentada nas Grandes Opções do Plano*” -----

----- E aquilo que eu disse na minha intervenção, mas com certeza, não fui clara, porque a seguir houve uma intervenção, que eu nem sequer percebi o que é estavam a referir.-

----- É que nós aquilo que dizemos é, a pavimentação é muito importante, mas o que está debaixo também é muito importante, portanto, relativamente a esta calendarização, as

coisas não deveriam ser desgarradas, nós deveríamos ter a informação no que reporta, a reparação de coletores mais urgentes, e a questão de “Lisboa sem fios” e, naturalmente, depois a pavimentação, portanto, a minha pergunta, é, relativamente, ao ponto 1, o Senhor Deputado, só quer a calendarização da pavimentação, por si só, ou o resto, porque a minha intervenção foi nesse sentido.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, vamos passar a palavra, ao Deputado Luís Newton.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente. -----

----- Em primeiro lugar, relativamente, à introdução de um ponto adicional, conforme a Senhora Presidente já disse, dar nota de que é importante compreender qual é que será a redação final desse ponto, para compreendermos e depois também, avaliarmos ou então se no limite estarem disponíveis para que nós possamos ter contributos de acerto à sua redação para o melhor consensualizarmos. -----

----- A Freguesia de Benfica, é um dos exemplos claros de como os Novos Tempos, não fazem quaisquer distinções político ou partidárias. -----

----- E relativamente à questão pelos vistos, não terei sido suficientemente claro, quando ainda há bocado identifiquei, que não faz sentido juntar o ponto 1 com o ponto 3. -----

----- É porque o ponto 1 tem a identificação relativamente, a uma missão específica, que é das obras de pavimentação, onde o que é solicitado é a calendarização daquilo que já está previsto. -----

----- O ponto 3, atendendo à sua redação, não tem nada a ver, o ponto 3, diz “*articule as futuras intervenções com o “Projeto Lisboa sem fios”*”, ora isso significa que, no âmbito do “Projeto Lisboa sem fios”, cabe depois à Câmara Municipal poder fazer a avaliação, tendo em conta, inclusivamente, as condicionantes que tive aqui oportunidade também já de explicar, relativamente, ao próprio projeto e, portanto, do nosso ponto de vista, são duas matérias completamente diferentes. -----

----- Nós queremos especificamente e deixar bem claro, que o ponto 1 deve ser separado, porque tem um objetivo próprio, tanto do ponto de vista da medida, como do ponto de vista da implementação e do acompanhamento. -----

----- “O Lisboa sem fios”, não está no âmbito das grandes opções do Plano 2023/2027, não tem calendarização definida e, portanto, é um projeto que está a ser feito e de forma diferente, obviamente, que tem de ponto de vista orçamental o devido cabimento, mas não está previsto, como está previsto, por exemplo, as de pavimentação, por isso, não faz sentido agregar os dois, foi isso que nós dissemos.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Certo. -----

----- A Deputada Angélique Da Teresa só para clarificar, depois, já passo a palavra ao Deputado Ricardo Marques, palavra final para ver como é que fica.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Angélique Da Teresa (IL)**, no uso da palavra solicitou o seguinte pedido de esclarecimento: -----

----- “O meu pedido de esclarecimento foi ao Senhor Deputado do Partido Socialista, não foi ao Senhor Deputado do PSD. -----

----- De qualquer forma, na 3ª Comissão, houve um trabalho desenvolvido sobre o Projeto “Lisboa sem fios” e foi a própria Vereadora do Urbanismo, que referiu esta questão de total integração do Projeto “Lisboa sem fios”, reparação de coletores urgentes e a pavimentação das vias e, portanto, aquilo que eu estou aqui a referir foi algo, que a própria Vereadora referiu, algo que nós trabalhamos na Comissão de Urbanismo, para que fique, enfim, claro, clarificado neste documento, e é uma sugestão, naturalmente, que a última palavra é do Senhor Deputado do Partido Socialista.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Certamente, por isso, vamos ouvir o Deputado Ricardo Marques, para perceber como é que fica.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Marques (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Deputada, vamos ver, eu percebo a pertinência da questão, e acho como lhe digo, sou muito solidário, tenho três arruamentos dos meus vinte e quatro todos esburacados que necessitam de intervenção a nível de coletores e de saneamento, mas são três em vinte e quatro, e, portanto, colocar uma coisa apensa à outra, porque nem todos os arruamentos necessitam de intervenção, do ponto de vista de coletores e de infraestruturas e, portanto, parece-me que devemos ter um ponto à parte, continuo-lhe a dizer sobre este tema, que é muito pertinente. -----

----- A cidade precisa em muitas zonas, ainda agora falava aqui com a minha Colega Carla Madeira, do Bairro Alto, quase todos os ruas do Bairro Alto, necessitam de uma intervenção profunda do ponto de vista de coletores e daquilo que é o saneamento e das redes de saneamento, não é o caso, felizmente, em Benfica, e, portanto, eu acho que deve constar cá este ponto, mas autónomo, e também se quiser pedir esta calendarização daquilo que está previsto, isso tudo bem, não me choca nada, que haja um ponto autónomo, que faça com a mesma redação, em vez ser para pavimentação, seja para aquilo que tem a ver com intervenções a nível de saneamento e dos coletores, penso que é algo que seremos todos sensíveis e é um dos temas mais prementes da cidade. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Então, se bem percebi, mantém-se o ponto 3, não se junta, Deputado Ricardo Marques, ajude-me só para eu perceber a versão final. -----

----- Mantém-se o 1, 2, 3, o 4 passa a ser novo é isso? A proposta do PS, é essa. -----

----- Calma, o ponto 4 passa a 5, e introduzimos um ponto 4 novo, e a redação é? -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Marques (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Será idêntica à primeira, mas, em vez de ser “*das obras de pavimentação*”, “*das obras de requalificação de coletores e saneamento previstos no âmbito das medidas apresentadas nas grandes Opções do plano 2023/2027*” -----

----- Algo deste género, eu não sei se existe, se calhar aqui o nosso colega Luís Newton, pode-me ajudar, eu não me lembro de cabeça se as grandes opções do plano tem alguma indicação relativamente é um plano de reparação e recuperação de coletores, eu estou à espera de alguns aos tempos, não sei, se calhar, tiramos esta parte das grandes opções do plano, mas das obras previstas e abrimos o âmbito das obras previstas em sede desta intervenção.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Então, o ponto 4 fica, “*Apresente à Assembleia Municipal de Lisboa a calendarização com data prevista de início e conclusão das outras obras?*” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Marques (PS)**, no uso da palavra fez a continuação a sua intervenção: -----

----- “Das obras ou intervenções relativas à reparação ou manutenção de coletores e saneamento e dos arruamentos”, algo deste género assim.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “É? “Então apresente a Assembleia Municipal de Lisboa, a calendarização com data prevista de início e conclusão das obras relativas à reparação de coletores urgentes?”--

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Marques (PS)**, no uso da palavra fez a continuação a sua intervenção: -----

----- “Ponha assim, “ou saneamento”, fica mais abrangente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Das obras relativas ao saneamento, e inclui tudo. -----

----- O Projeto “Lisboa sem fios”, mantém-se no ponto 3 é verdade, portanto, vamos passar a ter 5 pontos, neste documento. -----

----- Passamos a ter 5 pontos neste documento, sendo que o antigo ponto 4 passa a 5 e querem, que seja votado em separado, que já alguém me tinha pedido, certo? Passa a ter 5 pontos, é um ponto específico para o saneamento. -----

----- Então vamos votar, podemos votar apenas o ponto 5 em separado e continuamos 1, 2, 3, 4 pode ser? Sim? -----

----- Vamos votar os pontos 1, 2, 3, 4.” -----

----- **A Recomendação 104/03 foi deliberada por pontos:**-----

----- Os **Pontos 1, 2, 3 e 4** foram **aprovados por maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ CDS-PP/ PCP/ BE/ IL/ PEV/ PAN/ MPT/ PPM/ ALIANÇA/ LIVRE/ Deputado não inscrito Miguel Graça – Contra: CHEGA. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Foram aprovados por maioria. -----

----- A declaração de voto do CHEGA é escrita ou oral? Escrita.-----

----- Vamos votar o ponto 5.”-----

----- O **Ponto 5** foi **aprovado por maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ BE/ LIVRE/ Deputado não inscrito Miguel Graça – Contra: IL/ PAN/ PPM/ ALIANÇA - Abstenção: CDS-PP/ PCP/ CHEGA/ PEV/ MPT. -----

----- (**Ausência da Deputada não inscrita Daniela Serralha nestas votações**) -----

----- (O Grupo Municipal do CHEGA não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto) -----

----- **11. A PEDIDO DO GRUPO MUNICIPAL PROPONENTE ESTA RECOMENDAÇÃO, CONSTANTE NA ORDEM DE TRABALHOS COMO PONTO 11, SERÁ APRECIADA NO PAOD) - APRECIACÃO DA RECOMENDAÇÃO 104/04 (DNI) - PELA CRIAÇÃO DE UM EVENTO DEDICADO À LEITURA NA CIDADE DE LISBOA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15.º DO REGIMENTO; GRELHA A - 60 MINUTOS; VOTACÃO** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vereador, Caríssimo Público aqui presente e lá em casa, trabalhadores da Assembleia Municipal de Lisboa, à Polícia Municipal, a todas e a todos, agradeço a presença e damos por encerrada esta sessão, encontramos-nos no dia 20. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- A sessão terminou, eram vinte horas e vinte um minutos.-----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da então Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 16 de Dezembro de 2021 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/Secretários/2021. -----

----- A PRESIDENTE -----